

LUGAR E VOZ

Agência e Combate
às Invisibilidades e Exclusão



ESTUDO

Dirigido a organizações da Sociedade Civil

ENTREVISTAS

A Lideranças

FICHA TÉCNICA

Título: LUGAR E VOZ – Agência e Combate às Invisibilidades e Exclusão:
ESTUDO dirigido a Organizações da Sociedade Civil
ENTREVISTAS a Lideranças

Coordenação e texto: Alice Frade e Yasmine Gonçalves
Com: Carla Martingo e Susana Godinho

Design: Paulo Pereira

Distribuição e autoria: P&D Factor – Associação para a Cooperação sobre
População e Desenvolvimento ©

agosto de 2025 – 0208-25

Iniciativa:



Com:





Índice

Parte 1 – Estudo dirigido a Organizações da Sociedade Civil

1. Introdução	9
2. Objetivos e Questões Metodológicas	11
2.1. Objetivo do Estudo dirigido a Organizações da Sociedade Civil (OSC).....	11
2.2. Seleção da amostra e procedimento	12
2.3. Metodologia	12
3. Apresentação dos resultados	14
3.1. Perfil, constituição e temáticas.....	14
3.2. Saúde & Saúde Sexual e Reprodutiva	22
3.3. Autonomia Corporal	27
3.4. Direitos Humanos, Igualdade e Violência de Género	31
3.5. Cooperação e Interseccionalidade	46
3.6. Conhecimento e ação sobre os valores da UE.....	50
3.7. Poder e Tomada de Decisão	59
4. Conclusões	67
4.1. Perfil, constituição e temáticas	67
4.2. Saúde & Saúde Sexual e Reprodutiva	68
4.3. Autonomia corporal	71
4.4. Direitos Humanos, Igualdade e Violência de Género	74
4.5. Cooperação e Interseccionalidade	82
4.6. Conhecimento e integração dos Valores da UE	83
4.7. Poder e Tomada de Decisão	86



5. Estratégias e Recomendações	90
5.1. Para a implementação dos valores da UE como forma de reforçar objetivos e produtos “Lugar e Voz”:	90
5.2. Para a implementação de lideranças femininas e jovens Recomendações para organizações da sociedade civil como forma de reforçar objetivos e produtos “Lugar e Voz”:.....	91
5.3. Para as políticas públicas Recomendações como forma de reforçar objetivos e produtos “Lugar e Voz”:.....	92

Parte 2 – Entrevista a Lideranças e Órgãos Sociais de Organizações da Sociedade Civil

Animar

Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local – *Célia Lavado* 96

Associação Espaços

Projetos Alternativos de Mulheres e Homens – *Cláudia Múrias* 99

GAT Portugal

Grupo de Ativistas em Tratamento – *Marta Maia*116

ILGA

Associação ILGA Portugal – *Daniela Bento*119

AKTO

Direitos Humanos e Democracia – *Ana Rita Brito*123

Associação Inspiring Girls Portugal – *Joana Frias Costa*133

OVO

Observatório de Violência Obstétrica de Portugal – *Lígia Morais* 143

UMAR Açores

Associação para a Igualdade e Direitos das Mulheres – *Maria José Raposo*.... 150

Com Alma

Pelos direitos humanos – *Paula Allen*.....152

Núcleo Feminista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Beatriz Pires e Mafalda Rodrigues.....155



Gráficos:

Gráfico 1 – Década de Constituição da OSC.....	14
Gráfico 2 – Área Geográfica de Intervenção	17
Gráfico 3 – Nº Total de Colaboradores/as	18
Gráfico 4 – Nº Total de Colaboradoras	19
Gráfico 5 – Nº Total de Colaboradores.....	20
Gráfico 6 – Áreas de atuação da OSC	21
Gráfico 7 – Dificuldades/lacunas na área da Saúde	22
Gráfico 8 – Dificuldades/lacunas na área de Saúde Sexual e Reprodutiva.....	24
Gráfico 9 – Organização de iniciativas em Saúde Sexual e Reprodutiva	25
Gráfico 10 – Políticas públicas eficazes de promoção da Saúde Sexual e Reprodutiva.....	26
Gráfico 11 – Conhecimento/utilização do termo Autonomia Corporal.....	27
Gráfico 12 – Como as OSC promovem a Autonomia Corporal	28
Gráfico 13 – Desafios que as jovens e mulheres enfrentam face à Autonomia Corporal	29
Gráfico 14 – Como promover a autonomia corporal	30
Gráfico 15 – Dificuldades/lacunas na área da Igualdade de Género.....	32
Gráfico 16 – Situações de Violência e Discriminação de Género.....	35
Gráfico 17 – Políticas públicas eficazes no combate à violência de género (VG).....	38
Gráfico 18 – Políticas públicas eficazes no combate à desigualdade e violência de género sobre os/as jovens.....	39
Gráfico 19 – Desenvolvimento de iniciativas em Direitos Humanos	40
Gráfico 20 – Abordagem interseccional das OSC.....	46
Gráfico 21 – Parceria e trabalho de rede com outras OSC.....	47
Gráfico 22 – Conhecimento sobre os valores da UE.....	50
Gráfico 23 – Como as OSC integram os valores da União Europeia	51
Gráfico 24 – O conhecimento dos direitos de jovens e mulheres dos valores da UE.....	52
Gráfico 25 – Valores da União Europeia importantes no trabalho das OSC	55
Gráfico 26 – Principais obstáculos para alcançar posições de liderança	61



Tabelas:

Tabela 1 – Atividades onde as organizações desenvolvem iniciativas em SSR.....	25
Tabela 2 – Melhoria no acesso a serviços.....	30
Tabela 3 – Ações desenvolvidas em Direitos Humanos.....	40
Tabela 4 – Contributo para o aumento da participação de mulheres e jovens em processos de tomada de decisão.....	60
Tabela 5 – Programas de capacitação para liderança feminina e jovem.....	62
Tabela 6 – Políticas públicas eficazes de promoção da participação de jovens e mulheres em cenários de poder e tomada de decisão	63
Tabela 7 – Perceção sobre a visibilidade de mulheres em cargo de liderança	64
Tabela 8 – Visibilidade de jovens em cargos de liderança na sociedade civil.....	65



Glossário

AC – Autonomia Corporal

CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

DH – Direitos Humanos

IG – Igualdade de Género

IVG – Interrupção voluntária da gravidez

LGBTI+ – Lésbicas, Gay, Bissexuais, Transgender, Intersexo,

LGBTQIA+ – Lésbicas, Gay, Bissexuais, Transgender, Queer, Intersexo, Assexual +

NV/ND – Não Violência / Não Discriminação

ONG – Organização Não Governamental

ONGD – Organização Não Governamental de Desenvolvimento

OSC – Organizações da Sociedade Civil

SDSR – Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos

SSR – Saúde Sexual e Reprodutiva

VG – Violência de Género

VDG – Violência e Discriminação de Género



Parte 1

ESTUDO DIRIGIDO
A ORGANIZAÇÕES
DA SOCIEDADE CIVIL



1

Introdução

O presente relatório enquadra-se no projeto **Lugar e Voz – Agência e Combate às Invisibilidades e Exclusão**, promovido pela P&D Factor – Associação para a Cooperação sobre População e Desenvolvimento – é financiado pelo NHC – Netherland Helsinki Comitee, no âmbito do projeto Cathalyst of Change – Supporting a Vibrant Civil Society in Europe, tem como base os seguintes pressupostos:

- A sociedade portuguesa atravessa transformações profundas nos cenários social e político, com impacto direto no exercício e respeito pelos Direitos das Mulheres, a Igualdade de Género (IG), as Diversidades, a Saúde, incluindo Saúde Sexual e Reprodutiva (SSR) e as Oportunidades e Condições de participação Cívica e Política;
- Estas mudanças, especialmente face aos direitos adquiridos, trazem novos desafios, exigindo a adoção de uma postura vigilante em relação às políticas públicas por parte das organizações da sociedade civil, sobretudo no que respeita a pessoas em situação de vulnerabilidade;
- A implementação de medidas políticas com foco na Igualdade de Género (IG), Saúde Sexual e Reprodutiva e Direitos das Mulheres enfrentam obstáculos no plano da execução, que tendem a enfraquecer as respostas às necessidades identificadas.

O projeto **Lugar e Voz – Agência e Combate às Invisibilidades e Exclusão** tem por objetivos:

1. **Aumentar o conhecimento e a informação/ação das OSC** sobre os valores e o art.º 2.º do Tratado da União Europeia, com foco nos direitos das mulheres e jovens, incluindo pertencentes a minorias;

2. **Aumentar as alianças e a cooperação entre OSC** que trabalham nas áreas da Saúde, incluindo a SSR, a Autonomia Corporal, a Igualdade e Direitos Humanos, a Violência e Discriminação de Género, o Poder e Tomada de Decisão;
3. **Dar maior visibilidade às mulheres em cargos de liderança e *opinion makers***, incluindo as que integrem grupos considerados minoritários e/ou em risco de exclusão social;
4. **Reforçar o ativismo associativo e a colocação de temas na agenda política e social**, com maior visibilidade do trabalho desenvolvido e participação;
5. **Dar mais lugar e informação às mulheres e jovens da sociedade civil** nas temáticas identificadas;
6. **Contribuir para iniciativas de visibilidade de OSC**, no parlamento português, entidades públicas e outras, com foco nos direitos das mulheres em consonância com o quadro de valores da UE.



2

Objetivos e Questões Metodológicas

2.1. Objetivo do Estudo dirigido a Organizações da Sociedade Civil (OSC)

- Identificar dificuldades e lacunas da sociedade portuguesa nas áreas da Saúde, incluindo a Saúde Sexual e Reprodutiva (SSR), Autonomia Corporal, Igualdade e Direitos Humanos, Violência e Discriminação de Género, Poder e Tomada de Decisão;
- Contribuir para o aumento da consciência de direitos não realizados e a realizar, bem como respetiva identificação;
- Identificar e promover o aumento do conhecimento e informação das Organizações da Sociedade Civil sobre os valores da União Europeia.

O questionário aplicado tem 7 seções, organizadas nas seguintes áreas temáticas:

1. Informações Gerais – questões 1 a 7
2. Saúde Sexual e Reprodutiva – questões 8 a 11
3. Autonomia Corporal – questões 12 a 15
4. Direitos Humanos e Igualdade de Género – questões 16 a 25
5. Cooperação e Interseccionalidade – questões 24 e 25
6. Conhecimento e Ação sobre os Valores da União Europeia – questões 26 a 30
7. Poder e Tomada de Decisão – questões 31 a 36

A construção e pré-teste tiveram lugar entre setembro e outubro de 2024 e a sua aplicação durante os meses de dezembro 2024 e janeiro 2025.

2.2. Seleção da amostra e procedimento

A **seleção e identificação das OSC** com atuação nas áreas da Saúde, Saúde Sexual e Reprodutiva, Autonomia Corporal, Igualdade e Direitos Humanos, Violência e Discriminação de Género, Poder e Tomada de Decisão, Migração e temáticas LGBTI+ foi realizada com base numa pesquisa em sites e plataformas nacionais:

- Plataforma dos Direitos Humanos¹
- Plataforma de ONGD²
- Conselho Consultivo CIG³
- Documento Projeto Gulbenkian – Active Citizens Fund. (2018)⁴
- Plataforma Portuguesa dos Direitos das Mulheres⁵
- Conselho Nacional de Juventude⁶
- PASC – Plataforma das organizações da sociedade civil⁷

A disseminação do questionário foi realizada por correio eletrónico, com explicação dos objetivos do projeto e ligação/link de acesso para preenchimento *on-line*, e posteriores contatos telefónicos visando um reforço de respostas.

Aos 207 questionários enviados, obteve-se 13% de respostas, o que corresponde a 27 OSC.

2.3. Metodologia

Para o **tratamento e interpretação dos dados**, recorreu-se à análise descritiva com base na frequência absoluta e relativa, o permitiu observar a distribuição das respostas às diferentes questões, fornecendo uma visão sobre as perceções, dificuldades e áreas prioritárias de intervenção identificadas.

¹ <https://plataformadh.pt>

² <https://www.plataformaongd.pt/>

³ <https://www.cig.gov.pt/area-a-cig/conselho-consultivo/>

⁴ <https://content.gulbenkian.pt/wp-content/uploads/sites/42/2018/11/22103150/Lista-de-Contatos-16-novembro-2018.pdf>

⁵ <https://plataformamulheres.org.pt/>

⁶ <https://www.cnj.pt/>

⁷ <https://pasc.pt/>

Nas questões onde foi possível selecionar mais do que uma alternativa, por ausência de delimitação entre respostas únicas e múltiplas, a análise por frequências revelou-se útil. Os resultados foram analisados com base no número total de respostas por alternativa, permitindo identificar os temas mais recorrentes e a frequência com que foram selecionados, mesmo quando não era possível estabelecer uma hierarquia de prioridades.

Esta opção metodológica garantiu uma leitura abrangente dos dados, compatível com os objetivos do estudo, mantendo a coerência com a sua natureza exploratória.

3

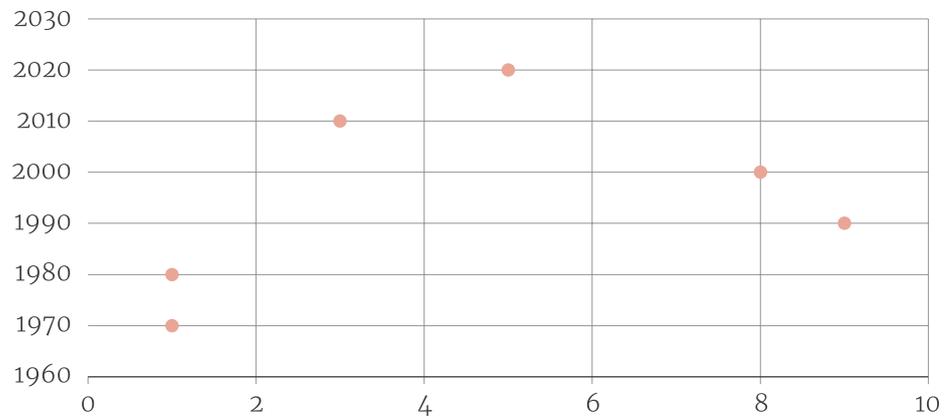
Apresentação dos resultados

3.1. Perfil, constituição e temáticas

Ano de constituição – Constata-se que a maioria (17/27) das OSC foram constituídas após o ano 2000; há 1 organização criada na década de 1970 e outra na década de 1980; 9 organizações foram criadas na década de 1990; 8 organizações na década de 2000; 3 na década de 2010 e 5 na década de 2020.

O Gráfico 1 apresenta as respostas sobre a Década de Constituição das OSC.

Gráfico 1
 Década de
 Constituição da
 OSC



Missão – Observa-se que as organizações enquadram o seu trabalho nas áreas de **Direitos Humanos, Saúde e Saúde Sexual e Reprodutiva, Igualdade de Género e Direitos das Mulheres, Migrantes e populações em situação de vulnerabilidade**, com serviços e projetos para grupos-alvo específicos, como se transcreve em seguida:

1. *“Defender direitos das mulheres na teoria e na prática.”*
2. *“Integração de imigrantes, apoio social, promoção de Igualdade de Género e luta contra a MGF e outras práticas nefastas.”*

3. *“Prestação de serviços e iniciativas de promoção do bem-estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidades.”*
4. *“Fomentar a educação, a Promoção e a Intervenção em Direitos Humanos e Democracia, enquanto fatores estruturantes de uma mudança positiva na construção de um mundo justo e equitativo.”*
5. *“Promover o Desenvolvimento Local.”*
6. *“Integração e inserção social dos PALOP.”*
7. *“Apoio a vítimas de crime e violência.”*
8. *“(…) ajudar as pessoas a fazerem escolhas livres e conscientes na sua vida sexual e reprodutiva e promover a parentalidade positiva.”*
9. *“Descontaminação oceânica.”*
10. *“Dinamizar programas de cariz social, com e para Jovens.”*
11. *“Rege-se pelo primado dos Direitos Humanos, pelos princípios da Igualdade de Género, da igualdade de oportunidades e de tratamento e da participação equilibrada entre homens e mulheres e da não discriminação em função de nenhuma razão.”*
12. *“Defender e Promover o direito de asilo, contribuindo para a melhoria do sistema de proteção.”*
13. *“(…) prestar à comunidade serviços que promovam a Igualdade de Género, a criatividade, o reconhecimento social e o ecodesenvolvimento, visando a criação de condições de vida e de trabalho humanizantes.”*
14. *“Combater todas as formas de discriminação contra as mulheres e discriminações de género. Defender a igualdade de género e de oportunidades entre todas as pessoas e de forma interseccional. Promover os direitos das crianças e a prevenção da violência contra as mulheres e a violência doméstica.”*
15. *“Combater as desigualdades e as injustiças sociais através da construção de uma Cidadania Global que promova o bem comum e que contribua para a mudança de situações geradoras de pobreza a nível local e global.”*

16. “ (...) a saúde, direitos, participação, não-discriminação e (...) o acesso, equitativo e adaptado a serviços eficazes de prevenção, rastreio e tratamento do Vírus da Imunodeficiência Humana (VIH) e de outras Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), Hepatites Virais e Tuberculose, a pessoas que vivem ou viveram com estas infeções e suas consequências, (...)”
17. “(...) defesa dos direitos das pessoas Lésbicas, Gay, Bissexuais, Trans e Interssexo e das suas famílias em Portugal, sendo totalmente apartidária e laica. (...)”
18. “(...) projeto focado em quebrar estereótipos de género e em contribuir para aumentar a ambição profissional das jovens raparigas, (...) através da educação, da promoção do autoconhecimento e da partilha.”
19. “Cooperar, empoderar e capacitar as comunidades mais vulneráveis através de projetos pontuais e a longo prazo que contribuam para o seu desenvolvimento equitativo, integral e sustentável.”
20. “(...) tornar visível, denunciar e acompanhar as mulheres e os seus recém-nascidos; casais, famílias e profissionais de saúde, vítimas de violência obstétrica em instituições públicas e privadas de saúde no nosso país.”
21. “(...) espaço de empoderamento feminino, partilhar e apoiar projetos de mulheres, (...) defende a Igualdade de Género de forma interseccional (...), na luta contra quaisquer repressões a nível dos Direitos das Mulheres e Humanos (...)”
22. “Criar, implementar e inspirar respostas sociais. Através da capacitação dos jovens, queremos promover o desenvolvimento das suas comunidades.”
23. “Defesa e promoção dos Direitos Humanos e a criação de sinergias de trabalho e atuação entre organizações com trabalho ativo na área dos Direitos Humanos em Portugal, sem que se substitua à ação das mesmas.”
24. “Tornar o Voluntariado acessível e útil a toda a gente através da inovação.”
25. “Promoção da saúde mental, capacitação e formação dos agentes educativos e de saúde e do envolvimento das famílias e da comunidade. (...) prevenção e de atuação direta que contribua para a redução de comportamentos de risco e promoção da saúde mental, (...) intervenção integrada (...) desde a idade pré-escolar até à terceira idade.”

- 26. “Apoiar famílias desfavorecidas quaisquer que sejam as suas origens e a natureza das suas carências, em especial dos imigrantes, intervindo em todas as áreas de carácter social, humanitário, cultural, artístico, etc.”
- 27. “(...) Defender Direitos da Mulheres; promover Direitos das Mulheres na Conjugalidade – defender contra todos os tipos de violência de género, doméstica e no namoro; promover políticas para conciliação da vida pessoal, profissional e laboral; prevenir e sensibilizar para a multidiscriminações de género.”

Área geográfica de intervenção – No que diz respeito à **área geográfica de intervenção**, 37% das organizações indicou atuar em Portugal Continental e Regiões Autónomas, seguida por 14.8% com atuação a nível continental, sendo 18.5% na região de Lisboa e Vale do Tejo.

No Gráfico 2 observamos a área geográfica de intervenção das OSC.

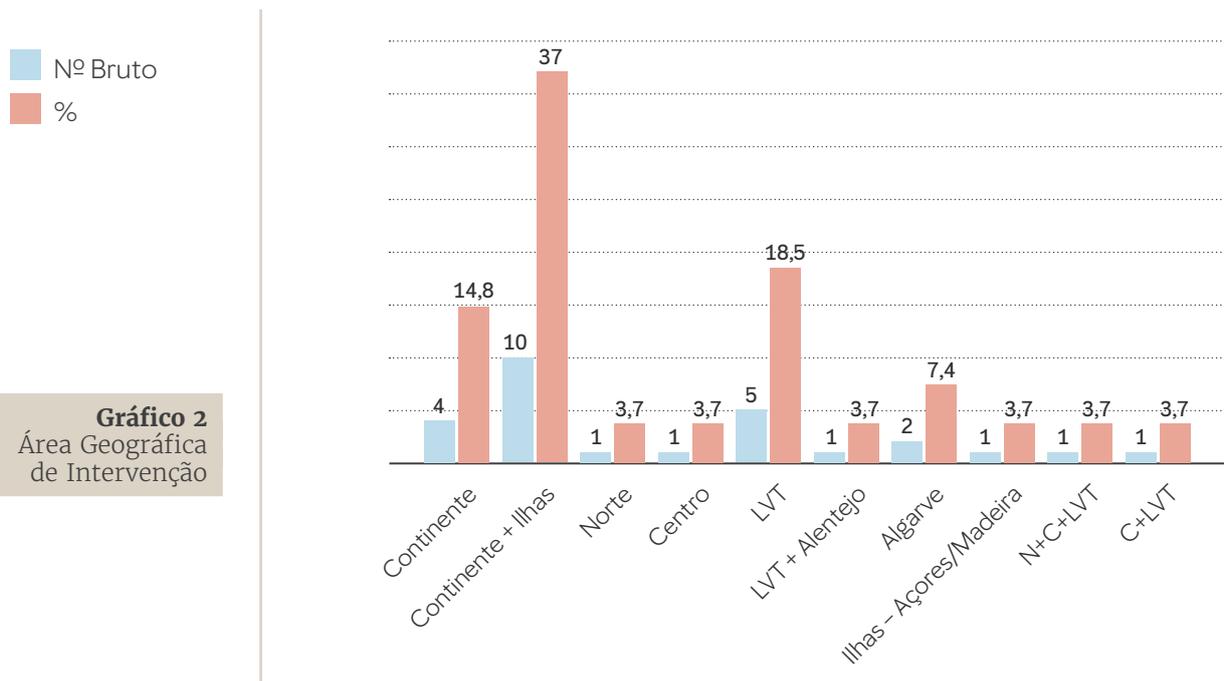


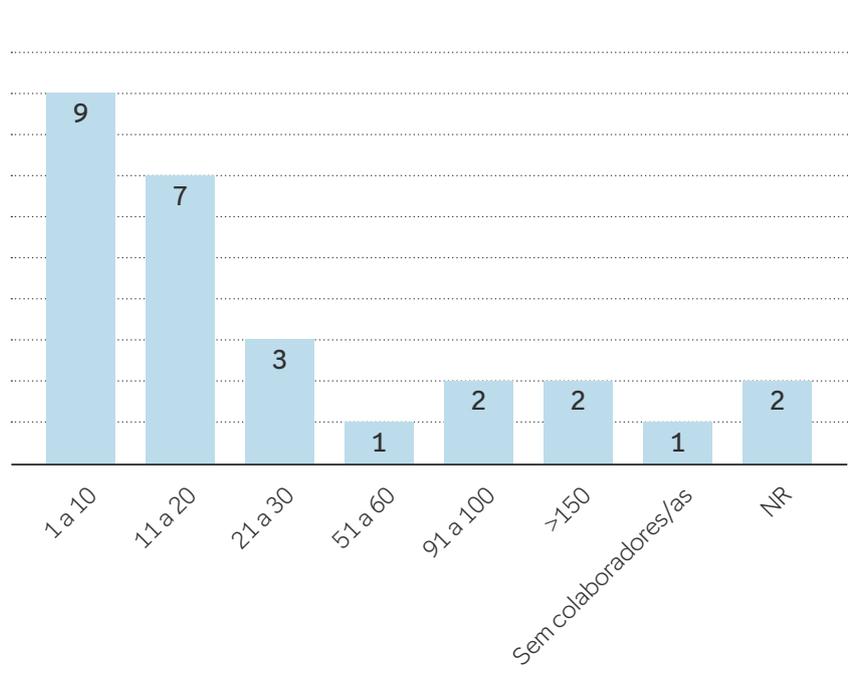
Gráfico 2
Área Geográfica de Intervenção

No nº total de colaboradores/as, as OSC indicaram a seguinte distribuição:

- 9 organizações entre 1 a 10 colaboradores/as;
- 7 organizações entre 11 a 20 colaboradores/as;
- 3 organizações entre 21 a 30 colaboradores/as;
- 1 organização entre 51 a 60 colaboradores/as;
- 2 organizações entre 91 a 100 colaboradores/as;
- 2 organizações ter mais de 150 colaboradores/as;
- 2 organizações não responderam à questão;
- 1 organização sem com colaboradores/as (inexistência de projetos em curso).

No Gráfico 3 observamos o número total de colaboradores/as das OSC.

Gráfico 3
Nº Total de
Colaboradores/as

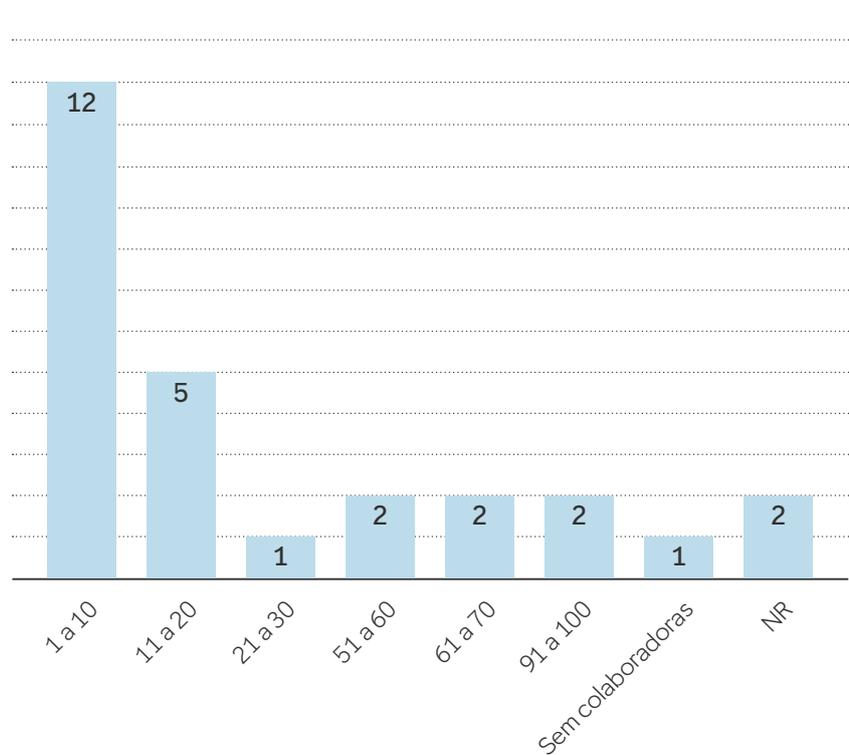


No nº total de colaboradoras, verificou-se a seguinte distribuição:

- 12 organizações entre 1 a 10 colaboradoras;
- 5 organizações entre 11 a 20 colaboradoras;
- 1 organização entre 21 a 30 colaboradoras;
- 2 organizações entre 51 a 60 colaboradoras;
- 2 organizações entre 61 a 70 colaboradoras;
- 2 organizações entre 91 a 100 colaboradoras;
- 2 organizações não responderam à questão;
- 1 organização sem colaboradoras (inexistência de projetos em curso).

O Gráfico 4 apresenta as respostas sobre o número de colaboradoras.

Gráfico 4
Nº total de colaboradoras

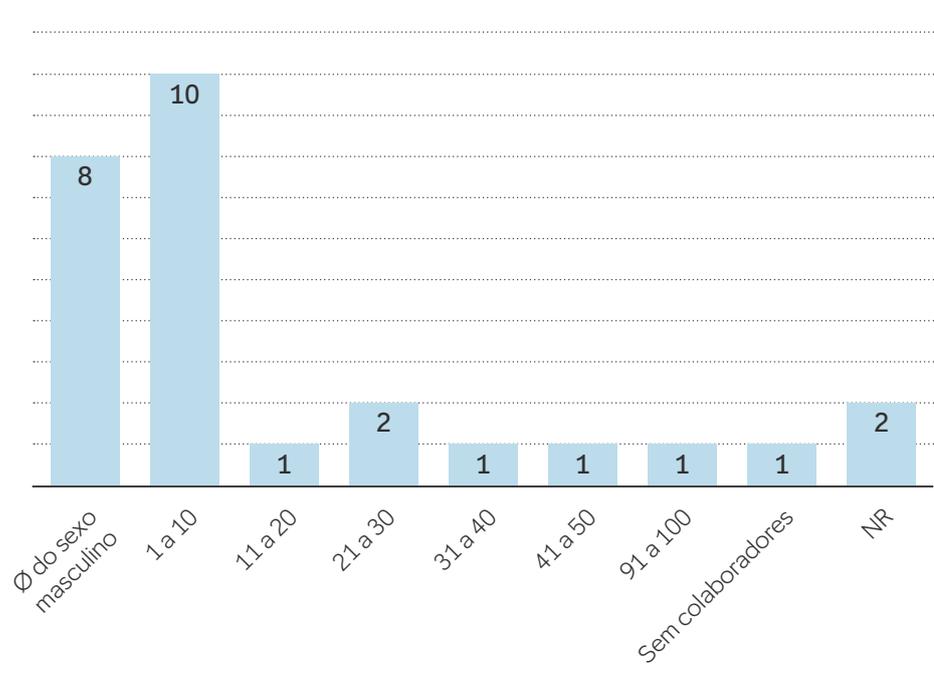


No nº de colaboradores, os resultados obtidos apresentaram a seguinte distribuição:

- 8 organizações mencionam não ter colaboradores;
- 10 organizações entre 1 a 10 colaboradores;
- 2 organizações entre 21 a 30 colaboradores;
- 1 organização entre 31 a 40 colaboradores;
- 1 organização entre 41 a 50 colaboradores;
- 1 organização 91 a 100 colaboradores;
- 2 organizações não responderam à questão;
- 1 organização sem colaboradores (inexistência de projetos em curso).

O Gráfico 5 apresenta as respostas sobre o número de colaboradores.

Gráfico 5
Nº total de colaboradores



No nº total de membros nos Órgãos Sociais, observou-se a seguinte distribuição:

- 6 organizações entre 1 a 10 pessoas nos seus órgãos sociais;
- 19 organizações entre 11 a 20 pessoas nos seus órgãos sociais;
- 2 organizações entre 21 a 30 pessoas nos seus órgãos sociais.

Na distribuição por sexo dos membros dos Órgãos Sociais observou-se a seguinte distribuição:

- Sexo feminino:
 - 17 organizações entre 1 a 10 mulheres;
 - 10 organizações entre 11 a 20 mulheres.
- Sexo masculino:
 - 6 organizações sem elementos do sexo masculino nos órgãos sociais;
 - 19 organizações entre 1 a 10 homens;
 - 2 organizações assinalaram entre 11 a 20 homens.

Áreas temáticas de atuação – A área dos “Direitos Humanos” foi a mais referida, com 27,7% das menções, seguida pelas áreas de “Igualdade de Género (IG)” (19,3%) e “Educação” (18,1%).

As áreas de “Saúde” e “Violência contra Meninas e Mulheres” apresentou igual número de referência (10,8% cada).

A categoria “Outra(s)” representou 13,3%, sendo que as áreas mencionadas incluem: “Alimentação, Ambiente, Apoio Social, Bem-estar, Bullying, Cidadania e Participação, Coesão e Desafios Territoriais Emergentes, Comércio Justo e Bens Comuns, Cultura, Democracia, Desenvolvimento e Desenvolvimento Local, Diversidade e LGBTI+, Educação para a Cidadania Global, Educação para o Desenvolvimento, Ecologia Integral, Economia Social, Envelhecimento, Ensino Superior, Governança, Intervenção Social e Comunitária, Juventude, Migração, Políticas Públicas, Transparência, Trabalho, Violência Obstétrica e Voluntariado”.

O Gráfico 6 apresenta a distribuição das áreas temáticas de atuação das organizações.

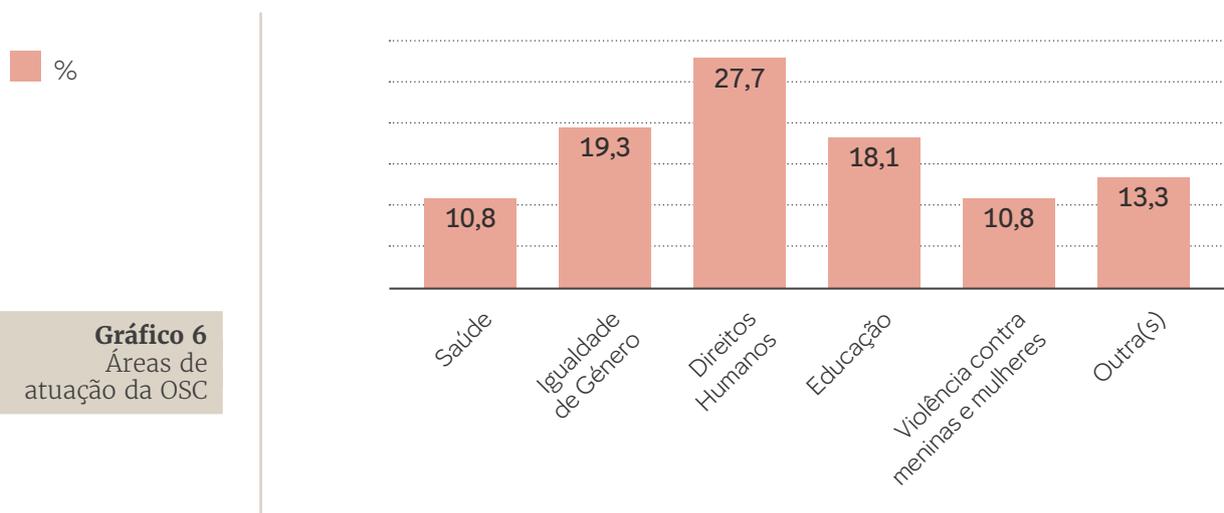


Gráfico 6
Áreas de atuação da OSC

A variedade de áreas de atuação reforça a pluralidade e flexibilidade das OSC, possibilitando uma atuação transversal que responde a contextos locais, regionais, necessidades emergentes e especificidades do território, evidenciando o carácter dinâmico e adaptativo como agentes essenciais na promoção do desenvolvimento e cidadania ativa e inclusiva.

3.2. Saúde e Saúde Sexual e Reprodutiva

Questão:

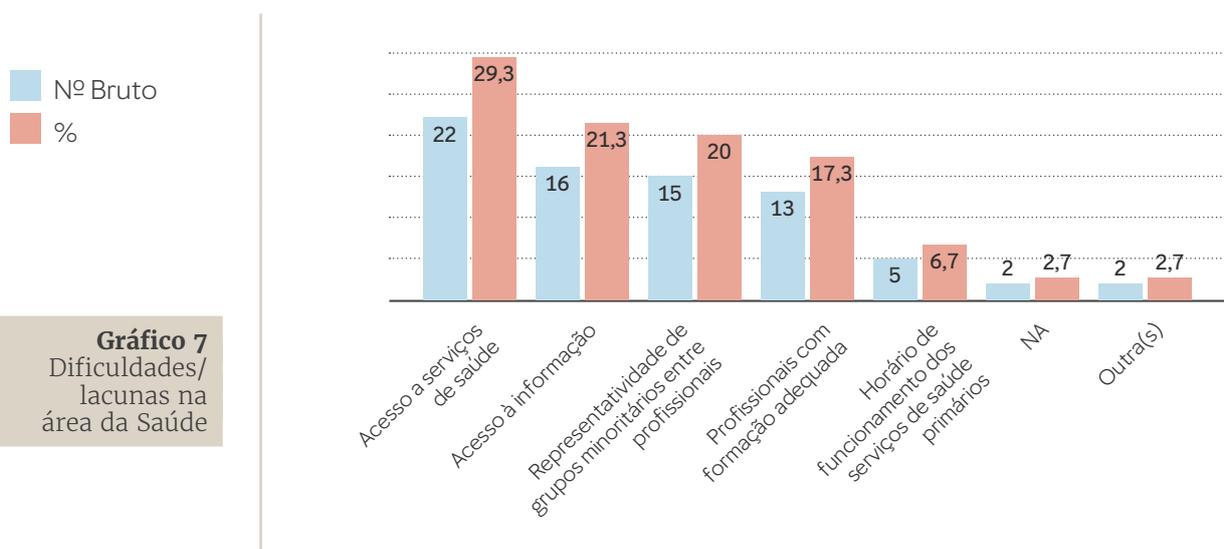
Quais as dificuldades/lacunas na área da saúde?

No que respeita às **dificuldades ou lacunas no setor da Saúde**, o **“Acesso a serviços de saúde”**, foi mencionada por cerca de 30% das organizações, seguida do **“Acesso à informação”** (21,3%) e **“Representatividade de grupos minoritários entre os profissionais de saúde”** (20%). A necessidade de **“Formação adequada para profissionais”** surgiu com 17,3%.

Na categoria **“Outra(s)”** as OSC referiram:

- *“Falta de tradutores nas consultas com mulheres migrantes”*.
- *“Carência de profissionais com formação especializada nas áreas de violência doméstica (VD), violência de género (VG) e pessoas LGBTI+”*.

O Gráfico 7 apresenta as respostas das Organizações.



Os dados revelam um conjunto de dificuldades – desafios estruturais e de inclusão no sistema de saúde, questões relacionadas com a necessidade de informação, formação profissional e representatividade – apontando para a necessidade de uma abordagem mais centrada na pessoa, no desenvolvimento e na implementação de políticas de saúde.

Questão:

Quais as dificuldades/lacunas na área da Saúde Sexual e Reprodutiva?

“**Projetos e programas de educação sexual compreensiva**” e “**Identificação e acompanhamento de situações de violência de gênero**”, ambas com 11% de respostas foram as categorias mais identificadas pelas OSC.

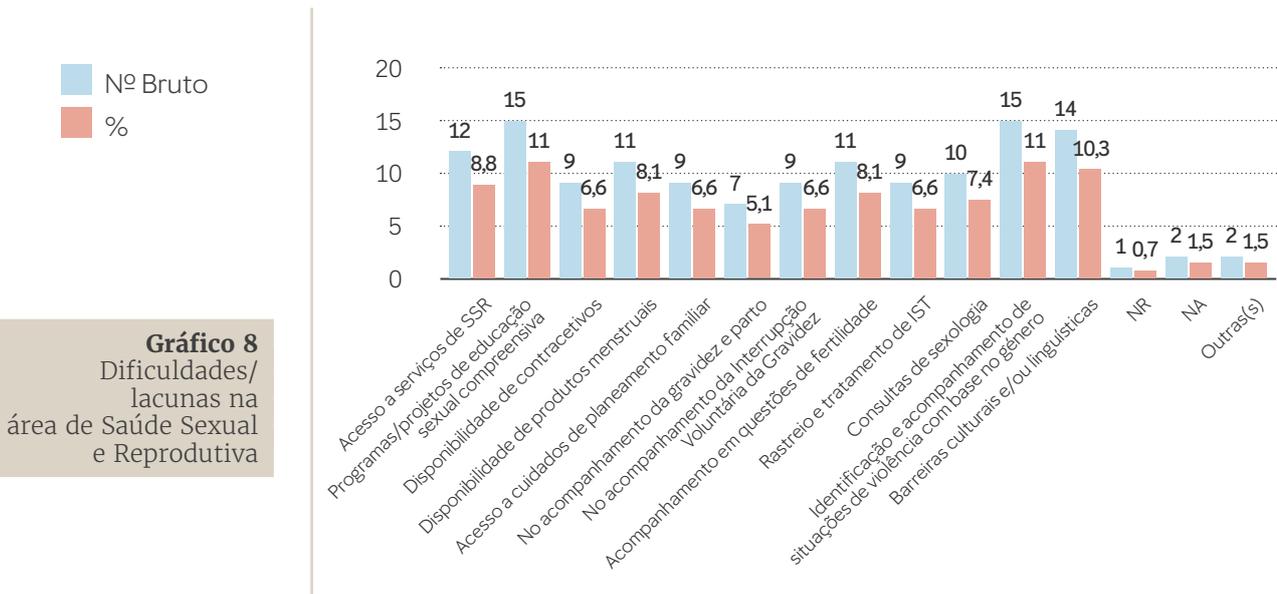
A categoria “**Barreiras culturais e/ou linguísticas**” com 10,3% foi a mais referida, seguida do “**Acesso a serviços de SSR**” (8,8%), “**Produtos menstruais**” (8,1%), “**Cuidados relacionados à fertilidade**” (8,1%), e “**Consultas de sexologia**” (7,4%).

A “**Disponibilidade de contraceptivos**”, o “**Acesso a cuidados de planeamento familiar**”, e da “**Interrupção voluntária da gravidez**”, surgem com 6,6% seguida da categoria “**Acompanhamento na gravidez e parto**” (5,1%).

No âmbito das respostas da categoria “**Outra(s)**” (1,5%) foram mencionados:

- “*Acesso da população migrante aos serviços de SSR*”
- “*Ausência de serviços de saúde mental integrados na resposta em SSR*”
- “*Falta de serviços direcionados a homens trans com vagina*”

O Gráfico 8 apresenta os principais obstáculos identificados.



Os dados sugerem desigualdades no acesso, falta de recursos adequados e insuficiência na educação e formação relacionadas com a SSR, o que poderá indicar lacunas nos cuidados continuados e na resposta às necessidades das mulheres face à sua saúde reprodutiva.

É de salientar a importância de estratégias interseccionais – que considerem género, origem, idade e orientação sexual –, o reforço da literacia em saúde e a formação contínua e especializada de profissionais de saúde e educação.

As respostas obtidas reforçam a necessidade de políticas e práticas mais inclusivas, interseccionais e com foco nas necessidades/especificidades de cada pessoa.

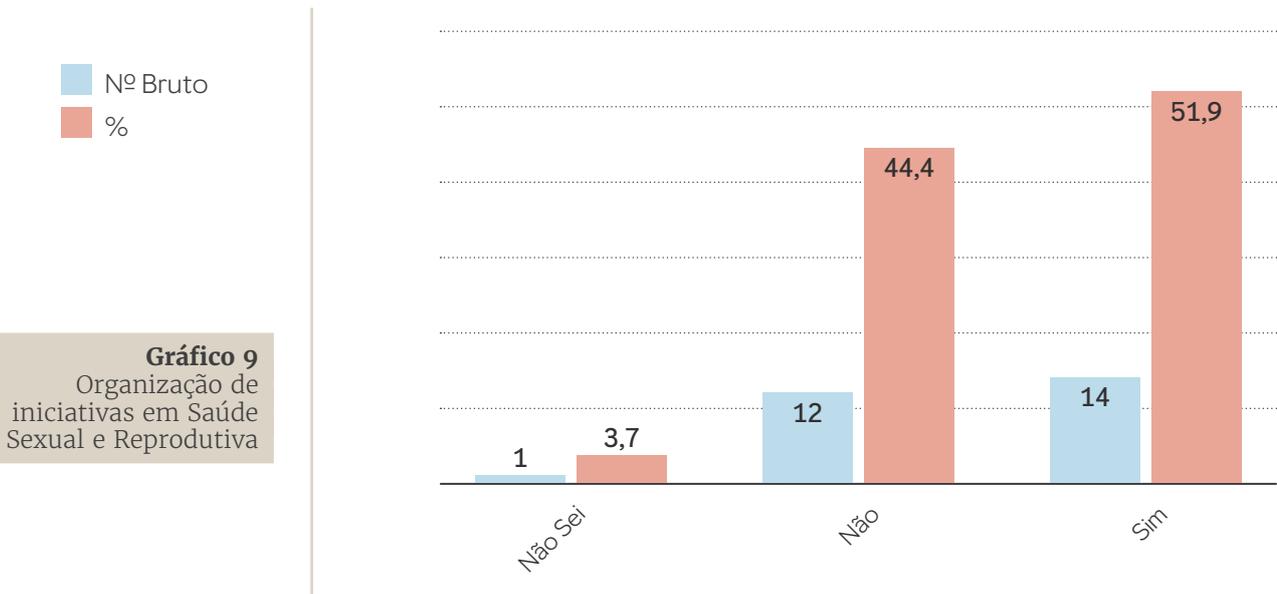
Questão:

A organização desenvolve iniciativas sobre SSR?

Caso afirmativo selecione.

Pouco mais de metade das organizações (51,9%) afirma **desenvolver iniciativas na área da SSR** e 44,4% indicou não ter atuação nesta área.

O Gráfico 9 apresenta as respostas sobre iniciativas na área da SSR.



A Tabela 1 apresenta as áreas referentes às atividades desenvolvidas pelas OSC.

Caso tenha respondido sim, selecione (14 OSC)	Nº Bruto	%
Formação interna	6	25,0
Formação externa	4	16,7
Campanhas de IEC-MC	3	12,5
Parcerias	7	29,2
NR	1	4,2
Outra(s)	3	12,5
	24	100

Tabela 1

Atividades onde as Organizações desenvolvem iniciativas em SSR

A análise das respostas das organizações que afirmou desenvolver **atividade na área da Saúde Sexual e Reprodutiva**, mostrou que 29,2% realiza atividades através de “**Parcerias**” com outras OSC, 25% através de “**Formação interna**”, 16,7% de “**Formação externa**” e 12,5% através de “**Campanhas IEC-MC**” (Informação, Educação, Comunicação para Mudança de Comportamento).

As organizações que selecionaram a opção “**Outra(s)**” (12,5%) mencionaram:

- “Ações de sensibilização com pequenos grupos de mulheres imigrantes oriundas dos PALOP e de alguns países do Médio Oriente”, demonstrando atenção às especificidades dessas populações;
- “Ações de sensibilização” que poderão ter um carácter mais amplo, com foco informativo e educativo;
- “Acompanhamento clínico”, indicando a existência de apoio direto e especializado.

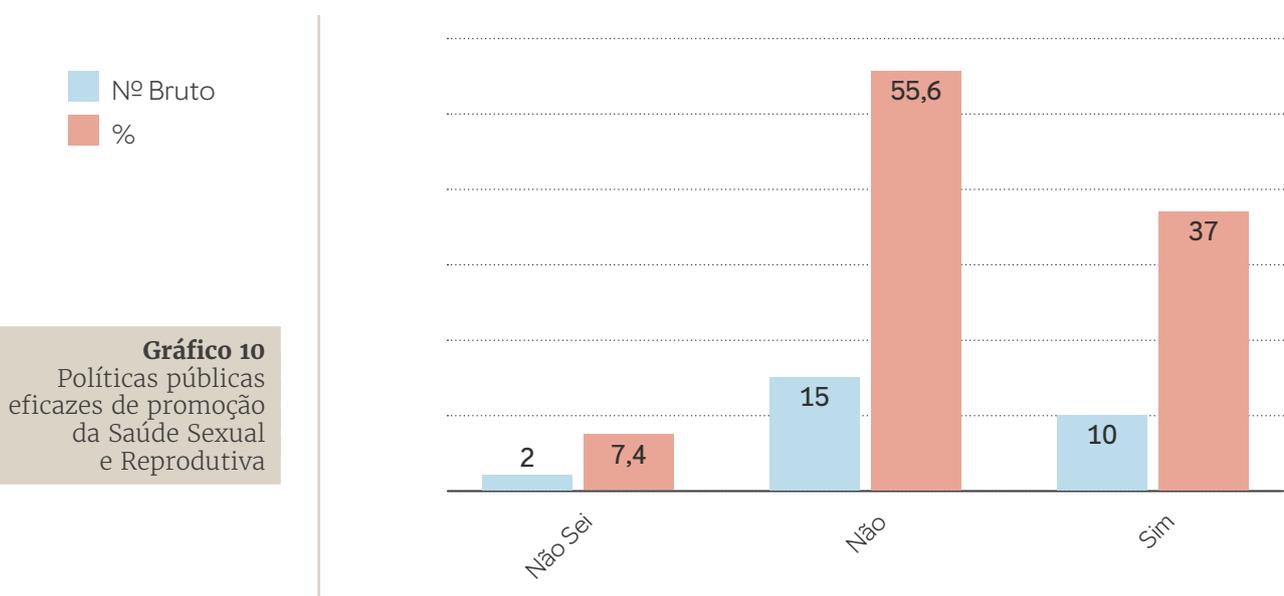
Verifica-se que as organizações possuem trabalho desenvolvido em iniciativas de formação, campanhas e parcerias, sinalizando um esforço consciente para abordar a SSR de forma transversal e integrada. Ainda assim, a categoria Campanhas de IEC-MC apresentou um valor menos expressivo que poderá não garantir o alcance e impacto às diferentes populações e comunidades.

Questão

Existem em Portugal, políticas públicas eficazes de promoção da Saúde Sexual e Reprodutiva?

A grande maioria da amostra considerou **não existirem políticas públicas eficazes na área da SSR (55,6%)**, por oposição a 37% que mencionou políticas públicas eficazes nesta área. 2 OSC não responderam a esta questão.

No Gráfico 10 apresentam-se as respostas das organizações relativamente à questão.



A maioria das organizações referiu não existirem políticas públicas eficazes, podendo evidenciar insuficiência ou existência de dificuldades na monitorização das políticas, falta de recursos ou de financiamento para a implementação eficaz de programas, e/ou um desalinhamento entre políticas públicas e necessidades da população.

3.3. Autonomia Corporal

Questão

Conhece ou utiliza o conceito de autonomia corporal?

Na dimensão do **conceito de autonomia corporal**, 74,1% das OSC referiu ter conhecimento e utilizar este conceito, face a 25,9% que não conhece ou utiliza.

O Gráfico 11 apresenta as respostas das organizações relativamente à questão.

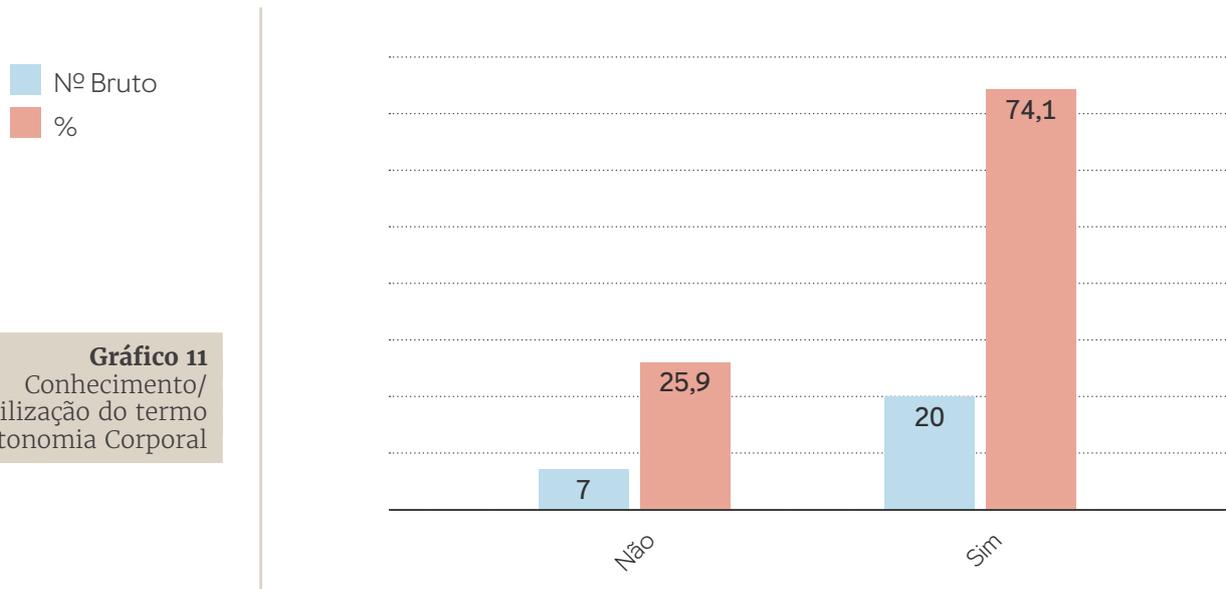


Gráfico 11
Conhecimento/
utilização do termo
Autonomia Corporal

Observar-se que o conceito de autonomia corporal é fundamental entre as OSC que trabalham para a defesa dos Direitos Humanos, Direitos das Mulheres e SSR, promoção da liberdade de escolha em relação ao corpo e sexualidade.

Questão

De que modo a Organização promove a autonomia corporal?

As OSC mencionaram **promover a autonomia corporal (AC)** através da organização de **“Workshops, seminários e formações”** (27,1%), **“Estabelecimento de parcerias com outras entidades”** (25%), **“Organização e dinâmica interna”** (18,8%) e **“Campanhas de sensibilização”** (14,6%). 12,5% das organizações não responderam a esta questão.

O Gráfico 12 apresenta as respostas das organizações relativamente à questão.

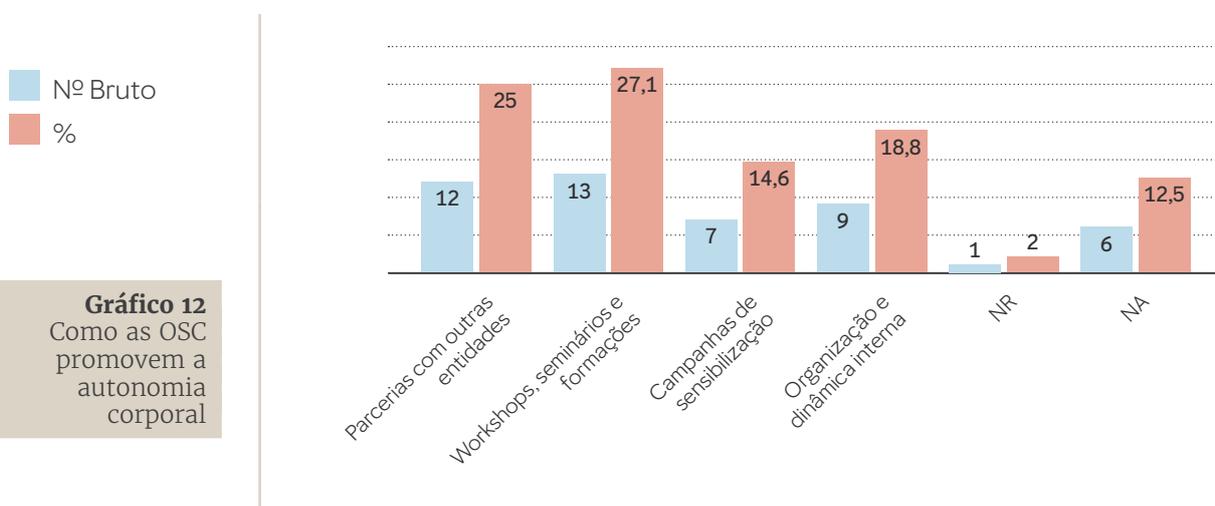


Gráfico 12
Como as OSC promovem a autonomia corporal

As respostas reforçam a importância que as políticas públicas devem incluir a formação sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos, incluindo a Autonomia Corporal, em programas de capacitação e formação contínua, para além de valorizarem o estabelecimento de parcerias com outras organizações.

Questão

Quais são os principais desafios que as jovens e as mulheres enfrentam no que respeita à autonomia corporal? Se respondeu, Outro(s), especifique.

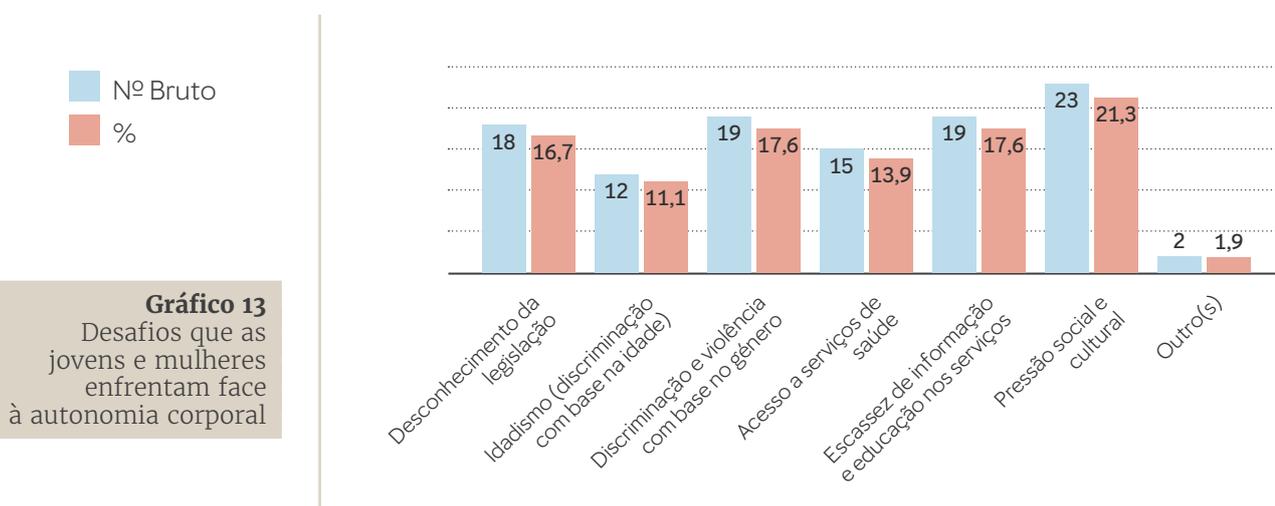
No tópico sobre os **desafios que jovens e mulheres enfrentam face à autonomia corporal**, 21,3% das respostas centrou-se na **“Pressão social e cultural”**, 17,6% na **“Escassez de informação e educação nos serviços”** e 17,6% na **“Discriminação e violência de género”**.

Das OSC respondentes, 16,7% referiu o “**Desconhecimento da legislação**” como um dos desafios das jovens e/ou mulheres. Com 13,9%, surgiu o “**Acesso a serviços de saúde**” e com 11,1% situações de “**Idadismo**”.

As organizações que selecionaram a opção “**Outra(s)**” (1,9%) mencionaram:

- “*Associação do papel biológico com o social e a normalização do domínio machista sobre o corpo das mulheres*”;
- “*Discriminação com base na identidade de género (sobretudo homens trans)*”.

O Gráfico 13 apresenta as respostas sobre os desafios existentes para as jovens e mulheres face à autonomia corporal.



As respostas apontam para a necessidade de manter e reforçar programas de Educação Sexual Compreensiva e de programas de Cidadania com base em Direitos Humanos, desde idades mais precoces (tanto em espaços formais, como as escolas, quanto em espaços informais e comunitários), com vista à desconstrução de estereótipos, falsas crenças, mitos e tabus, bem como o aumento de informação.

Campanhas de informação com foco na legislação e direitos reprodutivos, com utilização de linguagem simples, objetiva e/ou perceptível, cultural e linguisticamente adaptada, são meios essenciais para a capacitação de jovens e mulheres no reconhecimento da sua autonomia corporal.

As estratégias devem reconhecer e combater as múltiplas formas de discriminação que afetam a autonomia corporal, como género, idade, origem étnica, deficiência, orientação sexual ou classe social, entre outras.

Questão

O que pode ser feito para melhorar a informação sobre autonomia corporal?

Se respondeu, “Melhoria no acesso a serviços”, diga quais.

Face à questão, 23,2% das organizações respondeu a necessidade de “**Mais educação e consciencialização nas escolas**”, assim como “**Melhoria do conhecimento/informação sobre leis e políticas públicas**”. 22,1% referiu “**Mais apoio a vítimas de violência e discriminação**”, 18,9% “**Mais campanhas de sensibilização pública**” e 12,6% das organizações a necessidade de “**Melhoria no acesso a serviços**”.

No Gráfico 14 observamos as respostas das organizações relativamente à questão.

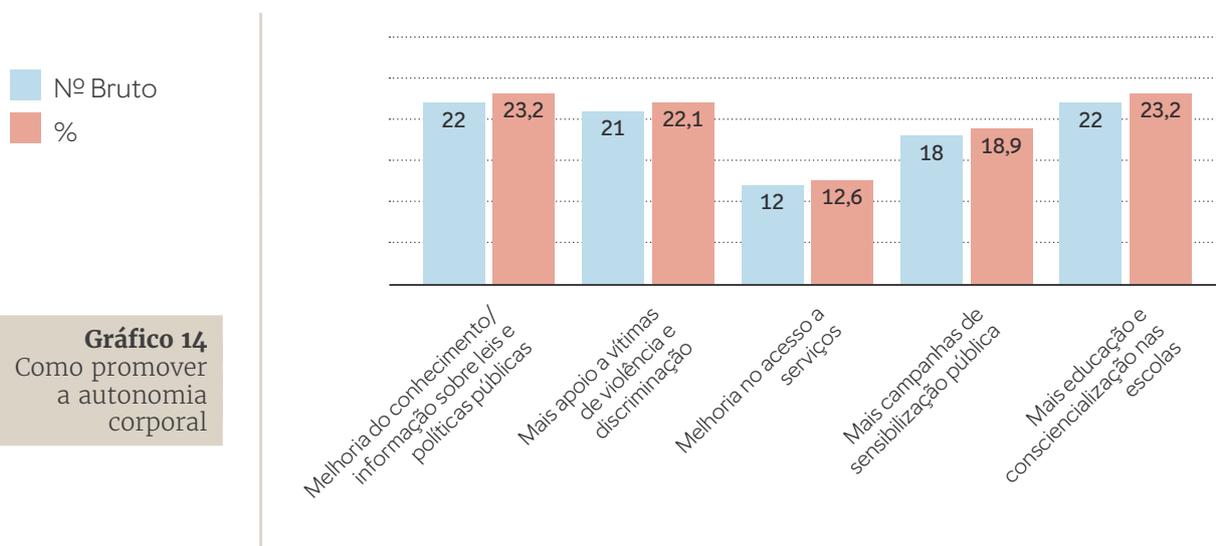


Gráfico 14
Como promover a autonomia corporal

Na Tabela 2 observamos as respostas sobre quais as “**melhorias no acesso a serviços**” referidas pelas OSC.

Melhoria no acesso a serviços, quais?	Nº Bruto
“Reforçar acesso a informação e sendo mais inclusiva possível. Criar ações de sensibilização em parceria com empresas de limpezas.”	1
“Apoio para vítimas de MGF.”	1
“Profissionais isentos de juízo de valor.”	1
“Saúde mental.”	1

“Urgências de Obstetrícia abertas por exemplo; Capacidade de fazer uma IVG em qualquer hospital público (de acordo com a lei) e que atualmente não acontece.”	1
“Saúde feminina.”	1
NR	4
	10

Tabela 2
Melhoria no acesso a serviços

As respostas destacam uma preocupação com mulheres em situação de maior precaridade laboral, muitas vezes invisibilizadas nas políticas públicas e campanhas.

A menção à área da IVG, poderá apontar para a existência de falhas na implementação e/ou monitorização ou eventual necessidade de reavaliação da legislação face à realidade atual.

3.4. Direitos Humanos, Igualdade e Violência de Género

Questão

Quais as dificuldades/lacunas que identifica, na sociedade portuguesa, na área na Igualdade de Género? Se respondeu – Outra(s), diga qual/quais.

Quando questionadas sobre as **dificuldades/lacunas na área na Igualdade de Género** 15,8% das OSC referiu a “**Representatividade de grupos minoritários**”, 15% o “**Acesso à informação**” e 14,2% identificou áreas como o “**Conhecimento da legislação**”, “**Profissionais com formação adequada**” e “**Investimento na prevenção primária**”.

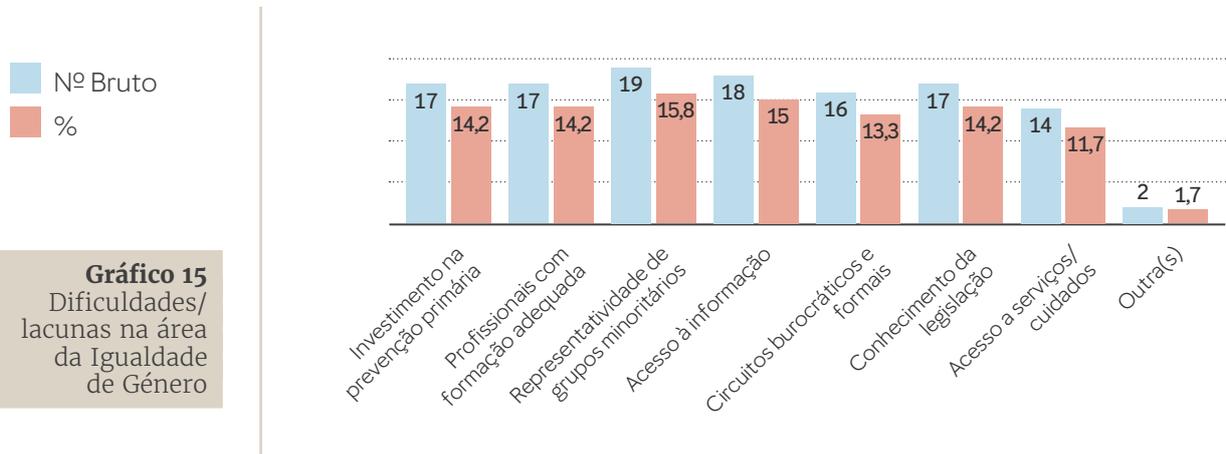
A existência de “**Circuitos burocráticos e formais**” surgiu com 13,3% e o “**Acesso a serviços/cuidados**” com 11,7%.

As organizações que selecionaram a opção “**Outra(s)**” (1,7%) mencionaram:

- “*Maior eficácia na justiça*”;
- “*Maior avaliação dos serviços públicos*”;

- “Profissionais isentos de preconceitos”;
- “Não utilização da linguagem inclusiva de género”.

O Gráfico 15 apresenta as respostas relativas à questão.



Os resultados remetem para a crescente preocupação com a necessidade de interseccionalidade na área Igualdade de Género, com políticas, práticas e programas mais inclusivos e visibilidade de pessoas imigrantes, LGBTI+ e portadoras de deficiência ou outros grupos.

A utilização excessiva de linguagem técnica, a ausência de canais adaptados ou reorganizados, bem como questões de âmbito administrativo, podem reduzir o acesso efetivo a quem se encontra em situação de maior vulnerabilidade. A desburocratização dos circuitos administrativos e serviços de apoio preparados para atender sem barreiras adicionais é considerada essencial.

A necessidade de prevenção primária reforça a visão de que as políticas atuais de combate à Desigualdade/Discriminação de Género devem ser proativas. Será de equacionar o investimento na formação contínua de profissionais (Saúde, Justiça, Educação e Segurança) com enfoque em Género, Interseccionalidade e Direitos Humanos.

A capacidade de respostas rápidas e eficazes, do sistema, às situações de (Des)Igualdade de Género, como situações de violência doméstica ou assédio em meio laboral é referida, assim como a necessidade de mecanismos que assegurem que políticas e práticas existentes são promotoras de Igualdade de Género.

Questão

De que modo a Organização promove a Igualdade de Gênero?

As respostas foram agrupadas em **5 eixos temáticos** (22 OSC):

- 1. Normas e documentos internos:** *“Normas e regulamentos internos”; “Plano interno para a igualdade, inclusão e não discriminação”; “Paridade nos órgãos sociais”; “Documentos e orientações práticas na área da Igualdade de Gênero e das crianças e jovens”.*

As respostas demonstram um compromisso institucional com a temática da Igualdade de Gênero, o que terá sido transposto para normas, regulamentos, planos internos e procura de paridade nos órgãos sociais, visando a representatividade e a igualdade.

- 2. Ações de formação e projetos:** *“Formação, workshops, atividades e ações de informação, comunicação e matérias, ações de capacitação, encontros informais, tertúlias”; Projeto: “educação não formal de jovem para jovem e com serviços educativos”; “Parcerias e trabalho em rede”; “Promoção da diversificação profissional das jovens e desconstrução de estereótipos sexistas junto de crianças e jovens”.*

As respostas indicam uma diversidade de ações, incluindo formações, workshops, ações de capacitação, projetos educativos e desconstrução e/ou questionamento de estereótipos. Estas iniciativas são base para a alteração de comportamentos e atitudes, especialmente as de educação não formal e na intervenção com/para crianças e jovens.

- 3. Ações de informação, produções audiovisuais/redes sociais:** *“Ações de sensibilização sobre educação para o desenvolvimento e cidadania global (ED/CG) em escolas”; “Campanhas de sensibilização e educação para combater o estigma e a discriminação”; “Campanhas nas redes sociais, rádio e TV locais e parcerias”; “Produção de filmes ou outros materiais audiovisuais”.*

As respostas apontam para o papel central que a comunicação apresenta na sensibilização, informação e educação para a Igualdade de Gênero, sendo perceptível que as OSC utilizam, sobretudo, campanhas em redes sociais, meios de comunicação tradicionais e materiais audiovisuais com vista à disseminação de mensagens e à desconstrução de preconceitos e estereótipos.

4. **Serviços e apoio psicossocial:** “Apoio a populações vulneráveis, prevenção e tratamento, apoio direto a vítimas de violência doméstica e violência de género (VD/VG)”; “Acesso a Serviços”; “Centros de atendimento e casas de acolhimento para mulheres vítimas de violência”; “Oferta de apoio psicossocial”.

Demonstra uma resposta direta às consequências da Violência de Género, como a violência doméstica. Incluem apoio direto a vítimas/sobreviventes, casas de acolhimento, apoio psicossocial e acesso a serviços como essenciais para garantir a proteção e empoderamento de mulheres e populações em situação de vulnerabilidade.

5. **Advocacy:** “Pertença ao Conselho Consultivo da CIG – definição e avaliação das políticas públicas serviços”; “Trabalho para eliminar leis e práticas discriminatórias, promovendo políticas e ações que favoreçam a Igualdade de Género”; “Centro de cultura e intervenção feminista, centro de documentação e arquivo”.

Este eixo temático apresenta o trabalho realizado com agentes de decisão política e *opinion makers* e o envolvimento das OSC na definição de políticas públicas, eliminação de práticas discriminatórias e manutenção de centros de documentação e/ou cultura feminista.

Questão

Onde observam mais situações de violência e discriminação de género?

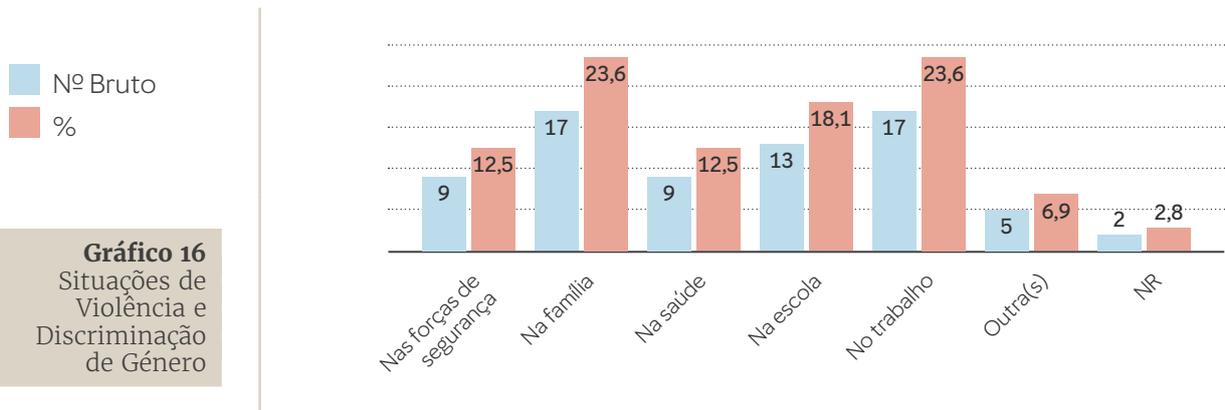
Se respondeu, Outra(s), diga quais.

Nesta questão, 23,6% das organizações referiu **situações de violência e discriminação de género**, “No trabalho” e “Na família”, seguido de 18,1% na “Na escola”. Com 12,5% surge a categoria “Na saúde” e “Nas forças de segurança”.

As organizações que selecionaram a categoria “Outra(s)” (6,9%) mencionaram:

- “Nos transportes públicos”;
- “Na sociedade em geral”;
- “Nos espaços exteriores públicos”;
- “Nos canais televisivos”;
- “Em todas as nossas esferas sociais, familiares, institucionais”.

No Gráfico 16 observamos as respostas das organizações.



Os dados refletem uma discriminação de género transversal em diferentes contextos sociais, afetando a vida das pessoas de forma cumulativa e interligada. O facto de a família e o trabalho surgirem como os ambientes mais referidos, com igual peso, sublinha a necessidade de políticas públicas e ações comunitárias que atuem ou tenham impacto tanto no espaço público quanto no privado.

As observações reforçam a ideia de que a violência e a discriminação de género não são fenómenos isolados, mas sim expressões de uma desigualdade estrutural, presente de forma interseccional em diversos espaços e dimensões sociais.

Questão

A Organização sentiu dificuldades ou oposição (interna e externa) na promoção da área da Igualdade de Género? De que forma?

Das 17 Organizações que **sentiram dificuldades ou oposição na promoção na área da Igualdade de Género**, as respostas foram agrupadas em **três níveis: interno, externo e geral**.

Dificuldades a nível interno: Obstáculos vividos dentro das próprias organizações.

- “*Instabilidade financeira das técnicas, incerteza da continuidade dos trabalhos.*”
- “*(...) dificuldades de mobilização dos seus membros, perante as condições de acesso e de gestão de financiamentos públicos disponíveis nesta área.*”

- *“Desafios Institucionais: Organizações podem enfrentar desafios na integração de políticas de Igualdade de Género em todas as suas operações e programas. Isso pode incluir a necessidade de formação e sensibilização contínuos para todos os membros da equipe.”*
- *“(…) órgãos sociais levantaram questões quanto ao modo e abordagem ao tema.”*

As dificuldades apresentadas enquadram obstáculos existentes nas organizações (instabilidade de recursos financeiros e humanos ou desafios institucionais e operacionais), que afetam a capacidade de implementação de ações eficazes e sustentáveis, para a integração da Igualdade de Género.

A rotatividade ou incerteza sobre a continuidade de equipas técnicas, afeta diretamente a capacidade de manter projetos sustentáveis, comprometendo a continuidade da intervenção e a consolidação de práticas de igualdade nas organizações.

Dificuldades a nível externo: Barreiras sistémicas, políticas e estruturais no contexto onde atuam.

- *“Necessidade da mudança das leis, em particular a saída dos agressores de casa e não as vítimas.”*
- *“O panorama sócio-económico-político tem dificultado o nosso trabalho de forma transversal, desde falta de financiamento estrutural, a falta de recursos e pessoal.”*
- *“(…) A obtenção de financiamento adequado para programas de Igualdade de Género pode ser um desafio. Muitas vezes, os financiadores podem não priorizar a Igualdade de Género, o que limita os recursos disponíveis para essas iniciativas.”*
- *“Falta de financiamento e consistência prática das políticas públicas.”*
- *“Tetos de vidro ao nível externo, mas que institucionalmente não assumidos por países que não promovem tal comportamento.”*
- *“Oposição Política: Em alguns casos, políticas governamentais ou a falta de apoio político podem criar barreiras significativas. A oposição política pode resultar em falta de legislação favorável ou até mesmo em leis que discriminem diretamente as pessoas com base no género.”*

- “(...) *há resistência cultural e social significativa em relação à Igualdade de Gênero e aos direitos das pessoas LGBTI+. Isso pode dificultar a implementação de programas e iniciativas que promovam a Igualdade de Gênero.*”
- “*Dificuldades no que toca à compreensão do tema e da sua relevância/necessidade pelo público-alvo.*”
- “*Oposição por parte de famílias ou pessoas refugiadas provenientes de países que não promovem tal comportamento.*”
- “*Resistência e aspetos culturais.*”
- “*Quando há ações para a comunidade e questionam alguns conceitos.*”
- “*(...) dificuldades a chegar a escolas por não concordância por parte dos professores e direções das escolas sobre o tema. Também nas escolas, no trabalho que desenvolvemos, sentimos muitas vezes (embora nem sempre) muita aversão e relutância por parte dos jovens rapazes a discutir e refletir sobre este tema, considerando que é um assunto que não lhes pertence.*”
- “*(...) enfrentou e enfrenta muitos desafios na sua afirmação enquanto estrutura que defende as mulheres e que afirma o seu lugar no meio universitário.*”

As dificuldades externas são as mais referidas, apontando para barreiras sistêmicas, políticas, sócio culturais e estruturais. Diversas organizações enfrentam uma resistência social e culturalmente intrínseca, enraizada em normas patriarcais, que se manifesta em comunidades, escolas, famílias e entre jovens, especialmente do sexo masculino com negatividade face ao debate sobre questões de gênero e incompreensão sobre a sua relevância, o que pode limitar o impacto do trabalho desenvolvido.

Dificuldades de nível geral:

- “*Por vezes. Em setores muito masculinizados.*”
- “*Pontualmente alguns bloqueios para desenvolver ações e ou eventos.*”
- “*... utilização da Linguagem Inclusiva de Gênero.*”

As **dificuldades gerais** evidenciam situações de oposição subtil ou pontual, mas que, ainda assim, afetam a execução prática das iniciativas.

Questão

Existem em Portugal, políticas públicas eficazes no combate à violência de género?

Nesta questão, 70,4% das organizações referiu **não existirem políticas públicas eficazes no combate à Violência de Género**, face a 22,2% que afirmam a sua existência.

O Gráfico 17 apresenta as respostas das organizações relativamente à questão.

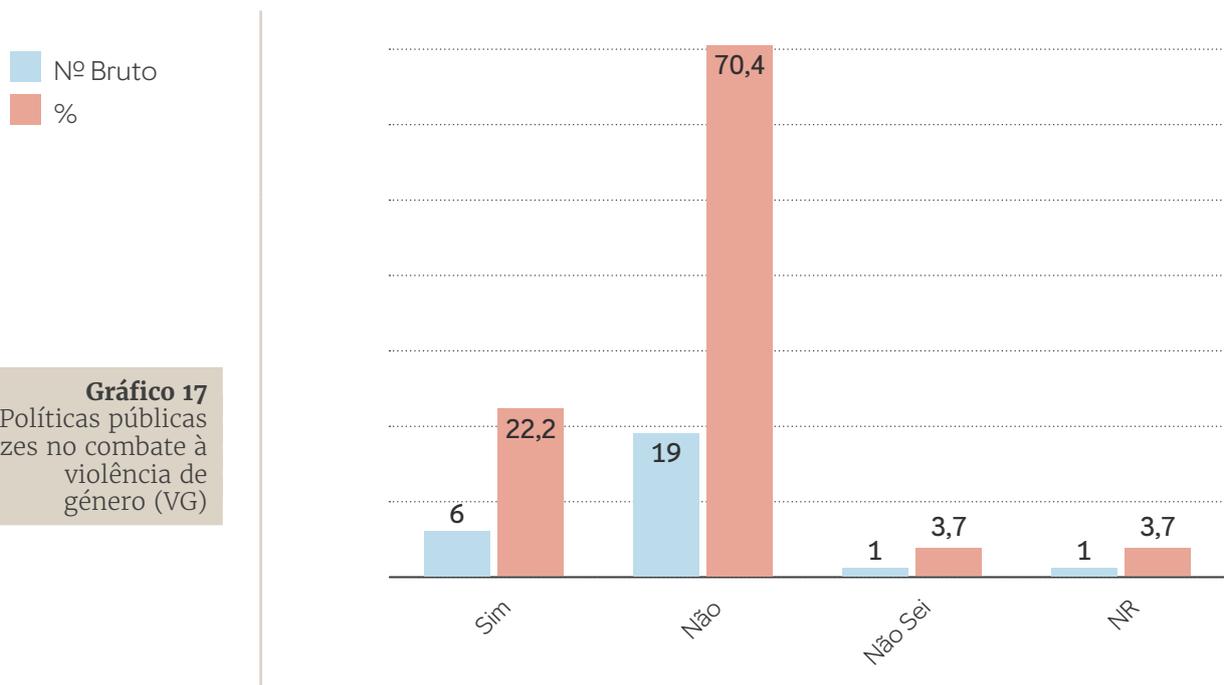


Gráfico 17
Políticas públicas eficazes no combate à violência de género (VG)

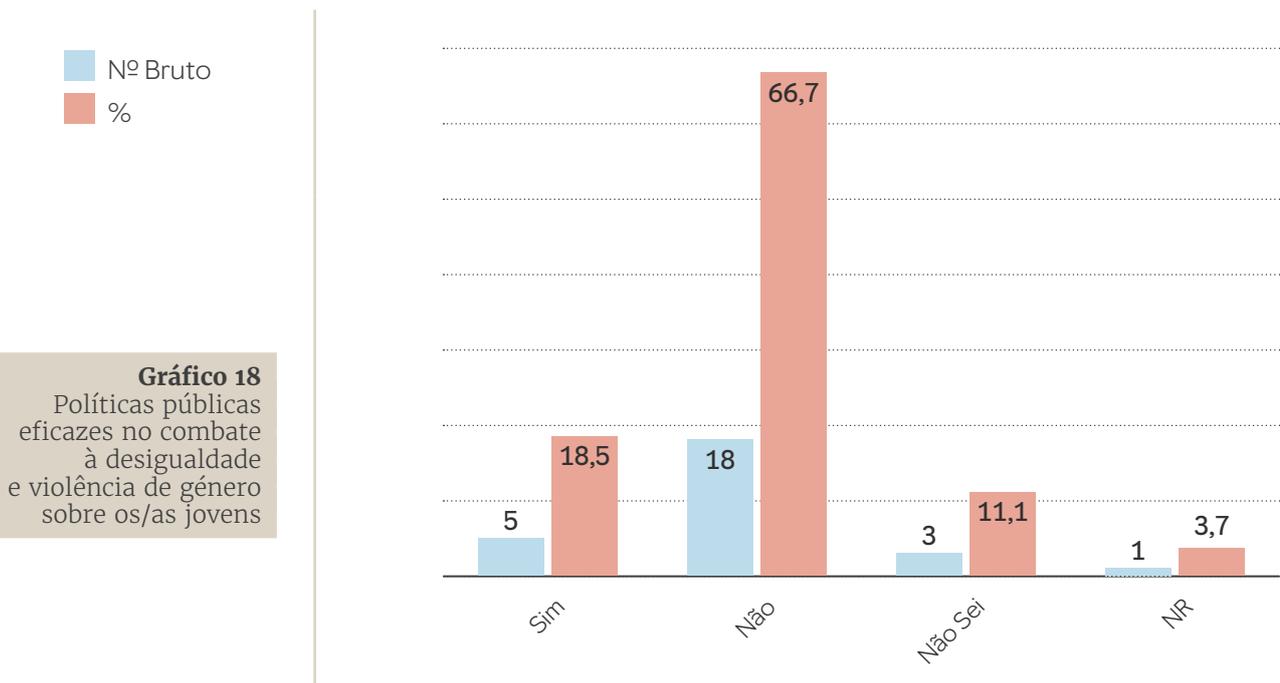
Os dados revelam uma tendência de insatisfação quanto à eficácia das políticas públicas na resposta à Violência de Género, 70,4% das respostas indica uma perceção negativa. Esta perceção pode sugerir que, para estas organizações, a existência de políticas públicas não é sinónimo de mudança com impacto real, ou que os mecanismos existentes podem não estar de acordo e ajustados com as necessidades atuais, apesar de existirem estruturas legais e mecanismos de resposta, a sua implementação é percebida como insuficiente e/ou pouco articulada.

Questão

Existem em Portugal políticas públicas eficazes no combate à desigualdade e violência de género sobre os/as jovens?

Esta questão analisa a **perceção das organizações sobre a eficácia das políticas públicas** dirigidas especificamente à **juventude**, com 66,7% de respostas negativa, face a 18,5% positivas.

O Gráfico 18 apresenta as respostas das organizações relativamente à questão.



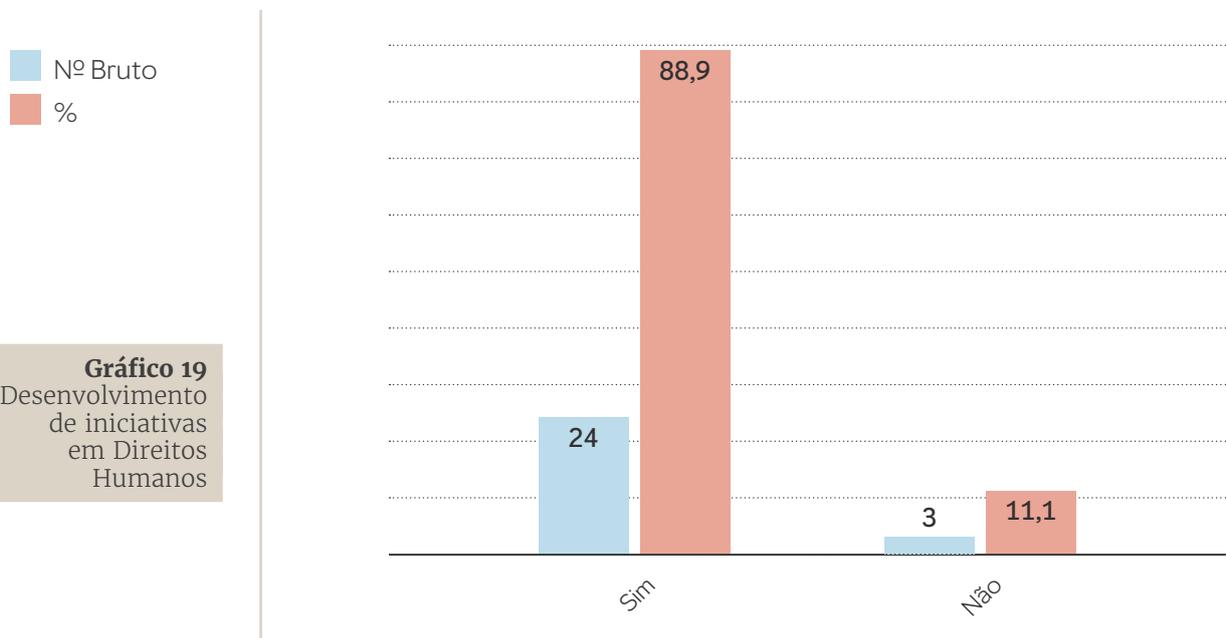
Os dados revelaram uma perceção dominante da baixa eficácia das políticas públicas, no que respeita à proteção e promoção da Igualdade de Género entre os/as jovens. Uma maioria significativa de OSC considera que as políticas públicas não têm sido eficazes, o que aponta para possíveis lacunas na resposta do Estado às necessidades específicas da juventude, por exemplo, a ausência de abordagens integradas nos sistemas de educação e juventude, a falta de programas de prevenção da violência de género adaptados à realidade dos/as jovens ou a persistência de estereótipos e discriminação nos ambientes escolares e digitais.

Questão

A Organização desenvolve iniciativas sobre Direitos Humanos?
Se respondeu “Sim” – Desenvolvimento de iniciativas sobre DH, especifique.

Observa-se que 88,9% das OSC afirmaram **desenvolver iniciativas na temática dos Direitos Humanos**, face a 11,1% que referiu não realizar.

No Gráfico 19 podemos observar as respostas sobre o desenvolvimento de iniciativas em Direitos Humanos.



Na tabela 3 verificamos as respostas das organizações sobre as atividades desenvolvidas na temática dos Direitos Humanos.

Se respondeu “Sim”, especifique	Nº Bruto	%
Formação Interna	15	24,6
Formação Externa	14	23,0
Campanhas IEC – MC	10	16,4
Parcerias	17	27,9
Outra(s)	2	3,3
NR	3	4,9
	61	10

Tabela 3
Ações desenvolvidas em Direitos Humanos

Ao verificarmos o tipo de atividades desenvolvidas, observa-se que 27,9% das OSC mencionou a abordagem do tema dos Direitos Humanos através da realização de **“Parcerias”**, 24,6% em atividades de **“Formação interna”**, 23% em atividades de **“Formação externa”** e 16,4% em campanhas IEC- MC.

As organizações que selecionaram a categoria “**Outra(s)**” (3,3%) mencionaram:

- “ações de informação e sensibilização”;
- “clínica social e observatório nacional do assédio sexual”.

Os dados obtidos revelam que a maioria das OSC demonstra um forte envolvimento na promoção dos Direitos Humanos, atuando como agentes de transformação social, combate às desigualdades e defesa das liberdades fundamentais, sendo essencial garantir condições estruturais para o seu funcionamento autónomo e sustentado.

Estes dados evidenciam que as OSC apostam fortemente em formação e capacitação, tanto interna quanto externa, valorizam as alianças interinstitucionais como forma de ampliar o alcance das ações, utilizam campanhas públicas como ferramentas de consciencialização e visibilidade e demonstram consistência entre atuação institucional e valores de Direitos Humanos.

Questão

Quais as formas mais comuns de violação de Direitos Humanos que tem observado no âmbito do trabalho da sua Organização?

As respostas obtidas foram estruturadas por 8 eixos temáticos:

- 1. Violação de Direitos Humanos – Violência de Género, Assédio, Não Respeito pela Saúde Sexual e Reprodutiva e Autonomia Corporal**
 - “Assédio moral no meio laboral.”;
 - “Violência contra as mulheres, violência doméstica, assédio, discriminação, racismo, etc.”;
 - “Tráfico de seres humanos, mutilação genital feminina, casamento infantil, forçado e precoce, desigualdade de género.”;
 - “Violência contra mulheres e raparigas; inexistência de soluções habitacionais, de serviços de saúde especializados, de trabalho digno e de exercício dos direitos sexuais e reprodutivos.”;

- *“Assédio sexual, discriminação com base da orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais à nascença.”;*
- *“Violência e Abuso: A violência física e psicológica, incluindo assédio e abuso sexual, são problemas significativos. Pessoas trans e não-binárias, em particular, são frequentemente alvo de violência e abuso.”;*
- *“Consentimento informado; esterilização sem consentimento (...).”;*
- *“Violação de direitos na área da interrupção voluntária da gravidez, vivência da sexualidade e inexistência de serviços de saúde especializados.”;*
- *“Inexistência de exercício dos direitos sexuais e reprodutivos.”;*
- *“Situações de saúde mental, incapacidade ou neurodivergência.”.*

As respostas evidenciam que a violência de género surge referenciada em múltiplas formas: física, sexual, psicológica e institucional. O assédio laboral, a violação da autonomia e a violência contra pessoas LGBTI+, mostram uma realidade sistémica de controlo e exclusão corporal e identitária.

2. Violação de Direitos Humanos – Discriminação Interseccional e Estrutural

- *“Discriminação, racismo, etc.”;*
- *“Discriminações laborais em razão do género, idade, orientação sexual.”;*
- *“Discriminação racial e étnica: Violações sofridas por comunidades ciganas e migrantes.”;*
- *“Discriminação de género: Barreiras ao empoderamento económico das mulheres.”;*
- *“Discriminação etária: Invisibilidade social e exclusão de pessoas idosas.”;*
- *“Discriminação e Estigmatização: Muitas pessoas atendidas [...] enfrentam discriminação devido ao seu género, orientação sexual, ou estado de saúde (...).”;*
- *“Falta de integração das minorias.”;*

- *“Crescimento de narrativas de exclusão e de ódio contra pessoas vulneráveis.”*,
- *“(…), violência doméstica, racismo, xenofobia, homofobia, transfobia.”*;
- *“Criminalização e perseguição [...] devido às suas identidades ou comportamentos, como o trabalho sexual ou o uso de drogas.”*.

A discriminação não é percebida como isolada, mas estrutural, acumulada e interseccional. Os grupos mais atingidos incluem pessoas imigrantes, pessoas LGBTI+, mulheres, jovens, idosos/as e pessoas com doença crónica.

3. Violação Direitos Humanos – Exploração Laboral e Precariedade

- *“Desigualdades no acesso ao trabalho digno.”*;
- *“Desemprego estrutural em comunidades desfavorecidas.”*;
- *“Trabalho precário e exploração laboral, especialmente em setores como a agricultura, serviços e construção civil.”*;
- *“Discriminação salarial, com impacto particularmente acentuado em mulheres, migrantes e pessoas racializadas.”*;
- *“Exploração laboral e tráfico de pessoas.”*;
- *“Condições de trabalho e legalidade nos mariscadores no rio Tejo nomeadamente em Alcochete e Samouco.”*.

As OSC destacaram a exploração laboral, frequentemente associada ao trabalho migrante e/ou informal. O desemprego estrutural e a desigualdade salarial são sintomas de um modelo que falha em garantir trabalho digno e protegido.

4. Violação de Direitos Humanos – Acesso Limitado a Direitos e Serviços

- *“No acesso aos serviços públicos.”*;
- *“Falta de acesso a habitação condigna.”*;
- *“Desigualdade no acesso a serviços básicos.”*;

- *“Exclusão de populações sem acesso a tecnologias digitais, dificultando o acesso a serviços e oportunidades.”;*
- *“Falta de acesso a uma educação com qualidade.”;*
- *“Violação do direito a uma vida digna devido à falta de recursos básicos como alimentação, água potável e saneamento.”;*
- *“Acesso inadequado a cuidados de saúde: falta de acesso a cuidados adequados e respeitosos, negação de tratamento, atendimento inadequado ou discriminatório.”;*
- *“Acesso a cuidados de saúde para imigrantes, MGF.”.*

Foram referidas falhas sistemáticas no acesso à saúde, à habitação, à educação e à proteção social, sobretudo em comunidades em situação de pobreza, rurais ou migrantes. A exclusão digital e a ausência de intérpretes/tradutores agravam barreiras.

5. Violação de Direitos Humanos – Participação e representação política e social

- *“Falta de participação das comunidades na gestão sustentável dos recursos naturais.”;*
- *“Falta de representação política e social.”;*
- *“Populações marginalizadas são frequentemente excluídas de processos de decisão.”;*
- *“Insuficiência de mecanismos de participação cidadã em processos de desenvolvimento local.”*

Nas respostas as OSC, em especial as que se encontram em situação de maior vulnerabilidade, sendo que esta ausência poderá agravar a invisibilidade institucional e falta de responsabilização pública.

6. Violação de Direitos Humanos – População Migrante, Refugiada e em Mobilidade

- *“ (...) assenta na informação e apoio a pessoas provenientes de todas as partes do mundo que sofreram violações de Direitos Humanos.”;*

- *“Barreiras de integração: falta de acesso a serviços, como saúde, habitação e regularização de documentos.”;*
- *“Xenofobia e discurso de ódio.”.*

As organizações referiram violações dos Direitos Humanos de pessoas migrantes e refugiadas que enfrentam múltiplas camadas de vulnerabilidade, com destaque para acesso limitado a serviços, racismo institucional e exploração.

7. Violação Direitos Humanos – Juventude

- *“Exclusão educacional: abandono escolar em comunidades desfavorecidas.”;*
- *“Falta de oportunidades para os jovens.”;*
- *“Falta de acesso a formação e educação em Igualdade de Género.”;*
- *“Relatos de jovens sobre experiências de discriminação.”.*

As OSC apresentaram situações de lacunas na inclusão, da educação e da ação social de jovens, com impacto na sua autoestima, cidadania e empregabilidade. A ausência de formação em Igualdade de Género agrava e perpetua estereótipos.

8. Violação Direitos Humanos – Outras Violações Sistémicas

- *“Degradação dos bens comuns e impacto na qualidade de vida.”;*
- *“Alterações climáticas e injustiça ambiental.”;*
- *“Violação da transparência e equidade na implementação de políticas públicas.”.*

As respostas apontam para uma visão ampla dos Direitos Humanos, que inclui direitos ambientais, boa governação e justiça climática.

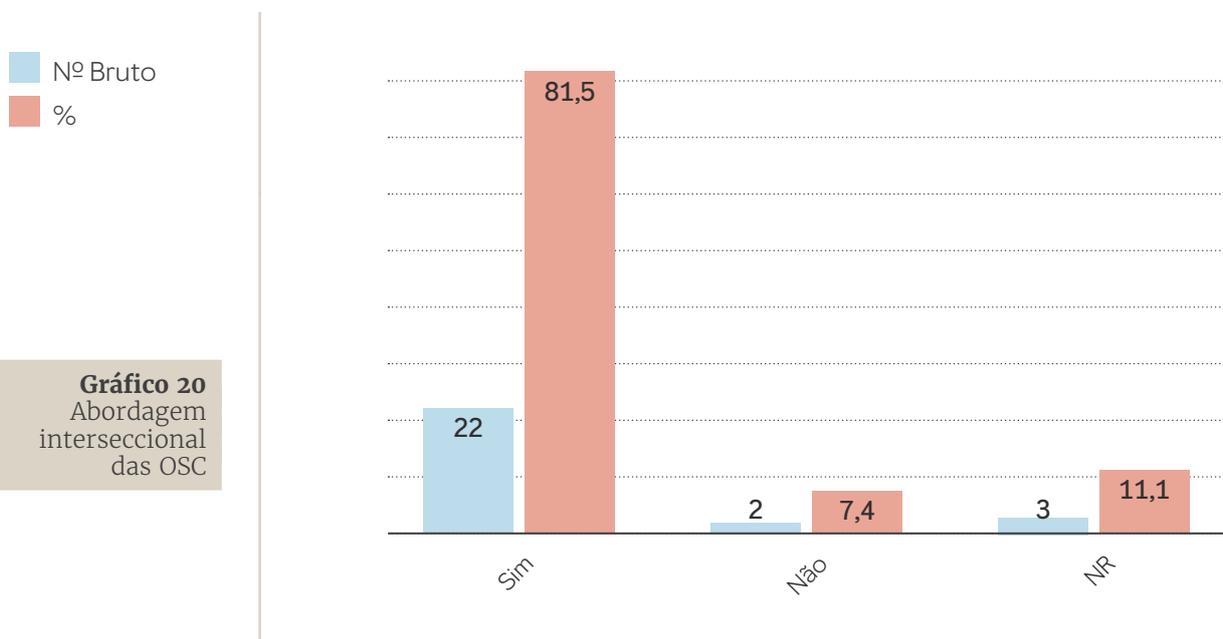
3.5. Cooperação e Interseccionalidade

Questão

Considera que a Organização tem uma abordagem interseccional?

Nesta questão, 81,5% respondem ter **uma abordagem interseccional**, face a 7,4% que respondeu negativamente.

No Gráfico 20 são visíveis as respostas das organizações relativamente à questão.



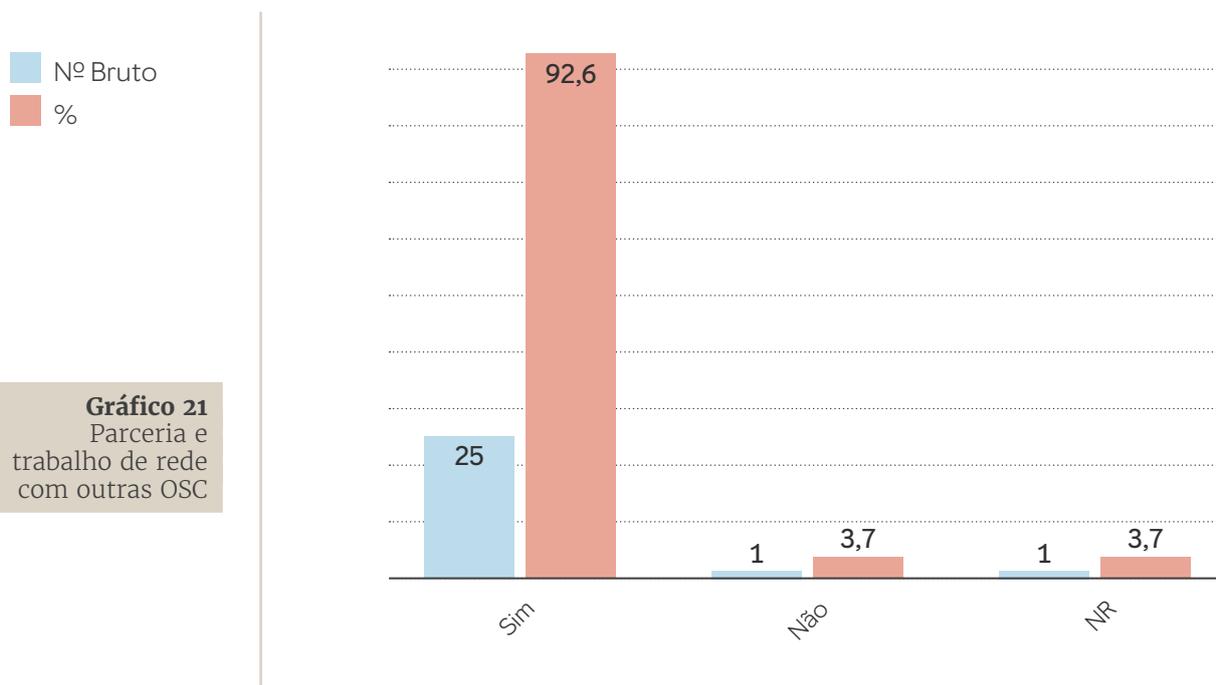
A maioria das OSC afirma incorporar uma abordagem interseccional nas suas práticas, o que poderá significar que muitas organizações já ultrapassaram abordagens meramente “setoriais” (focadas só no género ou só na juventude, por exemplo) e passaram a ver os Direitos Humanos de forma holística, complexa, interligada e interdependente.

Questão

A Organização tem parcerias e desenvolve trabalho em rede com outras Organizações da Sociedade Civil?

A esmagadora maioria das organizações (92,6%) afirmou ter **parcerias e desenvolver trabalho em rede** com outras OSC. Apenas uma organização (3,7) indicou que não desenvolve parcerias ou trabalho em rede e outra não respondeu (3,7%).

O Gráfico 21 apresenta as respostas das organizações face à questão.



As OSC demonstram existência de trabalho conjunto, reconhecendo que os desafios sociais exigem respostas integradas, participadas e colaborativas, o que poderá manifestar-se por exemplo através da integração simultânea de questões de género, orientação sexual nas ações e políticas internas, da identificação das múltiplas vulnerabilidades acumuladas por certos grupos (ex: mulheres migrantes, jovens trans, pessoas com deficiência e/ou racializadas), pelo desenvolvimento de respostas diferenciadas e adaptadas, com enfoque nos públicos mais invisibilizados ou na construção de parcerias com movimentos diversos, como o feminista, antirracista, LGBTI+, ambientalista ou de justiça social.

Questão

Se sim, a que áreas se referem essas colaborações (parcerias e trabalho em rede)?

A análise das respostas fornecidas pelas OSC relativas às **áreas de colaboração em que estão envolvidas**, foram **sistematizadas em 11 eixos temáticos**.

1. **Saúde** – Abordada de forma ampla, indo desde o acesso generalizado até temas específicos como direitos sexuais e reprodutivos, violência obstétrica, saúde mental e recursos para doenças específicas.
 - “(...) *saúde, recursos em saúde, saúde mental, direitos no acesso à saúde, direitos sexuais e reprodutivos e violência obstétrica (VO).*”

- 2. Igualdade e Violência de Género** – Refletindo o compromisso das OSC na proteção de direitos fundamentais de mulheres e raparigas. A IG está fortemente presente, articulada com a área da violência doméstica, mutilação genital feminina, história do feminismo e tráfico de seres humanos, indicando conhecimento das OSC de dinâmicas estruturais de opressão.

 - “(...) IG, Igualdade e não discriminação, violência doméstica, violência no namoro, violência de género, mutilação genital feminina (MGF), história do feminismo e sobre IG, tráfico de seres humanos e combate à violência.”
- 3. Educação** – Abordada como um meio essencial para a promoção dos Direitos Humanos e transformação social, para promover valores de equidade e justiça. A educação é citada como ferramenta de cidadania, com abordagens ligadas à educação para o desenvolvimento, cidadania global e cooperação.

 - “(..) educação (referida repetidamente), educação para a cidadania global, educação para o desenvolvimento e cidadania global em escolas, educação para o desenvolvimento, educação para a cidadania e cultura.”
- 4. Informação, Educação e Comunicação para a Mudança de Comportamentos (IEC-MC)** – Destaca o papel da capacitação e da formação como ferramenta chave de intervenção das OSC, tanto com beneficiários diretos como com profissionais, autoridades e público em geral.

 - “(..) prevenção e à formação (referidas repetidamente).”
- 5. Laboral** – Uma área estratégica, especialmente em articulação com outras como migração, género e juventude, refletindo preocupações com a exploração laboral, o desemprego e a precariedade.

 - “(..) trabalho”.
- 6. Direitos Humanos** – Uma área transversal, com colaborações em temáticas internacionais e nacionais, reafirmando o compromisso das OSC com os princípios universais de Direitos Humanos e com uma abordagem crítica e solidária. A maioria das organizações atua em múltiplas áreas, como observado em respostas que integram, por exemplo, Saúde, Migração e IG numa mesma linha de ação. O que evidencia um entendimento interseccional das violações de

Direitos Humanos, que considera o cruzamento de diferentes eixos de discriminação e que afetam cumulativamente várias populações.

– “(...) *Direitos Humanos* (referida repetidamente), *genocídio na Palestina*, *discriminação e racismo*.”

7. Área Social – Ilustra o papel das OSC na resposta direta às necessidades das comunidades, sobretudo aquelas em situação de maior vulnerabilidade e no fortalecimento da coesão e sustentabilidade social.

– “ (...) na intervenção social e comunitária, na segurança social, no desenvolvimento comunitário, local e rural, na coesão económica e social, na economia social e em projetos e serviços de capacitação na área do voluntariado.”

8. Advocacy – Envolvimento das OSC na defesa de políticas públicas mais justas, inclusivas e democráticas, com enfoque na participação cidadã e na responsabilidade institucional.

– “(...) *governança, transparência e incidência política*.”

9. Academia – Articulação com instituições de ensino e produção de conhecimento, fundamental para sustentar as práticas com evidências e desenvolvimento do pensamento crítico.

– “(...) *ensino superior, a investigação e a Academia*.”

10. Ambiente – Consciência ecológica crescente nas OSC, com ligação à justiça ambiental e aos impactos desiguais das alterações climáticas sobre as populações.

– “o *clima, a ecologia integral, o ambiente e as alterações climáticas*.”

11. Inclusão e Populações em Situação de Maior Vulnerabilidade – Área com maior diversidade temática, demonstrando o compromisso das OSC com a promoção da inclusão e o combate à exclusão social em múltiplas frentes. A Inclusão e Vulnerabilidade destacam-se nas colaborações, abrangendo pessoas com deficiência, crianças e idosos, pessoas LGBTI+, bem como pessoas migrantes e refugiadas.

- “(...) inclusão de pessoas com perturbações do neurodesenvolvimento, pessoas deficientes e deficiência, crianças, pessoas idosas e idadeísmo, LGBTI+ e promoção da diversidade, juventude (que surge repetidamente), migração, imigração, integração de migrantes, acolhimento e integração de migrantes e cooperação.”

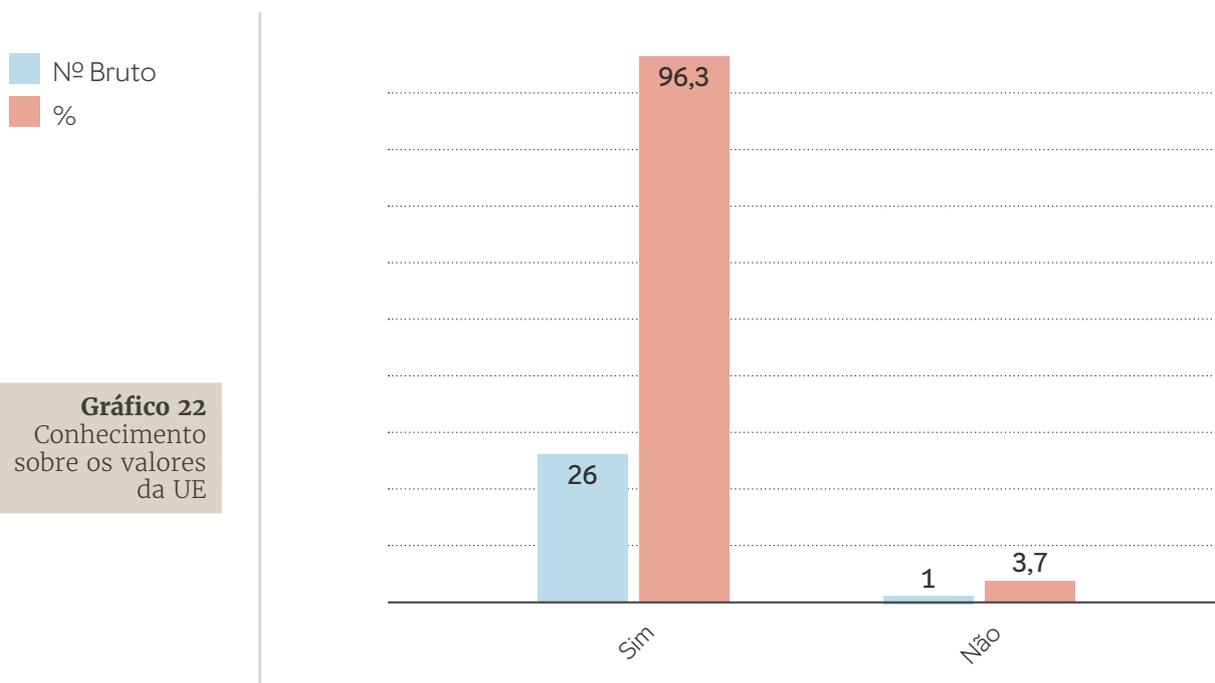
3.6. Conhecimento e ação sobre os valores da UE

Questão

A Organização conhece os valores da UE, especialmente os expressos no Art. 2º. do Tratado da UE?

Nesta questão, 96.3% das organizações referem ter **conhecimento sobre os valores expressos no art.2 do tratado da União Europeia**.

No Gráfico 22 apresentam-se as respostas das organizações.



As OSC referem valores da UE e alinhamento aos seus princípios fundamentais, como sendo o respeito pelos Direitos Humanos, Democracia, Liberdade e Igualdade são entendidos **como fundamentais ao fortalecimento da coesão social, promoção dos direitos humanos e desenvolvimento sustentável**.

Questão

De que forma a Organização integra estes valores?

Quando questionadas sobre a **forma como integram os valores da UE**, 18.9% referem ser através da **“Missão e objetivos”** e do **“Plano de atividades”**, 17.1% mencionam a existência de **“Parcerias com organizações”** e 16.2% fá-lo através dos seus **“Estatutos e regulamento”**, **“Documentos e propostas de políticas”** (11.7%) e **“Oferta de serviços para grupos minoritários”** (9%).

O Gráfico 23 apresenta as respostas das organizações relativamente à questão.

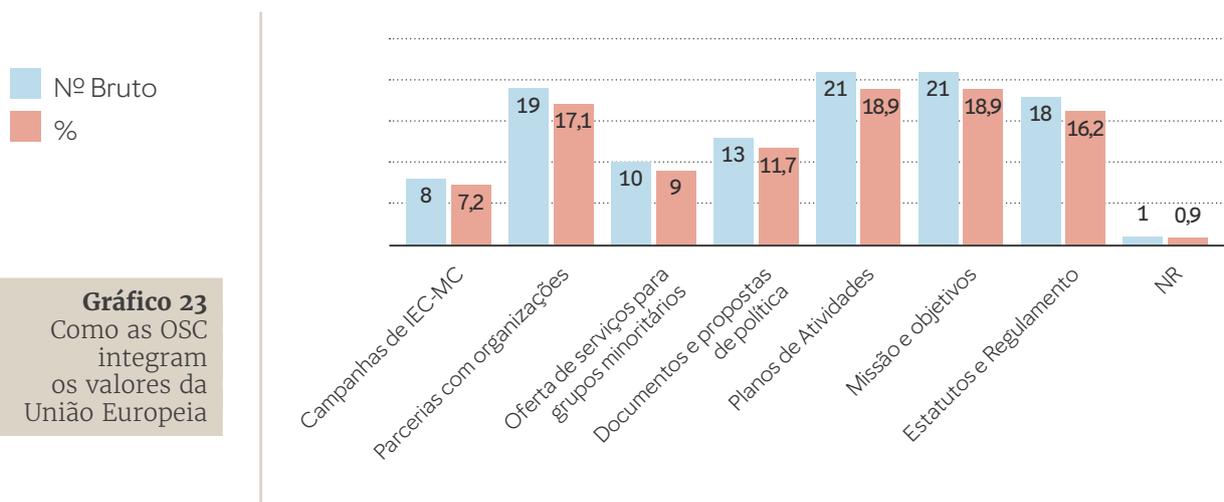


Gráfico 23
Como as OSC integram os valores da União Europeia

As OSC demonstram alinhamento com os valores da UE, integrando-os de forma significativa nas estruturas organizacionais, atividades e parcerias, não contribuindo apenas para a promoção dos Direitos Humanos e Igualdade, mas também reforçando o compromisso e apropriação dos princípios e com as políticas da UE.

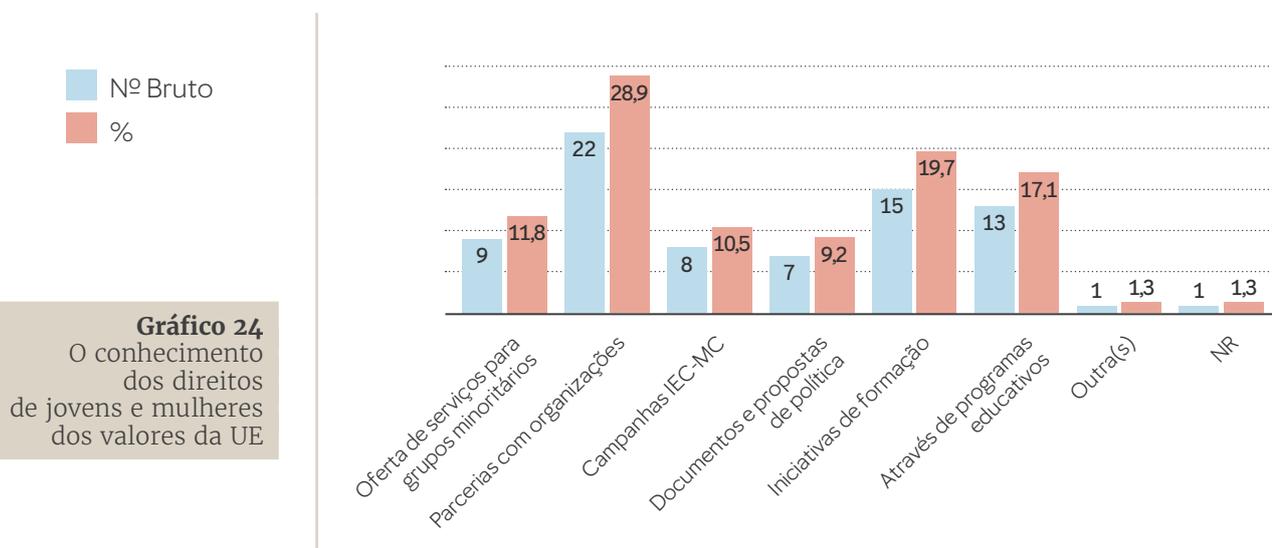
A cooperação em rede permite não só a troca de boas práticas, mas também a incidência conjunta sobre políticas públicas, reforçando o compromisso com os princípios da UE, bem como integram e promovem os valores da igualdade, não-discriminação e inclusão, focando-se em populações em situação de vulnerabilidade, como pessoas migrantes, LGBTI+ e mulheres. Isso também reflete o **compromisso com os valores da UE que defendem a integração social e a proteção dos direitos de grupos marginalizados.**

Questão

Como é que a Organização trabalha para o aumento do conhecimento dos direitos de mulheres e jovens, especialmente das pertencentes a minorias, dentro do contexto dos valores da UE? Se respondeu, Oferta de serviços para grupos minoritários, diga quais.

Para um aumento do conhecimento dos direitos de mulheres e jovens, 28,9% das organizações mencionou a existência de “Parcerias com outras organizações”, 19,7% “Iniciativas de formação sobre a temática”, 17,1% através de “Programas educativos”, 11,8% a “Oferta de serviços para grupos minoritários”, 10,5 % refere “Companhas IEC-MC”, 9,2% “Documentos e propostas políticas”, Uma organização não respondeu e 1,3% escolheu a opção “Outra(s)”.

O Gráfico 24 apresenta as respostas das organizações.



As respostas mostram um forte alinhamento com os valores da União Europeia (UE), através da educação, formação e capacitação, *advocacy*, serviços, comunicação e trabalho em rede. A abordagem colaborativa é identificada como crucial para alcançar públicos diversos e garantir que os direitos das mulheres e jovens, especialmente de minorias, sejam efetivamente realizados e não apenas reconhecidos.

O trabalho em rede e a colaboração com outras OSC, instituições públicas e entidades internacionais são considerados fulcrais para o avanço dos direitos das mulheres e jovens. Este tipo de parceria fortalece a sustentabilidade e o alcance das ações, sendo vistas como fundamentais para ampliar o impacto e garantir uma abordagem integrada e interseccional na promoção dos Direitos Humanos.

A capacitação de profissionais da saúde, educação, justiça e serviços sociais e/ou ações dirigidas a público alvo (mulheres e jovens, em especial minorias), com foco em Direitos Humanos, Igualdade de Género, Cidadania Ativa e Participação Política, são catalisadoras da disseminação de conhecimento sobre direitos, desconstrução de estereótipos e fomento das capacidades de intervenção.

De seguida, encontramos a sistematização das respostas fornecidas pelas 9 organizações que selecionaram a **“Oferta de serviços para grupos minoritários”** em 5 eixos, mantendo-se integralmente a terminologia utilizada pelas OSC.

1. Projetos e apoio a grupos minoritários e vulneráveis

- *“Projetos com pessoas pertencentes a grupos minoritários.”*
- *“Projetos de combate à violência de género.”*
- *“Apoio à integração de migrantes e pessoas em situação de sem-abrigo.”*
- *“Apoio psicossocial no acesso a serviços de saúde e sociais.”*
- *“Balcão especializado de apoio a imigrantes.”*
- *“Serviço de Apoio Psicológico, Apoio à Vítima, Apoio Jurídico e Ação Social.”*
- *“(…) Centro de Acolhimento e Emergência para mulheres e meninas vítimas de violência de género, principalmente, práticas nefastas, mutilação genital feminina, casamento infantil, forçado e precoce.”*
- *“Centro de Acolhimento e Proteção para Crianças e Jovens (exploração sexual, casamento forçado, relacionamentos amorosos).”*

2. Apoio à saúde

- *“Rastreio e Prevenção: VIH, hepatites virais e outras infeções sexualmente transmissíveis (IST). Distribuição de preservativos e materiais de redução de danos para práticas sexuais seguras.”*
- *“Consultas médicas e de enfermagem gratuitas: consultas médicas e de enfermagem especializadas em IST, hepatites virais e tuberculose. Isso inclui a profilaxia pré-exposição (PrEP) para prevenção do VIH.”*

- *“Redução de Danos: Distribuição de materiais para consumo seguro de drogas, como seringas e kits de inalação, e programas de troca de seringas para reduzir riscos associados ao uso de drogas.”*
- *“Rastreios às IST, apoio à população sem-abrigo e consumidores de substâncias psicoativas.”*

3. Apoio à habitação e inclusão social

- *“Programa Housing First, apoio ao arrendamento e serviços de suporte para pessoas em situação de sem-abrigo, incluindo utilizadores de drogas, a comunidade LGBTI+ e pessoas que vivem com VIH.”*

4. Advocacy, educação e sensibilização

- *“Promoção de campanhas de sensibilização e educação para combater o estigma e a discriminação, além de advogar por políticas públicas que favoreçam a saúde e os direitos das populações vulneráveis.”*
- *“Marcha LGBTQIA+ do Algarve.”*

5. Formação e capacitação

- *“Formação e acompanhamento até aquisição de autonomia na área do voluntariado.”*

A análise das iniciativas revela opções abrangentes voltadas à inclusão, proteção, saúde, habitação, *advocacy* e capacitação, com foco em grupos em situação de vulnerabilidade, nomeadamente mulheres, migrantes, população em situação de sem-abrigo, pessoas LGBTI+, crianças e jovens, utilizadores de drogas e pessoas com VIH, numa vertente multidimensional, interseccional e alinhada aos valores da UE, especialmente no que se refere à promoção da igualdade, inclusão social e proteção de direitos fundamentais.

Questão

Quais dos seguintes valores da UE considera mais importantes para o trabalho da Organização?

Na questão relativa à **importância dos valores da UE para o trabalho das organizações**, o mais destacado foi a **“Não discriminação”** com 9,9% das respostas, seguido do **“Respeito pela dignidade humana”** e a **“Igualdade”**,

ambos mencionados por 9,5% das organizações. A “**Liberdade**” e o “**Respeito pelos Direitos Humanos, incluindo os direitos das minorias**” com 8,7% das respostas cada.

Os princípios da “**Democracia**” e da “**Igualdade entre homens e mulheres**” foram assinalados por 8,3% das organizações. Os valores de “**Justiça**” e “**Solidariedade**” obtiveram 7,9%, enquanto o “**Estado de direito**” foi referido por 7,5% das OSC. Por fim, os valores da “**Tolerância**” e do “**Pluralismo**” registaram 6,7% cada.

O Gráfico 25 apresenta as respostas das organizações sobre os valores que as OSC consideraram mais importantes no seu trabalho.

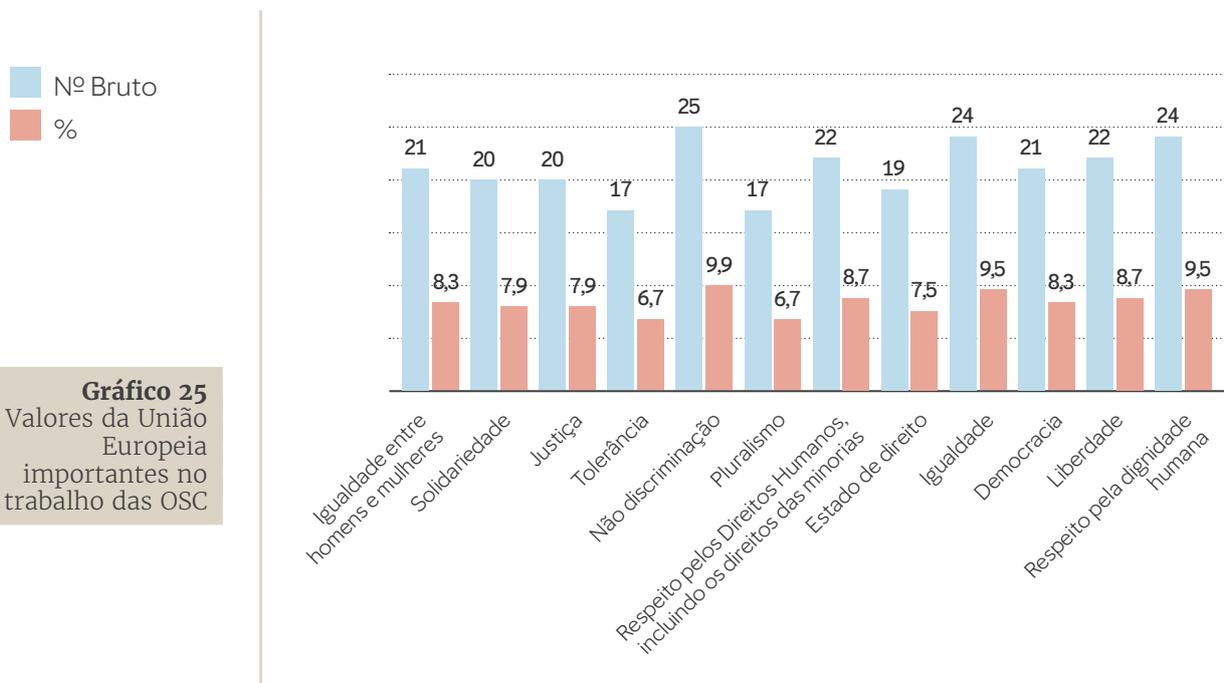


Gráfico 25
Valores da União Europeia importantes no trabalho das OSC

Os valores mais seleccionados são a “**Não discriminação**”, o “**Respeito pela dignidade humana**”, a “**Igualdade**”, o “**Respeito pelos Direitos Humanos**”, incluindo os das minorias e a “**Liberdade**”. A análise dos dados sobre os valores da UE considerados mais importantes pelas OSC no seu trabalho, revela uma forte adesão aos princípios relacionados com Direitos Humanos, Igualdade e Não Discriminação, sugerindo que **as organizações incorporam estes valores da UE, e atuam como suas promotoras no terreno, sobretudo em contextos onde esses valores enfrentam desafios crescentes, como o avanço da extrema-direita radical, xenofobia, misogenia ou a exclusão social.**

A escolha observada transmite uma dimensão interseccional na abordagem às comunidades, ao considerar simultaneamente questões de género, origem étnica, orientação sexual, entre outras.

A distribuição das respostas demonstra que as OSC reconhecem a importância de um leque amplo de valores da UE, o que revela uma abordagem holística dos direitos humanos e da cidadania democrática.

Questão

Quais são os principais obstáculos para a implementação eficaz dos valores da UE em Portugal?

Com base na análise das respostas fornecidas, mantendo-as íntegras e sem alterações, **os principais obstáculos à implementação eficaz dos valores da UE em Portugal** foram agrupados em 6 categorias temáticas:

- 1. Preconceitos, discriminação e desigualdade de género** – As OSC destacaram a prevalência de estruturas patriarcais, de racismo (biológico e cultural), de capacitismo e de sexismo, refletindo uma sociedade marcada por estigmas e exclusões múltiplas. A persistência destes preconceitos compromete diretamente os valores como a Igualdade, o respeito pelos Direitos Humanos e a Não Discriminação.
 - *“Os preconceitos contra os grupos minoritários, seja por questões de género, sexo, classe social, atividade profissional, religião, nacionalidade, raça ou etnia, incapacidade, etc., especialmente o sexismo, o capacitismo, o racismo cultural e o racismo biológico existente.”*
 - *“Sociedade patriarcal; modelos de educação com base no género; falta de poder de reivindicação; desconhecimento de direitos constitucionais; ideais políticos; vergonha; e outros.”*
 - *“Desigualdade de género e acesso à educação sobre igualdade: a falta de conhecimento e formação sobre igualdade de género é uma barreira significativa...”*
 - *“Desigualdade no mercado de trabalho: discrepâncias salariais, falta de representação feminina em posições de liderança e a persistência de estereótipos de género no ambiente de trabalho são desafios persistentes...”*
 - *“Discriminação e assédio: a discriminação e os casos de assédio sexual e moral são situações reportadas frequentemente, tanto por jovens raparigas como em ambientes empresariais...”*

- *“Sensibilização e falta de representatividade: a falta de representatividade de mulheres em espaços públicos e decisivos perpetua uma falta de modelos (role models) para as jovens...”*
 - *“Os estereótipos de gênero vigentes na sociedade patriarcal e machista.”*
- 2. Literacia, consciencialização e desigualdades** – As organizações apontaram a existência um défice de educação cívica e a baixa literacia da população em matéria de valores e direitos consagrados pela UE que pode contribuir para a “apatia” política, resistência à mudança e aceitação acrítica de discursos.
- *“Falta de conhecimento, Resistência cultural, Desigualdade social e económica.”*
 - *“Falta de visão estratégica interseccional.”*
 - *“Baixa literacia sobre os valores da UE – a população nem sempre sabe bem quais os benefícios dos valores europeus, como a solidariedade e os direitos fundamentais.”*
 - *“Falta de educação cívica nas escolas no que diz respeito à integração dos valores da UE nos currículos...”*
 - *“Consciencializar a população em geral que manifesta crescente descontentamento e o agravamento de preconceitos e atitudes intolerantes; falta de compreensão dos conceitos de interdependência e globalização; dessensibilização e falta de empatia face a pessoas em situações de multivulnerabilidade ou crises humanitárias.”*
 - *“Justiça, Informação, Formação (...) Vários, principalmente, pela existência de desigualdade de acesso ao mercado de trabalho, à educação e desigualdade económica, não permite que todas as pessoas estejam no mesmo patamar.”*
- 3. Resistência à mudança e tradições**– Referência a tradições religiosas e mais conservadoras que podem colidir com princípios, como a IG e os direitos fundamentais, bem como o “desinteresse” na cultura e participação cidadã que enfraquece a apropriação individual e pública nos processos de decisão e integração.
- *“Resistência à mudança de mentalidades.”*

- *“Sobretudo a mentalidade dominante. Sentimos que as pessoas acabam por adotar a mentalidade de “sempre foi assim e sempre assim será” e recusam qualquer tipo de mudança estrutural.”*
 - *“O egocentrismo que vigora nas comunidades.”*
 - *“Alguma tradições culturais e linhas de pensamento mais tradicionalistas que já perduram na sociedade civil ao longo dos anos.”*
 - *“Barreira devido às fortes tradições religiosas/cristãs.”*
- 4. Desinformação e polarização** – O avanço da extrema-direita radical e de discursos populistas é uma ameaça direta aos valores democráticos e aos direitos de todas as pessoas, podendo polarizar o debate público, alimentar desinformação e fragilizar os alicerces do Estado de Direito, da solidariedade e da tolerância, valores base da UE.
- *“No caso concreto do direito de asilo a implementação do Pacto Europeu para a Migração e Asilo, o desconhecimento do contexto em Portugal e a desinformação relativamente a esta matéria que contribui para a sua polarização.”*
 - *“Acesso à informação e cultura.”*
 - *“Crescimento da extrema-direita.”*
 - *“Extremismo partidário crescente (direita), níveis elevados de pobreza, desinformação.”*
- 5. Desafios políticos e institucionais** – A carência de apoio institucional e de político estruturado para projetos de direitos humanos e igualdade é recorrente nas respostas.
- *“Resistência política.”*
 - *“Descoordenação, entre os diferentes níveis de governo (local, regional e nacional) e a ineficácia na articulação com instituições europeias.”*
 - *“Governos com agendas divergentes na interpretação dos valores da UE, como o respeito pelo Estado de direito ou os Direitos Humanos.”*

- *“Falta de vontade política e condições socio económicas vigentes.”*
- *“A aplicação insuficiente da Lei.”*
- *“Falta de coragem, falta de determinação, perder tempo onde não há problema.”*

6. Falta de apoio, recursos e financiamento– A burocracia excessiva e a falta de investimento em mudanças estruturais são mencionadas como entraves práticos à implementação de projetos e iniciativas locais, que podem prejudicar especialmente as organizações mais pequenas e com menos recursos.

- *“Falta de apoio para iniciativa de jovens.”*
- *“Falta de recursos, falta de conhecimentos.”*
- *“Burocracia, falta de investimento e de interesse numa verdadeira mudança. Financiamento às ONG.”*
- *“Falta de políticas públicas inclusivas e apoio financeiro: o financiamento para projetos de igualdade e direitos humanos...”*
- *“Falta de apoio a transições verdes e digitais – PME’s têm dificuldade em adotar as transições climáticas e tecnológicas promovidas pela UE.”*

3.7. Poder e Tomada de Decisão

Questão

De que modo a sua Organização contribui para o aumento da participação de mulheres e jovens em processos de tomada de decisão? Se respondeu Outro(s), diga como.

Na questão sobre como as organizações contribuem para o aumento da participação de mulheres e jovens em processos de tomada de decisão, 28,8% das respostas refeririam ser através do **“Estabelecimento de parcerias com outras organizações”**, 20,5% com **“Programas de capacitação”** e 17,8% pela realização de trabalho na área de **“Advocacy”**. A utilização de **“Campanhas”** surge com 15,1%, **“Documentos de política”** com 8,2%, o recurso a **“Mentoria”** com 6,8% e 2,7% das associações referem a categoria **“Outro(s)”**.

Na tabela 4 encontramos as respostas das organizações relativamente à questão:

De que modo a sua Organização contribui para o aumento da participação de mulheres e jovens em processos de tomada de decisão?	Nº Bruto	%
Programas de capacitação	15	20,5
Mentoria	5	6,8
Documentos de política	6	8,2
Campanhas	11	15,1
Parcerias com outras organizações	21	28,8
Advocacy	13	17,8
Outro(s)	2	2,7
	73	100

Tabela 4
Contributo para o aumento da participação de mulheres e jovens em processos de tomada de decisão

As duas organizações (2,7%) que responderam à categoria “**Outro(s)**” referiram:

- *“Ativamente, apenas a nível interno com capacitação e participação em programas de mentoria e iniciativas promovidas por outras organizações.”*
- *“Não fazemos distinção, estamos só focados na nossa missão onde todos podem ajudar.”*

No geral, as organizações demonstram uma abordagem multidimensional, combinando ações externas e internas através de parcerias, campanhas, *advocacy*, capacitação, documentos de política e mentoria. A colaboração e a formação são as estratégias mais utilizadas, revelando um compromisso com o empoderamento da população alvo.

Questão

Quais são os principais obstáculos que mulheres e jovens enfrentam para alcançar posições de liderança?
Se respondeu outro(s), diga qual/quais.

Para as organizações, os principais obstáculos que mulheres e jovens enfrentam para alcançar posições de liderança estão relacionados com a “Pouca monitorização das políticas de IG” e “Estereótipos com base no género”, ambos com 21,5%, seguidos pela “Falta de oportunidades”, com 17,5%.

“Pouca implementação das políticas de Igualdade de Género” é a categoria que surge com 16,1% das respostas, seguida da “Escassa participação nos órgãos sociais com visibilidade pública”, com 15,1%, e a “Escassa participação nos órgãos sociais”, com 6,5%. Em último lugar surge a categoria “Outro(s)” com 2,2%.

O Gráfico 26 apresenta as respostas das organizações relativamente à questão.

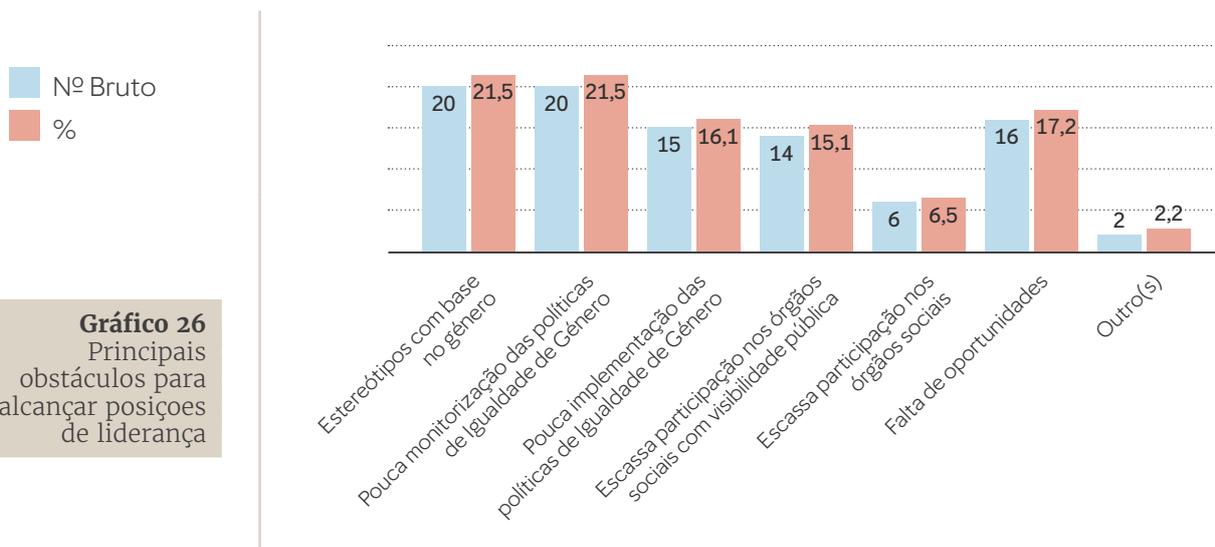


Gráfico 26
Principais obstáculos para alcançar posições de liderança

As duas organizações que responderam à categoria “Outro (s)”, referiram:

- “Falta de informação.”
- “A parte cultural tem um grande peso para que as mulheres não tenham os mesmos direitos e desenvolvimento, muitas vezes são as próprias que aceitam essa realidade e o facto de tradicionalmente ficarem a tratar mais dos filhos é bastante penalizadora para elas e para as organizações, já nos jovens a falta de experiência e capacidade de liderança são os grandes fatores de exclusão.”

Os resultados mostram que as barreiras enfrentadas por mulheres e jovens vão além da ausência de oportunidades sendo tanto institucionais quanto socioculturais, podendo ser necessário um esforço conjunto entre governo, empresas, sociedade civil e instituições educativas para fortalecer e fiscalizar as políticas de IG, combater estereótipos, criar redes de apoio e mentoria para mulheres e jovens e garantir oportunidades reais de participação e ascensão.

Questão

A sua Organização tem programas de capacitação para liderança feminina e jovem?

81,2% das OSC não possui **programas de capacitação para liderança feminina e jovem**; as organizações que responderam afirmativamente (11,1%) referem a existência de atividades, grupos e projetos de “Autoestudo em IG; *Academia do Ativismo*”, “*Projetos de formação e capacitação*” e “*Conversas Inspiracionais; Clube de Auto-Estima; “Clube e Workshop de Liderança*”.

A tabela 5 apresenta as respostas das organizações relativamente à questão:

A sua Organização tem programas de capacitação para liderança feminina e jovem?	%
Sim	11,1
Não	81,5
NR	7,4
	100

Tabela 5

Programas de capacitação para liderança feminina e jovem

Os dados apontam para a necessidade urgente de influenciar a consciência sobre IG e Juventude dentro das organizações. A ausência de programas de capacitação pode remeter para um baixo compromisso institucional com o desenvolvimento de lideranças mais inclusivas; falta de estrutura ou recursos direcionados à promoção da diversidade nas lideranças e/ou de jovens disponíveis no envolvimento associativo.

Questão

Na sua opinião, existem em Portugal políticas públicas eficazes de promoção da participação de mulheres e jovens nos cenários de poder e tomada de decisão?

Nesta questão, 66,7% das organizações referiu “**Não existem políticas públicas eficazes de promoção da participação de mulheres e jovens nos cenários de poder e tomada de decisão**”, face a 18,5% de respostas contrárias, enquanto 14,8% das organizações menciona não ter conhecimento.

A tabela 6 pode reunir as respostas das organizações relativamente à questão.

Existem em Portugal políticas públicas eficazes de promoção da participação de Mulheres e Jovens nos cenários de poder e tomada de decisão?	Nº Bruto	%
Sim	5	18,5
Não	18	66,7
Não sei	4	14,8
	27	100

Tabela 6

Políticas públicas eficazes de promoção da participação de jovens e mulheres em cenários de poder e tomada de decisão

As OSC apresentaram uma perceção predominante de **ineficácia ou ausência de políticas públicas eficazes**, o que pode revelar uma necessidade urgente de reforçar não apenas as medidas de promoção, mas também de visibilidade, monitorização e impacto real.

Questão

Qual é a perceção sobre a visibilidade de mulheres em cargos de liderança na sua Organização? Caso queira, comente a resposta.

Quando questionadas sobre a **visibilidade interna de mulheres em situações de liderança**, 66,7% das organizações referiu a existência de uma perceção elevada, 18,5% consideram-na média, e 11,1% consideraram-na baixa.

A tabela 7 apresenta as respostas das organizações face à questão.

Qual a percepção sobre a visibilidade de mulheres em cargos de liderança na sua OSC?	Nº Bruto	%
Alta	18	66,7
Média	5	18,5
Baixa	3	11,1
Inexistente	0	0,0
NR	1	3,7
	27	100

Tabela 7
Percepção sobre a visibilidade de mulheres em cargo de liderança

As organizações acrescentaram informação quanto à existência de mulheres em cargos de liderança dentro das instituições (8 OSC):

- *“Devido a particularidade da nossa organização”*
- *“A Associação tem sido liderada por mulheres”*
- *“Associação de cariz feminista”*
- *“Na última eleição, passamos a conseguir respeitar a paridade nos órgãos.*
- *“A visibilidade de mulheres em cargos de liderança é ainda muito baixa, apesar de serem as pessoas com mais formação, no geral observamos que há muito mais dificuldade em chegar a cargos de liderança.”*
- *“Só através de atividades e participação em eventos”*
- *“Os cargos de direção são todos ocupados por mulheres.”*
- *“As duas fundadoras são mulheres e continuam na organização, dos colaboradores (maioria do sexo feminino) as líderes são mulheres. A direção é constituída por 5 elementos, 4 são mulheres, por outro lado numa organização que não há discriminação não faz sentido perguntar que diferenças há.”*

- “(..) a Direção é completamente composta por mulheres, o que reflete a nossa missão de promover a Igualdade de Género e o empoderamento feminino. Esta presença integral de mulheres em cargos de chefia assegura uma visibilidade significativa para a liderança feminina. Contudo, reconhecemos que, para além da representação numérica, a visibilidade também se relaciona com a capacidade de influenciar e inspirar outras mulheres e jovens no nosso setor. Assim, promovemos constantemente o papel das nossas líderes através de campanhas, formações e eventos, destacando as suas contribuições e criando referências reais de liderança feminina para as gerações futuras.”

A maioria das organizações, que se pronunciaram, tem uma presença significativa de mulheres na liderança, sendo algumas referências de boas práticas de IG. No entanto, persistem situações onde a liderança feminina é pouco visível ou enfrenta desafios institucionais. As OSC podem ser espaços mais abertos à liderança feminina, possivelmente pela sua missão, valores inclusivos e práticas de gestão horizontal, ou por reflexo do maior envolvimento de mulheres nas causas sociais e comunitárias.

Questão

Qual é a sua perceção sobre a visibilidade de jovens em cargos de liderança na sociedade civil em geral? Caso queira, comente a resposta.

De acordo com os dados obtidos, a maioria das organizações (51,9%) considerou baixa a **visibilidade dos/as jovens em cargos de liderança**. Além disso, 37% classificam essa visibilidade como **média**, enquanto apenas 7,4% avaliam como **alta** e 3,7% indicam como **inexistente**.

A Tabela 8 reúne as respostas das organizações à questão:

Qual perceção sobre a visibilidade dos/as jovens em cargos de liderança na sociedade civil?	%
Alta	7,4
Média	37,0
Baixa	51,9
Inexistente	3,7
NR	0,0
	100

Tabela 8

Visibilidade de jovens em cargos de liderança na sociedade civil

4 organizações acrescentaram informação quanto à percepção sobre a visibilidade dos/as jovens em cargos de liderança na sociedade civil:

- *“A sociedade civil portuguesa continua a desvalorizar a existência de discriminação das mulheres, chegando a acreditar na ilusão da igualdade, perante os avanços conseguidos na democracia.”*
- *“Muito associado a lideranças políticas e associações de estudantes – (Ensino Superior).”*
- *“Pouca valorização da opinião e contributo dos jovens na tomada de decisão; falta de capacitação de/para jovens líderes e pouco proveito do seu potencial; descredibilização do trabalho de jovens líderes. “*
- *“Consideramos a visibilidade de jovens em cargos de liderança na sociedade civil em geral como baixa, sendo essa realidade ainda mais desafiante para jovens mulheres. Embora a sociedade civil esteja a avançar em termos de diversidade e inclusão, as jovens mulheres continuam a enfrentar obstáculos adicionais, como estereótipos de género e a menor valorização da sua liderança. Esses factores, aliados a uma escassez de redes de apoio e oportunidades de desenvolvimento focadas nas suas necessidades, dificultam a sua ascensão a papéis de maior responsabilidade. Além disso, a predominância de modelos de liderança tradicionais – em grande parte dominados por homens, mais velhos e, frequentemente, caucasianos cria barreiras significativas à ascensão de lideranças jovens e diversas. Esses modelos perpetuam uma falta de representatividade que limita as oportunidades e a valorização de perspetivas inovadoras e diversas.”*

A desigualdade geracional de poder tende a perpetuar modelos de liderança desatualizados, distantes das realidades da juventude. A ausência de jovens em posições de decisão enfraquece a qualidade das políticas públicas, uma vez que as políticas e programas criados podem não atender de forma eficaz às demandas dessa faixa etária.

Além das percepções gerais, as organizações que acrescentaram informações aprofundam a análise sobre a visibilidade dos/as jovens em cargos de liderança na sociedade civil, especialmente no que diz respeito a desafios adicionais, como a discriminação de género e a falta de apoio à liderança juvenil.



4

Conclusões

Com base na análise dos resultados anteriormente apresentados destaca-se em jeito de conclusão:

4.1. Perfil, constituição e temáticas

A maioria das organizações da sociedade civil (OSC) participantes apresenta uma dimensão com **menos de 20 colaboradores/as, e foram constituídas após o ano 2000.**

A composição das Equipas Técnicas e dos Órgãos Sociais revela **uma presença feminina significativa**, reforçando o papel das mulheres na liderança e execução de projetos, serviços e atividades, **especialmente em áreas relacionadas com Igualdade, Violência, Discriminação de Género e Direitos das Mulheres.**

No que respeita à área geográfica de atuação, as Organizações têm uma **atuação Nacional e nas Regiões Autónomas (37%)**, seguido de uma atuação mais centrada na região de **Lisboa e Vale do Tejo (18,5%)** e 14,8% a nível Continental.

As **áreas temáticas de atuação** mais mencionadas foram **Direitos Humanos (27,7%)**, **Igualdade de Género (19,3%)**, **Educação (18,1%)**, **Saúde e Violência de Género (10,8% cada)**, **confirmando o alinhamento com os princípios da Liberdade e Direitos Fundamentais, Igualdade e da Justiça Social.**

As Organizações demonstram a preocupação na promoção da igualdade, empoderamento e desenvolvimento de competências, especialmente junto de grupos em situação de maior vulnerabilidade, bem como com aspetos relacionados com a saúde em geral, incluindo o bem-estar físico, psicológico

e emocional e proteção de direitos e resposta às questões de violência e discriminação de gênero.

A variedade temática da categoria “**Outra/o(s)**” (13,3%) – evidencia a capacidade de adaptação das OSC às realidades locais e às necessidades específicas dos territórios e populações, revelando uma atuação interseccional e transversal enquanto agentes na promoção do desenvolvimento e cidadania ativa e inclusiva.

É fundamental o papel das OSC na identificação de necessidades, promoção de direitos e desenvolvimento de respostas locais, sobretudo em temas como a Saúde Sexual e Reprodutiva, Igualdade de Gênero e Direitos Humanos.

4.2. Saúde & Saúde Sexual e Reprodutiva

Como **principais desafios/lacunas ao nível da saúde** foram destacados:

- **Acesso aos serviços de saúde** (30%) – Podendo revelar a existência de barreiras geográficas, administrativas, económicas ou sociais no usufruto de cuidados de saúde por parte da população.
- **Acesso à informação** (21,3%) – Apontando para possíveis lacunas na literacia em saúde, na comunicação institucional, ou mesmo na adaptação e divulgação/disseminação da informação pelas diferentes populações.
- **Representatividade de grupos minoritários nos profissionais de saúde** (20%) – Sugerindo a necessidade de promover a diversidade nas equipas de saúde, como forma de garantir respostas mais eficazes e inclusivas.
- **Formação adequada para profissionais** (17,3%) – Realçando uma necessidade de aumento da capacitação técnica, especialmente em áreas como saúde, mas também importante incluir a Saúde Comunitária, Igualdade, Gênero e questões relacionadas com a Cultura.

Como **principais desafios/lacunas ao nível da Saúde Sexual e Reprodutiva** foram destacados:

- **Projetos e programas de educação sexual compreensiva** (11%)

- Identificação e acompanhamento de situações de violência de gênero (11%)
- Barreiras culturais e/ou linguísticas (10,3%)
- Acesso a serviços relacionados com a SSR (8,8%)
- Necessidade de produtos menstruais (8,1%)
- Cuidados relacionados à fertilidade (8,1%)
- Consultas de sexologia (7,4%)
- Disponibilidade de contraceptivos (6,6%)
- Acesso a cuidados de planejamento familiar (6,6%)
- Interrupção voluntária da gravidez (6,6%)
- Acompanhamento na gravidez e parto (5,1%)

Os dados sugerem desigualdades no acesso, falta de recursos adequados e insuficiência na educação e formação relacionadas com a SSR, o que poderá indicar lacunas nos cuidados continuados e na resposta às necessidades das mulheres face à sua saúde reprodutiva.

É de salientar a **importância de estratégias interseccionais** – que considerem gênero, origem, idade e orientação sexual –, **o reforço da literacia em saúde** e a **formação contínua e especializada de profissionais de saúde e educação**.

Existe uma **preocupação com a ausência de formação e acompanhamento**, tanto em contexto educativo como em saúde, quanto aos **direitos sexuais e reprodutivos** e às **questões de violência de gênero**.

As respostas obtidas **reforçam a necessidade de políticas e práticas mais inclusivas, interseccionais e com foco nas necessidades/especificidades de cada pessoa**.

51,9% das OSC referiu desenvolver iniciativas na área da SSR – Um nível relevante de envolvimento das organizações na área da SSR mas, dada a importância e transversalidade desta área, este trabalho deverá, ou poderá, ser integrado em programas já existentes, assim como através de programas

de capacitação interna nas organizações ou, ainda, fortalecido pelas organizações que referem não atuar em SSR, através de atividades ou planos de trabalho, parcerias, formação, entre outros.

O incentivo e apoio às e para as OSC integrarem a dimensão da SSR no trabalho desenvolvido poderá representar um avanço significativo para os direitos sexuais e reprodutivos (DSR) da população, em especial em contextos onde as dificuldades de acesso, a falta de informação e as barreiras culturais e linguísticas ainda persistem, como identificado na análise das questões anteriores.

A grande maioria da OSC referiu **desenvolver ações na área da Saúde Sexual e Reprodutiva** através:

- **Parcerias** (29,2%) – Reforçando o valor da colaboração interinstitucional como forma de ampliar o alcance e a eficácia das intervenções em Saúde Sexual e Reprodutiva.
- **Formação interna** (25%) – Sugerindo o compromisso das OSC em capacitar as suas equipas com conhecimentos e competências atualizadas e uma abordagem informada e inclusiva.
- **Formação externa** (16,7%) – Podendo estar relacionada com o trabalho na área da SSR com populações/comunidades, profissionais de outras áreas e públicos específicos.
- **Ações de IEC-MC** (12,5%) – Podendo indicar a necessidade um maior reforço de campanhas continuadas e sistemáticas, de modo a garantir o alcance e impacto ao nível das diferentes populações e comunidades, com foco em quem se encontra em situação de maior vulnerabilidade.

55,6% das organizações referiu não existirem políticas públicas eficazes de promoção da saúde sexual e reprodutiva. A percepção de ausência e/ou ineficácia das políticas públicas em SSR aponta para a **necessidade de maior monitorização e avaliação das políticas implementadas, reforço na comunicação institucional, na literacia em saúde e envolvimento das OSC na formulação, execução, acompanhamento e monitorização das políticas e programas.**

A formação especializada e contínua de profissionais de saúde, a integração de serviços de saúde mental, bem como a **abordagem interseccional e**

inclusiva são consideradas **estratégias-chave** para garantir uma resposta adequada às necessidades da população.

A aposta em parcerias interinstitucionais, formação interna e ações de sensibilização específicas e contínuas são sinais claros que as OSC tentam colmatar falhas estruturais com soluções de proximidade e ação comunitária.

4.3. Autonomia corporal

Reconhecendo a autonomia corporal como um direito fundamental, as OSC implementam diversas ações para o seu fortalecimento. Contudo, persistem barreiras estruturais ou informação socioculturais e legislativa que exigem uma resposta coordenada entre OSC, serviços públicos, governo e comunidade.

O reconhecimento da autonomia corporal passa por educação, acesso a informação, serviços de qualidade e políticas inclusivas, com especial atenção aos grupos mais vulnerabilizados.

A maioria das OSC demonstrou consciência da importância da autonomia corporal (74.1%).

O conceito de Autonomia Corporal é integrado de forma prática em muitas das atividades desenvolvidas, principalmente **através de:**

- **Formações, workshops e seminários** (27,1%) – Reforçando a importância da capacitação contínua das equipas e do público-alvo no aumento e fortalecimento de conhecimentos e competências sobre direitos, saúde e SSR e autonomia corporal, de forma prática e contextualizada.
- **Parcerias interinstitucionais** (25%) – Evidenciando a colaboração interinstitucional na utilização de recursos, alargando o impacto e fortalecendo o trabalho em rede com vista à/para a promoção de direitos e empoderamento das comunidades.
- **Estruturas internas e cultura organizacional** (18,8%) – Através de uma abordagem estratégica e colaborativa que integram e surge refletida nas organizações.

- **Campanhas de sensibilização** (14,6%) – Fundamentais para chegar a públicos mais amplos, promovendo mudança de pensamentos e crenças, e a disseminação de informação acessível sobre Autonomia Corporal, Consentimento e DSR.

As **políticas públicas** devem promover e disseminar campanhas nacionais regulares e consistentes que incentivem o respeito pela autonomia corporal, abordando temas como o consentimento, o respeito pelas decisões reprodutivas e o igual acesso aos cuidados de Saúde Sexual e Reprodutiva.

Como **principais desafios/lacunas ao nível da autonomia corporal** foram destacados/as:

- **Pressão social e cultural** (21,3%): Podendo sugerir a **existência de normas sociais, tradições e expectativas de género que ainda limitam a liberdade das jovens e mulheres** sobre o seu corpo, manifestando-se através de papéis de género impostos, restrições à expressão da sexualidade, decisões reprodutivas ou aparência física, o que **requer mudanças sistémicas nos diferentes discursos/narrativas**, incluindo institucionais, saúde, educação e familiar.
- **Falta de informação nos serviços** (17,6%): Podendo dificultar o exercício pleno da autonomia corporal, que remete para a **falta de informação objetiva, acessível e atualizada nos serviços** (sobretudo na saúde e educação) que poderá **comprometer a capacidade de decisão informada** de mulheres e jovens.
- **Desconhecimento da legislação** (16,7%): A ausência de conhecimento sobre Direitos, como por exemplo o acesso ao aborto, proteção contra a violência e consentimento informado, podem **impedir ou atrasar o exercício, a reivindicação e a proteção dos direitos fundamentais**.
- **Violência de género** (17,6%) – A Violência de Género (física, psicológica, sexual) **limita a autonomia corporal com consequências na autoestima, sensação de segurança e liberdade de escolha**.
- **O acesso a serviços de saúde** (13,9%) – Relembra a **dificuldade de acesso a cuidados de SSR**, como consultas ginecológicas, planeamento familiar, contraceção, aborto seguro, prevenção e tratamento de IST, **obstaculizando a autonomia corporal**. Este acesso, já referido anteriormente pode ser dificultado por barreiras geográficas,

económicas, burocráticas ou por atitudes discriminatórias por parte de profissionais e dos serviços de saúde.

- **Idadismo** (11,1%) – Interferindo diretamente na **perceção social da autonomia** e no **respeito pelas escolhas** pessoais, profissionais, familiares e em **relação à saúde e autonomia corporal**.

As OSC destacaram a **promoção da autonomia corporal** através de:

- **Mais educação e consciencialização nas escolas** (23,2%) – Reconhecendo a **escola como espaço-chave para a formação da Cidadania, Direitos Humanos** e desconstrução de mitos, estereótipos **com a temática da autonomia corporal** a ser trabalhada **precoce e transversalmente em várias disciplinas e diferentes etapas de ensino**.
- **Maior conhecimento sobre leis e políticas públicas** (23,2%) – Como **ferramenta de capacitação para o exercício de direitos**, uma vez que o desconhecimento da lei e de políticas públicas dificulta o pleno exercício de direitos, nomeadamente no campo da SSR.
- **Apoio reforçado às vítimas/sobreviventes de violência e discriminação** (22,1%) – Sugere que **o acesso à informação deve ser acompanhado por respostas de proteção eficazes**. O apoio psicológico, social e jurídico, bem como serviços especializados, são componentes indispensáveis para garantir ajuda a quem sofre/sofreu uma situação de violência, **promovendo o empoderamento, o retorno das rotinas e a construção de projetos pós-crime**.
- **Campanhas públicas de sensibilização e informação** (18,9%) – **Regulares, inclusivas e baseadas em Direitos** são consideradas uma estratégia reconhecidamente relevante pelas OSC para disseminar o tema com maior abrangência, através de **mensagens educativas, acessíveis e continuadas, em oposição a campanhas pontuais e/ou sazonais**, sem sustentação de políticas concretas ou serviços eficazes de continuidade.
- **Melhoria no acesso a serviços** (12,6%): Chamando a atenção para as **barreiras que limitam o acesso a informação de qualidade**, como por exemplo a **insuficiência de serviços, uma inadequada distribuição ou não preparação para acolher a diversidade das populações existentes**.

4.4. Direitos Humanos, Igualdade e Violência de Género

As OSC destacaram os principais desafios/lacunas ao nível da Igualdade de Género através de:

- **Representatividade de grupos minoritários (15,8%)** – Evidenciando uma **perceção crítica sobre a exclusão e invisibilidade de pessoas** imigrantes, pessoas LGBTI+, pessoas portadoras de deficiência ou outros grupos, para além de **demonstrar a crescente preocupação com a necessidade de interseccionalidade** na área Igualdade de Género, com a existência de políticas, práticas e programas mais inclusivos.
- **Acesso à Informação (15%)** – Sugerindo uma **complexidade e inacessibilidade aos serviços públicos, tanto no entendimento dos Direitos quanto no exercício dos mesmos**. A utilização excessiva de jargões técnicos, a ausência de canais adaptados ou reorganizados, bem como questões de âmbito administrativo, podem reduzir o acesso efetivo a quem se encontra em situação de maior vulnerabilidade.
- **Circuitos burocráticos (13,3%)** – A **desburocratização dos circuitos administrativos e serviços de apoio preparados para atender sem barreiras adicionais** é considerada essencial.
- **Profissionais sem formação adequada (14,2%)** – Revelando ausência de **preparação para atuar tendo como base questões relacionadas com género**, o que pode afetar negativamente a qualidade do atendimento em áreas como a Saúde, a Educação e Justiça.
- **Falta de prevenção primária (14,2%)** – A necessidade de prevenção primária reforça a **visão de que as políticas atuais no combate à Desigualdade de Género tendem a ser reativas, em vez de proativas**. Poderá ser importante o investimento na formação contínua de profissionais (Saúde, Justiça, Educação e Segurança) com enfoque em Género, Interseccionalidade e Direitos Humanos.
- **Desconhecimento da legislação (14,2%)** – Sugerindo que mesmo com leis a sua **eficácia é limitada pela falta de divulgação e apropriação** tanto pela população em geral quanto por profissionais.
- **Acesso a serviços e cuidados (11,7%)** – Demonstrando a sua relevância, sobretudo quando combinado com barreiras geográficas, sociais ou económicas.

A **Igualdade de Género** é promovida de forma prática em muitas das atividades desenvolvidas através de:

- **Normas e documentos internos** – As respostas demonstram um compromisso institucional com a temática da Igualdade de Género, o que terá sido transposto para normas, regulamentos, planos internos e procura de paridade nos órgãos sociais, reforçar a representatividade e a igualdade. Isto poderá ser indicativo que várias Organizações integram a perspetiva de género na estrutura organizativa e nos processos de tomada de decisão. **A existência de documentos internos que integram esta temática consolida uma cultura organizacional de inclusão e serve como referência para comportamentos, avaliações e medidas de correção.**
- **Ações de formação e projetos** – As respostas indicam uma diversidade de ações, incluindo formações, workshops, ações de capacitação, projetos educativos e desconstrução e/ou questionamento de estereótipos. Estas iniciativas são base para a alteração de comportamentos e atitudes, especialmente as de educação não formal e na intervenção com/para crianças e jovens. **A capacitação contínua fortalece competências internas e das comunidades, enquanto o trabalho em rede amplia o impacto e a sustentabilidade dos projetos.**
- **Ações de informação e produções audiovisuais/redes sociais** – As respostas apontam para o papel central que a comunicação apresenta na sensibilização, informação e educação para a Igualdade de Género, sendo perceptível que as OSC utilizam, sobretudo, campanhas em redes sociais, meios de comunicação tradicionais e materiais audiovisuais com vista à disseminação de mensagens e à desconstrução de preconceitos e estereótipos. A utilização de diferentes recursos (escola, rádio, TV, redes sociais) permite alcançar públicos diversos e adaptar a linguagem às realidades. Este eixo temático **destaca a importância das narrativas e discursos na mudança social.** A aposta na Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global demonstra um **enquadramento da Igualdade de Género como uma questão de Justiça Global e Direitos Humanos.**
- **Serviços e apoio psicossocial** – Demonstra uma resposta direta às consequências da Violência de Género, como a violência doméstica. Incluem apoio direto a vítimas/sobreviventes, casas de acolhimento, apoio psicossocial e acesso a serviços como essenciais para garantir a

proteção e empoderamento de mulheres e populações em situação de vulnerabilidade. Em muitas situações são **resposta de emergência**, mas também **ponto de partida para a reconstrução/reorganização de vidas com dignidade e autonomia**, essenciais na prevenção e intervenção em situações de risco.

- **Advocacy** – O trabalho realizado com agentes de decisão política e *opinion makers* e o envolvimento das OSC na definição de políticas públicas, eliminação de práticas discriminatórias e manutenção de centros de documentação e/ou cultura feminista. A área de **advocacy atua ao nível estrutural da mudança social**, e por exemplo a presença em espaços de debate sobre medidas e políticas, como o Conselho Consultivo da CIG pode garantir que **as vozes da sociedade civil são ouvidas e que as políticas incluem as reais necessidades das populações**.

Onde as OSC observaram mais situações de Discriminação e Violência de género:

- No **trabalho** (23,6%) – Sugerindo situações como **desigualdade salarial, assédio moral/sexual ou ambientes de trabalho hostis**, e **obstáculos ao avanço profissional**, especialmente para mulheres.
- Na **família** (23,6%) – Situações de **violência doméstica, sobrecarga com o trabalho de cuidado não pago** são formas frequentes de discriminação e violência.
- Na **escola** (18,1%) – Refletindo **situações de bullying** ou falta de resposta adequada a situações de violência entre pares.
- Na **saúde e nas forças de segurança** (12,5%) – Refletindo os desafios nos serviços de atendimento público, como o **tratamento desigual, negligência de sintomas em mulheres, descredibilização de vítimas/sobreviventes**, ou resposta ineficaz a denúncias por parte das forças policiais.

A presença da discriminação em todas as esferas sugere que a **desigualdade de género é estrutural e exige uma atuação coordenada nas narrativas formais e informais**. O facto de a família e o trabalho surgirem como os ambientes mais referidos, com igual peso, sublinha a necessidade de políticas públicas e ações comunitárias que atuem ou tenham impacto tanto no espaço público quanto no privado.

A existência de **discriminação em transportes públicos, meios de comunicação, espaços públicos e na sociedade em geral**, indicam a necessidade de políticas públicas abrangentes, coerentes e interseccionais. As respostas reforçam a ideia de que estas situações não se restringem a contextos institucionais formais, mas estendem-se a múltiplas esferas da vida quotidiana.

As OSC enfrentam uma série de **desafios persistentes e interligados na promoção da Igualdade de Género** como:

1. **Dificuldades a nível interno** – referem-se aos obstáculos vividos dentro das próprias organizações, (**instabilidade de recursos financeiros e humanos ou desafios institucionais e operacionais**) e que podem afetar a capacidade de implementação de ações eficazes e sustentáveis para a integração da Igualdade de Género como uma política transversal, a mudança cultural organizacional, trabalhar alguns sinais de resistência interna ou divergências sobre a temática. **A rotatividade ou incerteza sobre a continuidade das equipas técnicas afeta diretamente a capacidade de manter projetos sustentáveis, sendo que esta realidade compromete a continuidade da intervenção e a consolidação de práticas de igualdade nas organizações.**
2. **Dificuldades a nível externo** – evidenciam **barreiras sistémicas, políticas e estruturais** enfrentadas pelas organizações no contexto onde atuam, sendo evidente a forma como a estrutura social, política e cultural continua a impor barreiras significativas à promoção da Igualdade de Género como:
 - **Resistência social e culturalmente intrínseca**, enraizada em normas patriarcais, que se manifesta em comunidades, escolas, famílias e entre jovens, especialmente do sexo masculino, que expressam aversão à abordagem de género. **Denota-se uma negatividade face ao debate sobre questões de género e incompreensão sobre a sua relevância**, o que pode limitar o impacto das ações desenvolvidas.
 - **Oposição política e institucional**, a **ausência de apoio político e** necessidade de alteração legislativa e de políticas públicas.
 - **Ausência de financiamento específico e recursos** para Igualdade de Género, assim como uma inconsistência das políticas públicas que sustentem estas ações e atividades de forma continuada e eficaz.

A dificuldade de acesso a financiamento diminui a capacidade das OSC no planeamento e execução de estratégias de longo prazo, uma vez que os **fundos disponíveis não têm como prioridade projetos, atividades ou dinâmicas na área da Igualdade de Género ou, quando existem, são escassos e muito burocratizados.**

- **Obstáculos em setores educativos e públicos** como dificuldades no acesso a escolas, devido a relutância de docentes ou direções escolares na abordagem destas temáticas.
- **Resistência à linguagem inclusiva de género** é também apontada como um elemento de oposição.

3. Dificuldades a nível geral- evidenciam **situações de oposição subtil ou pontual**, mas que, ainda assim, afeta a execução prática das iniciativas, mesmo que isoladas.

70.4% das OSC referiu **não existirem políticas públicas eficazes no combate à Violência de Género**. Esta perceção parece sugerir que, para estas organizações, a existência de políticas públicas não é sinónimo de mudança com impacto real, ou que os mecanismos existentes podem não estar de acordo e ajustados com as necessidades atuais.

Apesar de existirem estruturas legais e mecanismos de resposta, a implementação é percebida como insuficiente, pouco articulada ou desconectada da realidade das vítimas/sobreviventes.

A falta de financiamento estrutural, previsível e sustentável para programas e serviços especializados, a **desarticulação entre os diversos níveis de resposta pública, as resistências culturais e institucionais**, especialmente em contextos mais conservadores, a **lentidão da justiça e desproteção das vítimas**, bem como a **falta de medidas eficazes e sistemáticas de prevenção**, em especial nas áreas da educação e comunitária, podem estar a contribuir para esta perceção.

As OSC com experiência direta no terreno, são aliadas fundamentais na construção de respostas mais humanizadas, eficazes e transformadoras, revelando **necessidade urgente de reformulação estrutural e reforço prático da resposta à VG.**

66,7% das OSC consideram não existirem políticas públicas eficazes no combate à Desigualdade e Violência de Género para a Juventude.

A educação, a prevenção e o envolvimento ativo das/os jovens rapazes e raparigas é indispensável para alterar esta realidade e, construir uma sociedade mais justa e igualitária desde idades mais precoces.

Os/as jovens enfrentam **múltiplas formas de discriminação, manifestação de desigualdades e violência de género, muitas vezes invisibilizadas ou normalizadas no espaço escola, família, digital e comunitário.**

Avaliar a eficácia das políticas públicas neste domínio é essencial para garantir que os direitos são plenamente respeitados e promovidos.

88,9% das OSC referem **promover iniciativas na área do Direitos Humanos.** Este envolvimento revela que, embora muitas OSC atuem com recursos limitados, assumem um papel ativo e indispensável na defesa dos direitos fundamentais, tanto ao nível local como nacional, adotando várias estratégias para abordar e integrar a temática:

- **Parcerias interinstitucionais (27,9%)** – Apontando para uma **abordagem colaborativa e a perceção de que os Direitos Humanos se promovem mais eficazmente em rede**, respondendo também à necessidade de superar limitações de recursos através de cooperação estratégica.
- **Formação interna (24,6%)** – Demonstrando **preocupação com a capacitação contínua e o alinhamento das equipas**, aspeto crucial para **garantir coerência** entre narrativa e prática institucional e para **adaptar a atuação a novas realidades.**
- **Formação externa (23%)** – Demonstrando o papel das OSC como **agentes transformadores, atuando na consciencialização e na educação em Direitos Humanos.**
- **Campanhas IEC/MC (16,4%)** – **Instrumento chave para mobilizar a opinião pública**, denunciar situações de discriminação e desigualdade e promover comportamentos com base nos Direitos Humanos. Apesar da percentagem ser menor em relação às categorias anteriores, estas campanhas, sobretudo na sua vertente de comunicação, apresentam um **vasto alcance e impacto.**

As OSC apostam fortemente em formação e capacitação, tanto interna quanto externa, valorizam as alianças interinstitucionais como forma de ampliar o alcance das ações, utilizam campanhas públicas como ferramentas de consciencialização e visibilidade e, demonstram consistência entre atuação institucional e valores de Direitos Humanos.

As organizações que atuam na área dos Direitos Humanos evidenciam utilizar diversas estratégias para sensibilizar, formar e mobilizar a sociedade. O foco em formação, parcerias e comunicação pública revela uma abordagem sistémica e multifacetada, essencial para enfrentar os desafios atuais das desigualdades, discriminações e violências.

A diversidade e coerência das iniciativas desenvolvidas pelas OSC demonstra que estas entidades são centrais na consolidação de uma cultura de Direitos Humanos em Portugal.

Formas de Violação dos Direitos Humanos que as OSC identificam no seu trabalho:

- 1. Violência de Género, Assédio, Não Respeito pela Saúde Sexual e Reprodutiva e Autonomia Corporal** – As OSC referiram formas sistemáticas de violência física, sexual, psicológica e institucional, com forte incidência sobre mulheres, pessoas LGBTI+ e outras populações em situação de vulnerabilidade. Assédio moral e sexual, controlo da autonomia corporal, negação de direitos sexuais e reprodutivos, e ausência de serviços especializados são práticas comuns e preocupantes.
- 2. Discriminação Interseccional e Estrutural** – A Discriminação é entendida como cumulativa e interseccional, afetando pessoas migrantes, racializadas, LGBTI+, mulheres, idosos/as e pessoas com doença crónica. Há exclusão sistemática no acesso a direitos básicos como saúde, habitação, trabalho e participação social, além do crescimento de discursos de ódio.
- 3. Exploração Laboral e Precariedade** – A precariedade laboral é amplamente mencionada, especialmente entre migrantes e trabalhadores/as informais. O desemprego estrutural, a discriminação salarial e a exploração, refletem falhas (profundas) na proteção do direito ao trabalho digno.

4. **Acesso Limitado a Direitos e Serviços – Falhas persistentes no acesso a saúde, habitação, educação, proteção social e justiça, agravadas pela exclusão digital e pela ausência de recursos como intérpretes de diferentes idiomas.** Estas limitações comprometem a dignidade e os direitos de grupos já vulneráveis, como migrantes, pessoas com deficiência e comunidades em situação de pobreza.
5. **Participação e Representação Política e Social – Invisibilidade institucional e social de diversas comunidades, com ausência (de voz) nos processos de decisão política e social.** A falta de mecanismos de participação cidadã reforça a exclusão e, compromete a democracia, a equidade e igualdade na gestão pública.
6. **População migrante, Refugiada e em Mobilidade – Múltiplas violações enfrentadas por pessoas migrantes e refugiadas, incluindo racismo institucional, barreiras de acesso a serviços, exploração laboral e xenofobia.** As vulnerabilidades acumuladas refletem a ausência de respostas públicas adequadas.
7. **Juventude – Falta de oportunidades e ausência formação e debate em Igualdade de Género e Direitos.** Isso compromete a cidadania e empregabilidade, além de perpetuar estereótipos e desigualdades.
8. **Outras Violações Sistêmicas – Direitos ambientais, boa governação e justiça climática com impacto nas comunidades periféricas e em situação de pobreza.**

As OSC referiram uma fragilidade significativa das políticas públicas na resposta à violência de género e promoção da igualdade, especialmente entre os/as jovens.

Apesar dos avanços legais e institucionais, os dados revelaram que a violência e discriminação de género continuam enraizadas em múltiplas dimensões da vida social, sendo tratadas de forma reativa e insuficiente.

As OSC apresentam um elevado grau de compromisso, inovação e resiliência, sendo urgente reforçar o compromisso do Estado com a promoção estruturada, interseccional e eficaz da Igualdade de Género e Direitos das Mulheres, envolvendo ativamente a sociedade civil.

Apesar de serem atores fulcrais nas respostas à desigualdade e violência, é necessário apoio político, institucional e financeiro previsível e estável, bem como, condições estruturais e recursos adequados para OSC continuarem a desempenhar um papel transformador e garantirem uma mudança efetiva e duradoura ao nível institucional, comunitário e social.

4.5. Cooperação e Interseccionalidade

81,5% das OSC afirmam incorporar uma abordagem interseccional nas suas práticas, o que poderá significar que muitas organizações já ultrapassaram abordagens “setoriais” e passaram a ver os Direitos Humanos, incluindo os sexuais e reprodutivos, de forma holística, complexa, interligada e interdependente.

92,6% das organizações afirma ter parcerias e desenvolver trabalho em rede com outras OSC, o que aponta para uma crescente valorização do trabalho colaborativo entre as organizações, fundamental, para enfrentar desafios sociais complexos.

Através de parcerias e redes, estas organizações conseguem otimizar recursos, partilhar conhecimentos e reforçar a sua capacidade de intervenção com uma abordagem interseccional e integrada, essencial para responder às múltiplas vulnerabilidades que afetam grupos invisibilizados, como mulheres migrantes, jovens trans ou pessoas racializadas e/ou com deficiência.

As OSC demonstram um compromisso com práticas mais inclusivas, sustentadas por alianças com diferentes movimentos (feministas, LGBTI+, ambientalistas e de justiça social).

A sistematização das áreas de colaboração e trabalho em rede espelham a diversidade, a abrangência e a complexidade das suas intervenções, não só a amplitude do trabalho desenvolvido, como também pela natureza interligada e interseccional, refletindo um compromisso estruturado com a promoção dos Direitos Humanos, da Igualdade e da Justiça Social.

4.6. Conhecimento e integração dos Valores da UE

A grande maioria das OSC referiu ter **conhecimento dos valores fundamentais da União Europeia** (96,3%), como sejam Direitos Humanos, Igualdade, Liberdade e Não Discriminação e **integram os valores da UE** através:

- **Missões, objetivos e planos de atividades** (18,9%) – Refletindo o compromisso das OSC com os direitos humanos, igualdade e justiça social, e são **orientados para o impacto social positivo, alinhando-se com as diretrizes e metas da UE.**
- **Parcerias com outras organizações** (17,1%) – Forma importante de integrar os valores da UE sugerindo que as OSC **colaboram com outras entidades para maximizar o impacto das suas ações em áreas como Direitos Humanos, Igualdade de Género e Desenvolvimento Sustentável.** A cooperação em rede permite não só a troca de boas práticas, mas também a incidência conjunta sobre políticas públicas, reforçando o compromisso com os princípios da UE.
- **Estatutos e regulamentos** (16,2%) – Sugerindo que as organizações formalizam esses valores no seu enquadramento legal e normativo, **refletindo o compromisso institucional com as diretrizes da UE,** assim como a **necessidade e exigência para acederem a financiamentos, e outras parcerias, que frequentemente podem exigir/implicar esse alinhamento.**
- **Documentos e propostas de políticas públicas** (11,7%) – Podendo revelar que as OSC estão não apenas alinhadas com os valores europeus, mas também **envolvidas e participantes na definição de políticas públicas.**
- **Oferta de serviços para grupos minoritários** (9%) – Sugerindo que integram e promovem os valores da igualdade, não-discriminação e inclusão, focando-se em populações em situação de vulnerabilidade, como pessoas migrantes, LGBTI+ e mulheres. Isso também **reflete o compromisso com os valores da UE que defendem a integração social e a proteção dos direitos de grupos marginalizados.**
- **Campanhas de informação, educação e comunicação (IEC-MC)** (7,2%) – Constituinte **uma forma importante de disseminação dos valores da UE,** promovendo a informação coletiva para a mudança de comportamento.

As OSC promovem o aumento do conhecimento dos direitos de mulheres e jovens, incluindo das pertencentes a minorias, dentro do contexto dos valores da UE através:

- **Parcerias interinstitucionais** (28,9%) – Indicando que o trabalho em rede e a colaboração com outras OSC, instituições públicas e entidades internacionais são considerados fulcrais para o avanço dos direitos das mulheres e jovens. Este tipo de parceria **fortalece a sustentabilidade e o alcance das ações**, sendo vistas como **fundamentais para ampliar o impacto e garantir uma abordagem integrada e interseccional**.
- **Iniciativas de formação** (19,7%) – Demonstrando esforços diretos de capacitação, muitas vezes com foco em direitos humanos, igualdade de género, cidadania ativa e participação política, vistas pelas organizações como pilares de ações dirigidas tanto ao público-alvo (mulheres e jovens, em especial minorias), quanto a profissionais da saúde, educação, justiça e serviços sociais, bem como **catalisadoras da disseminação de conhecimento sobre direitos, desconstrução de estereótipos e fomento das capacidades de intervenção**.
- **Programas educativos** (17,1%) – Que envolvem **contextos formais e não-formais**, visando a **construção e desenvolvimento de consciência crítica** sobre direitos, história dos feminismos e estruturas de opressão. Podem incluir ações mais estruturadas, **como currículos escolares, oficinas, programas extracurriculares, entre outros, utilizados como meios para integração dos valores da UE, desde a infância e juventude**.
- **Oferta de serviços a grupos minoritários** (11,8%) – Sugerindo a existência de ações práticas e concretas de apoio direto, como apoio psicossocial, jurídico, de saúde e mediação cultural, com foco nas populações em situação de maior vulnerabilidade e discriminação.
- **Campanhas de IEC – MC** (10,5%) – Refletindo a utilização da comunicação social, redes digitais e campanhas de sensibilização para disseminar conhecimento sobre temas como direitos e desconstrução de estereótipos e preconceitos. As campanhas **podem ser utilizadas para públicos amplos, para questionar preconceitos, promover direitos e mobilizar a comunidade em matéria de Igualdade de Género e Direitos Humanos**.

Os valores da UE considerados mais importantes pelas OSC no seu trabalho:

- **Não discriminação** (9.9%), **Dignidade Humana** (9.5%) e **Igualdade** (9.5%) podem ser entendidos como um compromisso das organizações com a defesa da diversidade, da inclusão e da proteção das pessoas mais vulneráveis, em consonância com as suas áreas de atuação. Fortemente alinhada com os domínios prioritários das OSC, a seleção destes valores parece ser indicadora de que a escolha é fundamentada na prática e nas necessidades das comunidades com quem trabalham.
- **Respeito pelo Direitos Humanos** (8.7%), **Liberdade** (8.7%), **Justiça** (7,9%) e **Solidariedade** (7.9%) sugerem que as organizações incorporam estes valores da UE, e atuam como suas promotoras no terreno, sobretudo em contextos onde enfrentam desafios crescentes e já referidos.

Como principais obstáculos à implementação eficaz dos valores da UE em Portugal as OSC referem:

- **Preconceitos, discriminação e desigualdade de género** – A discriminação com base em género, raça, etnia, orientação sexual, deficiência e outras como barreiras generalizadas. As OSC salientam a presença de estruturas patriarcais, racismo (biológico e cultural), capacitismo e sexismo, revelando uma sociedade com múltiplos estigmas e exclusões. Estes preconceitos persistentes põem em causa os valores da Igualdade, dos Direitos Humanos e da Não Discriminação.
- **Literacia, consciencialização e desigualdades** – As OSC identificam um **défice de educação cívica e uma baixa literacia da população** em relação aos valores e direitos da UE, o que pode levar à **“apatia” política, resistência à mudança e aceitação acrítica de discursos. Sem uma formação adequada desde a infância, valores como igualdade, pluralismo e justiça não se enraízam na sociedade.** A fraca visibilidade de mulheres, jovens e minorias em posições de decisão limita o impacto das políticas inclusivas e contribui para ciclos de exclusão, dificultando a concretização da igualdade de género e da solidariedade entre gerações. A pobreza, a exclusão do mercado de trabalho e a falta de acesso à educação mantêm-se como obstáculos centrais, afetando de forma desproporcional as populações em situação de maior vulnerabilidade e dificultando o acesso aos direitos e à participação cívica plena.

- **Resistência à mudança e tradições** – Tradições religiosas e conservadoras perpetuam valores que, por vezes, conflituam com princípios, como a Igualdade de Género e os direitos das pessoas LGBTI+. **Alguma “apatia” social e política, a desesperança e o adiamento de soluções refletem – ou geram – um problema de desmobilização e fraca participação nos processos democráticos. O desinteresse pela cultura da participação cívica enfraquece o envolvimento individual e coletivo nos processos de decisão e integração.**
- **Desinformação e polarização** – O crescimento da extrema-direita radical e dos discursos populistas representa **uma ameaça direta aos valores democráticos e aos direitos de todas as pessoas**, não apenas das chamadas minorias. Este fenómeno polariza o debate público, alimenta a desinformação e enfraquece os pilares do Estado de Direito, da Solidariedade e da Tolerância – valores fundamentais da UE. Diversas OSC apontam a polarização em torno de temas como a migração e a igualdade de género, frequentemente alimentada por desinformação e desconhecimento. Esta situação **gera desconfiança, reduz a empatia social e dificulta a promoção de uma cultura assente nos direitos e na solidariedade.**
- **Desafios políticos e institucionais** – As OSC destacam **resistência por parte de decisores políticos e a ausência de estratégias com abordagem interseccional.** Estes fatores comprometem a eficácia das políticas públicas e dificultam a concretização dos valores da UE em medidas concretas.
- **Falta de apoio, recursos e financiamento** – A **carência de apoio institucional e de financiamento estruturado** para projetos de direitos humanos e igualdade é recorrente nas respostas. A **burocracia excessiva**, os entraves administrativos e a **falta de investimento em mudanças estruturais** são mencionadas como **entraves práticos à implementação de projetos e iniciativas locais, prejudicando especialmente as organizações mais pequenas e com menos recursos.**

4.7. Poder e tomada de decisão

A análise das práticas de liderança nas OSC revela um cenário de avanços e desafios, bem como uma abordagem multidimensional que fortalece a participação de mulheres e jovens na tomada de decisão. No entanto, e

embora haja visibilidade de mulheres em cargos de liderança em muitas organizações, a liderança juvenil, especialmente a feminina, ainda enfrenta barreiras significativas.

A falta de programas de capacitação estruturados para jovens e mulheres, a falta de confiança nas políticas públicas de igualdade, o uso precário de mentoria e na criação de políticas internas estruturadas, indicam a importância de implementar mudanças profundas para garantir maior equidade e igualdade de gênero, representatividade em cargos de decisão e inclusão de jovens em papéis de liderança.

Formas como as OSC contribuem para o aumento da participação de mulheres e jovens em processos de tomada de decisão:

- **Estabelecimento de Parcerias (28,8%)** – O que poderá demonstrar a aposta das organizações em **ações colaborativas, maximizando redes e sinergias** para ampliar o impacto, sendo uma **forma eficaz de mobilizar recursos e legitimar intervenções conjuntas**.
- **Programas de capacitação (20,5%)** – Demonstrando uma forte tendência para apostar na **formação de competências em mulheres e jovens, como meio de empoderamento e preparação para a liderança**.
- **Advocacy (17,8%)** – Refletindo o **compromisso das organizações** em influenciar políticas públicas e decisões institucionais **para garantir maior igualdade e participação**.
- **Campanhas (15,1%)** – Instrumento/recurso utilizado para **sensibilizar, promover a mudança de mentalidades e comportamentos** face à participação de grupos sub-representados.
- **Documentos de política interna (8,2%)** – Existência de orientações ou normas internas, ponto essencial para garantir práticas duradouras e institucionais.
- **Mentoria (6,8%)** – **Estratégia poderosa no desenvolvimento pessoal e liderança**, surge como um recurso pouco utilizado, o que pode indicar uma **oportunidade de crescimento nesta área**.

Como principais obstáculos que as mulheres e jovens enfrentam para alcançar posições de liderança foram:

- Pouca monitorização das políticas de Igualdade de Género (21,5%)
- Estereótipos com base no género (21,5%)
- Falta de oportunidades (17,5%)
- Pouca implementação das políticas de Igualdade de Género (16,1%)
- Escassa participação nos órgãos sociais com visibilidade pública (15,1%)
- Escassa participação nos órgãos sociais (6,5%)

A fraca existência de programas de capacitação para liderança feminina e juvenil nas OSC (11,1%) reflete um baixo compromisso institucional com o desenvolvimento de lideranças inclusivas e um desalinhamento entre os obstáculos percebidos e as ações adotadas – o que pode corresponder à necessidade de ações concretas para transformar a consciência sobre Igualdade de Género e Juventude em práticas efetivas.

Poucas organizações têm programas estruturados para capacitação de mulheres e jovens em liderança, o que destaca a falta de ações concretas para enfrentar desafios como estereótipos de género, falta de oportunidades e baixa visibilidade

66,7% das organizações acredita não existirem políticas públicas eficazes para promover a participação ativa de mulheres e jovens nos cenários de poder e tomada de decisão.

A percepção predominante de ineficácia das políticas públicas aponta para a necessidade de reforçar não apenas as medidas de promoção, mas também a sua visibilidade, monitorização e impacto real.

66,7% das OSC refere haver uma alta visibilidade de mulheres em cargos de liderança dentro das OSC. A maioria das OSC considera que as mulheres têm alta visibilidade em cargos de liderança nas suas organizações, o que sugere que as OSC como espaços mais abertos à liderança feminina, possivelmente pela sua missão social, valores inclusivos e, quando existem, práticas



horizontais de gestão, ou por reflexo do maior envolvimento de mulheres nas causas sociais e comunitárias.

A visibilidade de jovens em cargos de liderança nas OSC (88,9%) é muito **limitada**, com a maioria das Organizações a indicar uma presença baixa ou média.

As dificuldades dos/as jovens para alcançar posições de liderança refletem-se na sub-representação juvenil, muitas vezes agravada por barreiras estruturais.



5

Estratégias e Recomendações

5.1. Para a implementação dos valores da UE

como forma de reforçar objetivos e produtos “Lugar e Voz”:

- Advogar para a redução da carga burocrática e assegurar apoio institucional às OSC;
- Reforçar a capacitação contínua sobre os valores da UE, para que seja possível ampliar práticas e influenciar/contribuir para as políticas e debates públicos, bem como a necessária apropriação;
- Apoiar a participação ativa das OSC em redes interinstitucionais, parcerias nacionais e transnacionais, bem como em projetos da UE, com financiamento adequado, promovendo a partilha de boas práticas e a maximização do impacto;
- Realizar campanhas de informação e sensibilização, divulgação e *advocacy* sobre os valores da UE como estratégia para promover a educação cívica e o envolvimento político da população em matéria de Igualdade e Direitos Humanos;
- Garantir maior representatividade nos espaços de decisão;
- Combater de forma coordenada a desinformação, o ceticismo, a apatia política e discursos de ódio.

5.2. Para a implementação de lideranças femininas e jovens

Recomendações para organizações da sociedade civil como forma de reforçar objetivos e produtos “Lugar e Voz”:

- Diagnóstico interno para mapear barreiras e/ou oportunidades (internas e externas) para implementar ações de inclusão;
- Programas de formação contínua para lideranças, em áreas como empoderamento, comunicação, gestão e direitos;
- Estabelecer parcerias com instituições/entidades – ONG ou ONGD, universidades ou institutos públicos – que atuam nesta área;
- Explicitar e avaliar metas, também mensuráveis, de igualdade nos planos estratégicos para garantir acompanhamento e resultados mensuráveis;
- Criar, sempre que não existam, mecanismos de representação, como cotas ou inclusão obrigatória em comissões e conselhos, para reforçar a participação em espaços estratégicos de decisão;
- Combater padrões culturais que restringem o poder das mulheres e jovens nestes espaços e garantir maior visibilidade externa das respectivas lideranças femininas e juvenis.
- Tornar as estruturas de decisão mais acessíveis e inclusivas, diminuindo as barreiras que dificultam a participação de jovens e mulheres;
- Fomentar novas iniciativas e programas de OSC com valoração positiva dos que forem liderados por jovens e/ou mulheres de modo a incentivar a sua participação ativa;
- Promover campanhas de IEC-MC que valorizem as lideranças juvenis e de mulheres como agentes sociais transformadores/as, oferecendo exemplos positivos e inspiradores de boas práticas.

5.3. Para as políticas públicas

Recomendações como forma de reforçar objetivos e produtos

“Lugar e Voz”:

- Reforçar a implementação e monitorização efetiva e divulgação dos resultados das políticas existentes;
- Melhorar a comunicação e o acesso à informação sobre essas políticas;
- Criar mecanismos de avaliação periódica, com indicadores de impacto;
- Envolver as OSC e o setor privado no desenho, monitorização, avaliação e relatórios das políticas públicas;
- Promover programas formativos e incentivos direcionados à inclusão de mulheres e jovens em cargos de decisão/poder.



Parte 2

ENTREVISTA
A LIDERANÇAS E ÓRGÃOS
SOCIAIS DE ORGANIZAÇÕES
DA SOCIEDADE CIVIL



As entrevistas efetuadas a mulheres na liderança e/ou nos órgãos sociais de organizações da sociedade civil (OSC) visam recolher testemunhos e contributos das protagonistas nas áreas de ação deste estudo – Saúde & Saúde Sexual e Reprodutiva, Autonomia Corporal, Igualdade e Direitos Humanos, Violência e Discriminação de Género, Poder e Tomada de Decisão – bem como identificar bloqueios, caminhos e soluções que as próprias identificam ao nível da visibilidade e da participação de mulheres nas OSC.

O guião de entrevista:

1. Tendo em conta que estamos a assistir a retrocessos em matéria de Direitos Humanos nas sociedades consideradas democráticas, incluindo Portugal, e assumindo que as OSC têm um papel de *whatchdog*, o que considera ser essencial fazer?
2. Na sua opinião, existe consciência dos Direitos Humanos não realizados e a realizar em Portugal? Que estratégias considera mais eficazes para manter/aumentar esta consciência, visibilidade e trabalho nas/das OSC, universidades e empresas?
3. Na sua opinião, uma abordagem interseccional em matéria de Igualdade, Saúde e Direitos Humanos é possível sem incluir os temas da Saúde e Saúde Sexual e Reprodutiva, Autonomia Corporal, como e porquê?
4. Tendo em conta que existe uma forte dependência de financiamentos governamentais, levando a que as OSC se financiem através de candidaturas a temas propostos pela agenda oficial, por vezes em detrimento dos que integram a sua missão – e que mais diretamente responderiam às necessidades das suas populações-alvo (por exemplo, os financiamentos não abrangem a prevenção primária, educação e informação de que resulta o aumento de Infeções Sexualmente Transmissíveis (IST), o aumento da Violência de Género (VG), incluindo violência sexual, dificuldades de acesso aos serviços de Saúde e consultas de especialidade de Planeamento Familiar (PF) e Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG)) – o que pode ser feito diferente e qual o papel das OSC neste cenário?
5. Tendo em conta que os financiamentos privados em Portugal estão mais direcionados para entidades públicas, incluindo as que atuam em matéria de DSR e IG, quais as estratégias e/ou soluções para aumentar a coerência entre o discurso e a prática sobre a importância da sociedade civil?



6. De que forma as políticas públicas e as respostas das OSC podem ser melhoradas para promover uma verdadeira IG e respeito pelos valores/direitos fundamentais, incluindo a Educação Sexual Compreensiva e Saúde Reprodutiva?
7. Que mudanças são necessárias para inverter a tendência de normas culturais e sociais discriminatórias que influenciam a capacidade de mulheres, meninas e jovens no momento de tomar decisões sobre os seus próprios corpos?
8. Que medidas e estratégias concretas recomendaria para empoderar mulheres, meninas e jovens para serem agentes de mudança nas suas próprias vidas?
9. O que considera essencial fomentar – onde e de que forma – para mobilizar mulheres, meninas, raparigas e grupos com menos visibilidade, para posições de liderança em OSC, cargos públicos e/ou governamentais?
10. Como imagina o futuro da sociedade portuguesa em termos de Saúde, incluindo a Saúde Sexual e Reprodutiva, Igualdade e Direitos Humanos nos próximos 10 anos?



Animar – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local

Célia Lavado

Coordenadora da área da Governança, Igualdade e Cidadania

R1 – (essencial fazer) É importante reforçar a **monitorização das políticas públicas, denunciar retrocessos, promover literacia cívica e mobilizar a sociedade para a defesa dos Direitos Humanos**. É essencial fortalecer redes de cooperação, pressionar decisores políticos e garantir a participação ativa das cidadãs e dos cidadãos na construção de sociedades mais justas e inclusivas.

R2 – Não existe (consciência dos Direitos Humanos não realizados e a realizar em Portugal). Muitas desigualdades são normalizadas ou invisibilizadas. **Para aumentar essa consciência, é essencial investir em educação para os Direitos Humanos, promover campanhas de sensibilização, reforçar a advocacy das OSC e criar sinergias entre sociedade civil, universidades e empresas para fomentar compromisso e ação concreta.**

R3 – Não existe (abordagem interseccional em matéria de Igualdade, Saúde e Direitos Humanos é possível sem incluir os temas da Saúde e SSR, Autonomia Corporal). **Uma abordagem interseccional em Igualdade, Saúde e Direitos Humanos sem incluir Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos seria incompleta**. Estes temas são estruturantes para a igualdade de género e o bem-estar das pessoas. Excluí-los perpetua discriminações e limitações à plena realização dos Direitos Humanos.

R4 – (Financiamento) As entidades devem diversificar fontes de financiamento, fortalecendo parcerias com fundações, setor privado e outras formas de financiamento, reduzindo a dependência de fundos públicos. Devem ainda **reforçar a advocacy para que as políticas públicas incluam temas estruturais negligenciados, como a prevenção primária e o acesso universal à saúde**. O seu papel passa por **monitorizar lacunas, sensibilizar a sociedade e pressionar decisores para garantir respostas eficazes e alinhadas com as reais necessidades das populações**.

R5 – Algumas estratégias (para aumentar a coerência entre o discurso e a prática sobre a importância da sociedade civil) poderão passar por: **Reforçar o reconhecimento institucional das OSC, garantindo o seu envolvimento em políticas públicas e financiamento direto**; sensibilizar financiadores privados sobre o impacto da sociedade civil, promovendo mecanismos de financiamento alternativos; criar alianças estratégicas entre OSC, setor privado e academia para fortalecer a credibilidade e influência da sociedade civil; apostar em modelos alternativos de financiamento.

R6 – (as políticas públicas e as respostas das OSC podem ser melhoradas) Garantir políticas públicas baseadas em evidência; fortalecer a cooperação entre Estado e OSC, reconhecendo o seu papel crítico na monitorização e implementação de políticas; **integrar a Educação Sexual Compreensiva nos currículos escolares de forma transversal; assegurar acesso universal à Saúde Sexual e Reprodutiva, removendo barreiras económicas e sociais**; promover campanhas de sensibilização assíduas; criar mecanismos eficazes de avaliação e responsabilização.

R7 – (mudanças necessárias) Educação e literacia em igualdade de género e direitos sexuais e reprodutivos desde a infância; aplicação da legislação de forma eficaz; sensibilização e mobilização social, desconstruindo modelos patriarcais e promovendo modelos de masculinidade positiva; **real acesso universal à saúde sexual e reprodutiva; empoderamento económico e social das mulheres e jovens**; envolvimento de homens e comunidades na mudança cultural.

R8 – (medidas e estratégias concretas para empoderar mulheres, meninas e jovens) Educação e formação contínua em direitos, igualdade de género e liderança; acesso garantido a serviços de saúde sexual e reprodutiva; programas de mentoria e *role models*; criação de espaços seguros de participação; parcerias estratégicas que fortaleçam redes de apoio e oportunidades.

R9 – (essencial fomentar para mobilizar mulheres, meninas, raparigas, e grupos com menos visibilidade, para posições de liderança) Educação e capacitação em liderança e participação cívica, desde a escola ao ensino superior; mentoria e redes de apoio para ligação com modelos de inspiração; quotas e outras medidas de discriminação positiva; políticas de trabalho que se baseiem na conciliação.



R10 – (o futuro da sociedade portuguesa ... nos próximos 10 anos) **Maior acesso e qualidade nos serviços de Saúde; Educação Sexual Compreensiva universalizada; redução da violência de género; maior representatividade e liderança das mulheres; OSC com poder de influência para fazer se fazer ouvir na vigilância a retrocessos conservacionistas em relação aos direitos das mulheres.**



ASSOCIAÇÃO ESPAÇOS

PROJETOS ALTERNATIVOS DE MULHERES E HOMENS

Associação Espaços – Projetos Alternativos de Mulheres e Homens

Cláudia Múrias

Membro da Associação Espaços

R1 – (essencial fazer) Realmente, **o papel do associativismo é um papel muito importante para as democracias**. Por isso é que foi proibido pelo Salazar durante o Estado Novo. Após o 25 de Abril, as associações voltaram a ser constituídas, muitas vezes dinamizadas por docentes, que tinham uma menor carga horária (contrariamente agora, cuja profissão está burocratizada) e um forte apelo educador e transformador. Tradicionalmente, são as associações que dão voz aos assuntos de cidadania, colocando-nos na agenda pública, mas atualmente, com o aparecimento das redes sociais – novos *media* – e a emergência da figura de “influenciadora social”, o papel coletivo das associações começa a ser substituído pela partilha direta da experiência individual que estas pessoas fazem, divulgadas com o patrocínio comercial de algumas marcas ou produtos, sem a intermediação das associações.

Assim, **o debate de ideias corresponde à força comercial das marcas e à popularidade das “influenciadoras” e não à força do diagnóstico social ou à validação do conhecimento científico**. Impera a desinformação porque há interesses de grupo que se impõem a outros, apenas por questões comerciais e de popularidade e adesão do público. Os grupos com menos poder social não conseguem ter a sua opinião ou necessidades divulgadas e refletidas no debate público. Aliás, quase que não há reflexão, o que eu noto é que, mesmo nas esferas próprias de debate e questionamento, como o Conselho Consultivo da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, criado como um órgão de consulta em matéria de conceção e implementação das políticas de igualdade, que assegura a representação de departamentos governamentais e de organizações representativas da sociedade civil, sendo um espaço de debate e pensamento sobre as questões de género e as questões das mulheres, pouco se fala coletivamente.

Considero que **a participação da sociedade civil organizada nos vários processos de tomada de decisão e de definição das políticas pública é garantia**

de uma efetiva implementação das aspirações e necessidades da sociedade, contudo, não é isto que está a acontecer. As reuniões do Conselho Consultivo têm centrado o debate nos planos nacionais de ação, especialmente na concretização de medidas e na obtenção dos objetivos definidos.

Não se fala de educação sexual nem das dificuldades que as mulheres têm em exercer os seus direitos sexuais e reprodutivos, não se fala de questões laborais das mulheres, para além daquilo que responde aos diagnósticos feitos a nível nacional. Por exemplo, uma das áreas de intervenção valorizadas nos planos é a mobilização das mulheres para as áreas STEM – Science, Technology, Engineering and Mathematics, apesar da percentagem de mulheres cientistas e engenheiras em Portugal ser superior à média da União Europeia. Para além da área específica da Informática, onde temos menos mulheres, o problema consiste na sub-representação feminina nos cargos de liderança – segregação vertical – e é transversal a todos os setores da economia.

Relativamente à segregação horizontal, parece-me mais útil **debater o modelo de desenvolvimento económico que desvaloriza a economia do cuidado, setor que emprega muitas mulheres com baixos salários, ou a agricultura e o artesanato, áreas onde as mulheres rurais sentem muitas dificuldades de apoio financeiro e acesso ao crédito, sentindo-se desamparadas.** Estes setores respondem a problemas atuais da sociedade civil portuguesa e a necessidades locais de territórios onde as associações de mulheres e os feminismos têm dificuldade de se instalar e crescer devido ao conservadorismo social que reforça os estereótipos de género. Ir contra a opinião do marido, por vezes não é possível. Também os direitos sexuais e reprodutivos são de menor acesso nas comunidades rurais. Pode ser complicado recorrer a uma consulta de planeamento familiar ou interromper voluntariamente uma gravidez, por exemplo.

Considero que **dar condições de emergência e manutenção do associativismo é uma forma de servir as necessidades de grupos socialmente vulneráveis.** Atualmente é difícil ter uma massa associativa que pague quotas, por exemplo, não há pessoas para pagar quotas. Ser associada de uma entidade é fácil, pagar as quotas todos os anos, em Portugal, é muito difícil; para as mulheres portuguesas é muito difícil, devido aos baixos rendimentos. Se forem trabalhadoras por conta própria ou trabalhadoras familiares, pior ainda. Não há orçamento nem condições para a participação cívica. Quando estamos reunidas com outras associações são evidentes os problemas em manter compromissos enquanto entidades empregadoras, de angariação e

mobilização da massa associativa, dificuldades de financiamento, etc., **não há apoio para dinamizar o associativismo e aumentar a participação cívica das pessoas. É um silenciamento completo.**

Como fazer advocacia pelos direitos das mulheres? Se calhar as associações deviam estar mais articuladas para fazerem valer a sua voz, porque acho que estão bem conscientes do pensamento feminista que falta desenvolver no país, dos direitos das mulheres e da igualdade ainda por conquistar. **O Estado neste momento parece estar preocupado em melhorar as respostas dos serviços públicos, mas pouco aberto à situação da sociedade civil organizada.**

Se os *media* não pegarem nas questões de género, não derem voz, nós estamos com muita dificuldade em sensibilizar a sociedade. Por exemplo, as Marchas, organizadas pela sociedade civil em dias específicos como o Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, o Dia Internacional das Mulheres ou as Marchas do Orgulho de Lisboa, do Porto e de outras cidades, são noticiadas nos meios de comunicação social e servem para alertar sobre a discriminação, mas as imagens que aparecem centram-se praticamente nas pessoas politicamente ativas que as apoiam.

O jornalismo atual não visibiliza a participação cívica e democrática, a cidadania. **Fala-se de violência contra as mulheres, há notícias e reportagens sobre o crime de violência doméstica, mas, reportagens sobre desigualdade de género não.** Atualmente, os meios de comunicação social não estão próximos da mudança, da educação. Dantes estavam mais responsabilizados na construção de igualdade, agora o diálogo com a sociedade civil desapareceu, foi substituído pela *vox populi*. É preciso apelar de novo a esta responsabilização.

R2 – (consciência dos direitos humanos não realizados e a realizar em Portugal) **Há uma ilusão de igualdade na sociedade portuguesa, as pessoas acreditam que há igualdade entre mulheres e homens.** Trabalho em contexto de psicologia comunitária e em contexto de formação contínua e verifico uma grande necessidade de sensibilização sobre igualdade e não discriminação e sobre feminismos. As pessoas sabem que houve um avanço social na inserção das mulheres no mercado de trabalho e em termos educacionais, até porque fazem parte dessa geração.

Desde a década de 60 do século passado que as mulheres entraram em massa no mercado de trabalho e aumentaram fortemente a sua escolarização. A coeducação reforçou esse sucesso na capacitação e qualificação das mulheres,

combatendo a tradicional diferenciação das competências profissionais de mulheres e de homens. Parecia que o país recuperava do atraso e que a democratização iria criar igualdade de oportunidades, contudo não houve uma reflexão transversal sobre a condição social e jurídica das mulheres portuguesas.

A emancipação não se cumpriu e a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos foram sucessivamente adiados. A interrupção voluntária da gravidez foi referendada por duas vezes. A globalização da economia trouxe a estagnação salarial, a precariedade laboral ou o empreendedorismo e a criação do próprio emprego. Muitas mulheres, mesmo licenciadas, mestras ou doutoradas, vivem precariamente de projeto em projeto, de bolsa em bolsa, sem carreira profissional ou contributiva.

As áreas de atividade económica tradicionalmente femininas, como o setor da prestação de cuidados, especialmente, o trabalho doméstico, os cuidados na educação e na primeira infância, os serviços de saúde, de assistência social ou cuidados continuados, caracterizam-se pelos baixos níveis de remuneração e elevadas exigências físicas e emocionais. Contrariamente, os setores tradicionalmente masculinos, como os setores financeiro e industrial, de gestão ou de engenharia, caracterizam-se pelos salários elevados, regalias e benefícios associados. O diferencial salarial entre mulheres e homens é de 17%. Acresce ainda que em Portugal as mulheres gastam mais horas diárias em atividades domésticas e de apoio à família, encontram-se sobrecarregadas. Esta situação devia alertar-nos.

Muitas mulheres vivem em exaustão. Não foram educadas para respeitar o seu corpo ou ter um estilo de vida saudável, pelo contrário, foram educadas para assegurar todas as tarefas e responsabilidades que os homens não querem assumir, especialmente, as tarefas domésticas quotidianas não remuneradas. Se há homens que assumem as tarefas parentais, muitos afastam-se desse trabalho. E ainda há o cuidado com pessoas idosas ou dependentes, na família ou profissionalmente, são as mulheres que asseguram este cuidado.

Portugal é o terceiro país europeu mais envelhecido – faltam respostas públicas formais e informais a longo prazo que incorporem uma estratégia integrada de apoio à família. Sem estas respostas, muitas mulheres acabam por abandonar o mercado de trabalho quando têm de prestar cuidados a pessoas dependentes, doentes ou incapacitadas. A sociedade portuguesa não problematiza estas situações de discriminação. Naturaliza, hierarquiza e invisibiliza. A crença na diferença entre mulheres e homens é muito forte.

Os preconceitos contra as mulheres também. Simbolicamente, as mulheres não são iguais aos homens. São o segundo sexo. As mulheres não são socialmente reconhecidas, são subalternizadas. Merecem menos, porque valem menos. Portanto, os problemas das mulheres são problemas menos importantes, menores. Este paternalismo ainda é muito forte. A dependência entre mulheres e homens é dominante na nossa sociedade. Os homens não abdicam dos privilégios machistas, que lhes retiram responsabilidades familiares e lhes dá tempo para lazer e desporto, e as mulheres precisam de um homem para melhorar o seu estatuto social, para serem socialmente validadas, e para não caírem na pobreza. A família nuclear é muito valorizada. Na “Sagrada Família”, vigora a heteronormatividade. Isto porque os direitos sexuais e reprodutivos foram sempre amordaçados e desconsiderados enquanto direitos humanos, nunca abertamente debatidos. O foco centrou-se nas questões de saúde pública. Mas só iremos avançar quando o debate for transversal a toda a sociedade.

Os direitos humanos têm de ser debatidos em todas as instituições democráticas: a universidade, a escola, a saúde, o associativismo, os meios de comunicação social, o jornalismo, a cultura. O projeto educativo não se esgota no associativismo, nas escolas ou na comunidade. A cultura é muito importante para a transformação social. A Paula Rego teve um papel fundamental no questionamento dos direitos das mulheres com os seus quadros, por exemplo, com a série Aborto. **Os museus e a comunicação social têm responsabilidades formativas. E a universidade tem de estudar e investigar as questões de género e dos direitos humanos.**

R3 – (Abordagem interseccional em matéria de Igualdade, Saúde e Direitos Humanos é possível sem incluir os temas da Saúde e SSR, Autonomia Corporal?)
A Autonomia Corporal é algo essencial que tem de ser trabalhado com todas as pessoas, incluindo trabalhar com rapazes e com homens. A nossa sociedade é ainda muito machista. A ideia da “coutada do macho latino” está muito disseminada. É urgente trabalhar o desenvolvimento humano de todas as pessoas. A educação serve para possibilitar o desabrochar de uma personalidade, criar pessoas cidadãos de pleno direito, com pensamento próprio, com voz, que tomem da palavra para exprimir opiniões, que vivam com autonomia, responsáveis, empoderadas e com um estilo de vida saudável.

A autonomia corporal é essencial, mas como a educação sexual é um projeto recente e pouco implementado, temos um país dividido, com uma parte do território a reconhecer a liberdade e autonomia dos corpos, com valores sociais mais laicos, e outra parte com valores mais religiosos.

Há muitos preconceitos associados, pessoas que não conseguem ver as mulheres como donas do seu corpo, capazes de decidir sobre a natalidade e a sua sexualidade, ou até sobre a sua vida. A culpa impera sobre a responsabilização individual e, para muita gente, um projeto de vida digno e autónomo é uma ideia estranha. O fado impera sobre a escolha individual, a natalidade é imposta “por vontade de Deus”. Por outro lado, desvaloriza-se a maternidade extensiva, a ideia de parentalidade é estranha à sociedade, e a paternidade é uma questão de posse – “dar o nome” – porque a função educativa fica com a mãe. Não é “preciso uma aldeia para educar uma criança”, basta uma mãe. E desta forma, as mães pagam um elevado custo social pela sua opção. Celebra-se o Dia da Mãe como uma homenagem, mas pratica-se uma maternidade intensiva, desgastante, que força as mulheres a dedicarem enormes quantidades de tempo (e dinheiro) aos filhos ou filhas.

A criação das crianças é uma função social, da comunidade, entendendo-se como comunidade como um conjunto de pessoas em relação, com valores e práticas sociais comuns, que se respeitam e cuidam umas das outras e reivindicam politicamente por condições de vida dignas e justas. Este sentido de comunidade está desvalorizado, mas está implícito na ideia de Direitos Humanos universais, indivisíveis e inalienáveis.

A autonomia corporal e o respeito pelo seu corpo fazem parte destas condições dignas. Deve ser protegida e promovida em todas as culturas e sociedades. É um direito humano fundamental para a dignidade, a liberdade e o bem-estar de cada pessoa. Contudo, não é assim que a sociedade portuguesa vê este assunto. **Por baixa literacia em saúde, as pessoas delegam a decisão na classe médica, confiam porque não se sentem preparadas para tomar a decisão por si.** Estão desempoderadas e têm um forte respeito à autoridade, à “bata branca” e a classe médica aproveita-se deste desconhecimento para exercer a sua profissão de uma forma mais autoritária e assimétrica, privilegiando os seus interesses de classe em detrimento dos direitos humanos de utentes.

A autonomia corporal é um desses direitos. Basta ver a polémica com a violência obstétrica ou com os serviços de saúde que se afirmam objetores de consciência. É preciso mudar esta situação, educando para a cidadania, para a sexualidade e para a saúde. As nossas crianças têm estas matérias incluídas nos currícula escolares, mas as pessoas adultas ou pessoas idosas não tiveram esta oportunidade e merecem um tratamento justo e digno para tomarem as suas decisões em saúde sobre o seu corpo sem coerção ou violência. O consentimento informado tem de ser uma prática bem implementada em termos de saúde.

R₄ – (*financiamento*) Efetivamente uma das nossas motivações era a prevenção primária e a educação para a saúde, a igualdade e a justiça social. Chegámos a concorrer a financiamento a nível nacional dentro destas áreas, mas como não tínhamos histórico de atividade, acabámos por não conseguir financiamento, ou seja, fizemos tudo para começarmos a trabalhar na educação e sensibilização da comunidade e públicos estratégicos, mas não conseguimos. Éramos pessoas de Psicologia Social, das Ciências da Educação, da Educação Social, tínhamos recursos humanos competentes e bastante motivação.

Desde 2013 que começámos a apresentar candidaturas, mas tivemos as candidaturas reprovadas. Não porque os projetos não eram bons, mas porque nas listagens de ordenação de candidaturas, fomos mal pontuadas nos critérios relativos ao histórico de atividade das entidades. Obtínhamos 70 pontos (em 100 possíveis), mas não atingíamos o valor para financiamento, porque quando chegava à nossa colocação na lista, já não havia dinheiro para ser alocado, por isso não conseguimos financiamento. Como tínhamos pessoas competentes disponíveis para trabalhar, se tivesse havido orçamento, poderíamos conciliar com outras atividades profissionais. Não tendo havido, as pessoas tiveram que arranjar emprego e outros trabalhos, o que dispersou os recursos humanos e o talento da associação. Houve atividades de voluntariado que conseguimos fazer, mas não conseguimos manter uma estrutura profissional. Com a partilha de experiência das restantes entidades do Conselho Consultivo da CIG, percebemos que não tínhamos condições para aceitar gerir projetos de grande orçamento.

Perante as regras dos financiamentos, se ganhássemos, não víamos como iríamos gerir orçamentos de 100 mil euros, por exemplo. A entidade tinha que ter tesouraria que permitisse ir gerindo o projeto ao longo do tempo, devido a pagamento dos reembolsos terem alguns atrasos. Acresce ainda que algumas despesas não são reembolsáveis, mas por vezes há erros na tomada de decisão.

Uma pessoa acaba por ir aprendendo a gerir os projetos, mas por vezes, a inexperiência faz com que haja despesas feitas, e que depois não sejam aceites, ou porque são ilegíveis, ou porque não foram bem justificadas. Tudo isto fez-nos ganhar consciência do risco que seria gerir grandes orçamentos e da falta de condições que tínhamos para assegurar essa gestão.

Deixámos de concorrer a esses financiamentos. Esta situação foi-nos inibindo, ou seja, no fundo, fomos perdendo pessoas, uma vez que não dava

para criar emprego de uma forma sustentada, para a equipa poder ganhar competência. Tivemos que optar por concorrer à Pequena Subvenção da CIG. Estávamos representadas no Conselho Consultivo (da CIG) enquanto organização para a igualdade de género, similarmente com as associações de mulheres que estavam tradicionalmente na CIG, e houve uma aposta da CIG para apoiar financeiramente as entidades de direitos humanos e de igualdade de género que tinham sido aceites mais recentemente.

Obtivemos um pequeno financiamento. Mas, por exemplo, outra dificuldade que tivemos logo nessa primeira subvenção foi o corte no orçamento solicitado. Fizemos uma candidatura por 12 meses, cujo orçamento do projeto seria 7.000 euros, e o financiamento que nos foi atribuído foi de 1.500 euros. Mais uma vez ficamos na dúvida se tínhamos capacidade de executar o projeto só com aquele apoio. Correu bem, porque obtivemos um apoio financeiro para outro projeto através da Secretaria de Estado, e conseguimos assegurar a gestão dos dois projetos de acordo com as regras de cada um deles. Mas foi uma surpresa quando percebemos que o financiamento da pequena subvenção da CIG correspondia apenas a 40% da despesa total do projeto. Essa informação não tinha sido divulgada, foi uma surpresa vê-la escrita no contrato.

Agora esta situação está ultrapassada, temos acesso às regras na abertura do concurso. Mas a precariedade dos financiamentos não permite assumir despesas a longo prazo com recursos humanos. Como fui eu que fiz as candidaturas *pro bono*, continuei a executar as candidaturas em prestação de serviços, nunca fui funcionária da organização, porque, enquanto tesoureira da associação, não ia assumir uma despesa fixa com recursos humanos quando não havia financiamento para cobrir essa despesa. Tivemos que fazer a gestão dos projetos apenas com prestação de serviços.

Todas as pessoas prestaram serviços, trabalham na área da Cultura, por isso é normal trabalhar por projeto, não houve mal-estar nem expectativas quebradas. Mas de qualquer maneira, tivemos que gerir os projetos, e nalguns momentos, perante a apresentação das contas e a demora do pagamento do reembolso, tive que emprestar dinheiro à associação para as pessoas receberem atempadamente, e a pandemia não veio ajudar.

De facto, a gestão dos financiamentos é feita através da partilha de bens pessoais dos membros dos órgãos sociais ou através de crédito bancário. Agora nos novos concursos do Portugal 2030, há menos liberdade no desenho dos projetos a candidatar. As ações de sensibilização passaram a ter referenciais de orientação para as temáticas que querem ver trabalhadas

no terreno a nível nacional. Obviamente que esta alteração limita a livre iniciativa das associações.

Os projetos da nossa associação sobre práticas alternativas e participativas de liderança deixam de ser valorizados, não se coadunam com o leque proposto. A diferenciação das candidaturas passa pelos compromissos e as metas de objetivos definidas, o que valoriza a experiência prévia da entidade na gestão de projetos, nomeadamente, na qualificação da administração pública sobre as temáticas previamente definidas.

Contudo, os riscos da operação ficam todos do lado da associação. Se não conseguir cumprir as metas e objetivos, terá que devolver os valores financiados. Por exemplo, as dificuldades de mobilização de recursos humanos decorrentes da estrutura organizacional hierárquica da administração pública portuguesa podem ser uma ameaça (inultrapassável) ao sucesso da atividade.

As associações passaram a ser vistas como executoras dos planos nacionais, mesmo que elas tenham tido voz na elaboração dos mesmos, esta visão atropela a dinâmica democrática dos mandatos dos órgãos sociais eleitos pela massa associativa. A situação poderia ser diferente. Por exemplo, a literacia para a saúde é uma área pouco executada.

Os serviços públicos estão sobrecarregados com cuidados de prevenção secundária de saúde, ou seja, sinalização e intervenção em situações de doença. O Serviço Nacional de Saúde não consegue fazer prevenção primária, ou seja, educar e informar sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), Violência de Género (VG), incluindo Violência Sexual, Planeamento Familiar (PF) ou Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG).

É necessário financiar cuidados de saúde de proximidade, focados na literacia e a educação para a saúde e afastados do conceito de doença ou de tratamento hospitalar. Financiar respostas comunitárias de prevenção primária, sustentadas a médio e longo prazo, geridas por associações e entidades de direito privado sem fins lucrativos, ou seja, da economia social.

A existência de projetos educativos avulsos, dispersos no tempo e no território, não tem garantido a eficácia, a coerência e a esperada mudança de comportamentos e mentalidades. As associações que lutam pelos direitos das mulheres desempenham um papel crucial na implementação de políticas públicas para a igualdade, devem ver assegurado que a transferência de

competências educativas corresponda à transferência de meios e de condições de trabalho, incluindo financeiras.

A dependência do financiamento irregular é muito significativa e atenta à qualidade do trabalho desenvolvido por não permitir a especialização das organizações, a manutenção de empregos, talentos e atividades. Para além de serem ouvidas em todas as questões, leis e políticas que tenham impacto no género, o trabalho e tempo despendidos por profissionais e ativistas destas organizações devem ser remunerados em conformidade. Nenhuma ativista ou defensora dos direitos das mulheres deve abandonar o ativismo devido a dificuldades financeiras.

R5 – (aumentar a coerência entre o discurso e prática sobre a importância da sociedade civil) Não sei se falta coerência entre o discurso e a prática sobre a importância da sociedade civil organizada. Valoriza-se que as associações trabalham em prol do bem público comum, em prol de causas sociais, mas pouco mais. De um modo geral, as associações não são consideradas e a sua experiência não é valorizada, mesmo quando trabalham na comunidade em estreita colaboração com mulheres em situação de vulnerabilidade.

As entidades financeiras não reconhecem ao associativismo competências de gestão e não estou certa que valorizem o talento profissional que possa existir. Pelo menos não encontro preocupações com o facto de as associações não conseguirem reter talento. Isto é, eu e outras colegas, não sei se vamos conseguir trabalhar nas associações por muito tempo, porque as associações não têm recursos e capacidade para nos contratar e pagar direitos laborais, possibilitar-nos uma carreira, com os benefícios obrigatórios por lei, por exemplo, com formação profissional. Isto não está de todo a acontecer, não há carreiras no associativismo.

Há sempre concursos para novos membros, novas equipas, sempre pelo salário básico de início de carreira de técnico superior. Começam os projetos, contratam-se pessoas. Acabam os projetos, as pessoas saem e vão procurar novo trabalho. Na Alemanha, por exemplo, não é assim. A Alemanha tem uma longa tradição de apoio a associações sem fins lucrativos, que desempenham um papel importante no desenvolvimento social e económico do país. A transparência e a ética na gestão dos fundos são aspetos relevantes na sociedade alemã, havendo legislação que regula a atuação das associações.

Em Portugal, algumas entidades, nomeadamente as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) ou algumas respostas de apoio às vítimas,

têm protocolos de delegação de competências com a Segurança Social, comprometendo-se a prestar determinados serviços por um determinado orçamento previamente aprovado.

Esta forma de financiamento permite melhores condições na gestão das respostas sociais e garante a qualidade dos serviços ao possibilitar a manutenção de recursos humanos qualificados ao longo do tempo, de uma forma competitiva. Mas em Portugal, **o discurso de salários e de uma economia competitiva é aplicado apenas nas tecnologias e demais áreas onde trabalham os homens. Não se fala de competitividade quando o setor da economia tem 90% ou 70% de mulheres a trabalhar.**

Nestes casos, não é preciso ser um setor competitivo, que retenha talento e que cuide das pessoas, recompensando-as pelo seu trabalho. Quando são as mulheres não é preciso recompensar. Elas fazem-se por amor. Os salários e as remunerações, as condições de trabalho e as exigências laborais, os riscos psicossociais, como a conciliação trabalho-família ou a saúde e bem-estar da trabalhadora, não são considerados.

Todo o investimento que as mulheres (e o Estado através da escola pública) fazem e fizeram na sua vasta qualificação académica e profissional não é recompensado nem reconhecido pelo Estado português. É curioso. Não se aplica aqui a lógica dos orçamentos sensíveis ao género. Há muito trabalho por fazer.

R6 – (as políticas públicas e as respostas das OSC podem ser melhoradas) Enquanto psicóloga comunitária, acredito que o país deve apostar no associativismo enquanto motor de desenvolvimento local. **O sentimento de pertença é um fator motivador para a coesão social. O país desenvolveu-se bastante em termos de educação e saúde durante a Década das Mulheres (1976-1985) sob o lema “Igualdade, Desenvolvimento, Paz”.**

Investimos na formação de docentes e criámos o Serviço Nacional de Saúde. Tínhamos valores muito preocupantes nestas duas áreas, mas em termos de literacia, ainda temos indicadores baixos. Cerca de 40% das pessoas adultas têm dificuldades em compreender textos simples e em realizar cálculos básicos, o que indica baixos níveis de literacia em português e matemática. Este facto tem impacto na capacidade de tomar decisões informadas e na participação ativa na vida social, económica e política, refletindo a importância de melhorar a educação e as políticas públicas para promover a literacia em geral.

O associativismo é uma forma da sociedade civil se desenvolver, se pensar, se organizar. Isto também foi feito. Houve investimento, as associações tiveram financiamento para executar algumas tarefas, organizaram-se, fizeram à sua maneira, responderam à massa associativa, etc., foi-se fazendo.

Contudo, acho que há duas grandes tendências de investimento que foram vistas como antagônicas: investir no setor público ou investir no terceiro setor (ou associativismo ou economia social, tudo sinónimos). Eu acho que devem ser complementares. Porque, em democracia, há respostas que o Estado deve garantir enquanto serviço público e depois há respostas que devem ser plurais, alternativas para se poder falar em liberdade de escolha. E para usufruirmos da liberdade de escolha, precisamos de literacia.

Portanto, este processo ainda está em curso. Ainda estamos a desenvolver a nossa democracia. Talvez seja o planeamento e a regionalização que estejam em falta. Porque para termos sucesso no desenvolvimento das mentalidades, temos que sistematizar, definir um plano a seguir, um plano de ação. Mas esta sistematização tem de responder ao princípio de igualdade, ou seja, tratar o que é igual de forma igual e o que é diferente de forma diferente.

E as assimetrias regionais são evidentes no nosso país. Não podemos dar a mesma resposta e o mesmo tipo de Educação Sexual no país inteiro, devemos diferenciar o interior do litoral, os centros urbanos dos centros rurais, o Norte do Sul (no caso concreto da Educação Sexual Compreensiva e Saúde Reprodutiva), uma vez que o país é social e demograficamente diferente.

Estas diferenças têm que estar previstas *à priori*, ou seja, através de um diagnóstico, para que o planeamento responda às diferenças, o planeamento não deve ser feito de cima para baixo, tem que dar resposta às necessidades da comunidade, que devem ser continuamente medidas. São as associações locais que fazem esta auscultação das necessidades locais durante o seu trabalho de terreno com a comunidade.

A construção da política pública tem de refletir estas diferenças para responder ao território com uma perspetiva transformadora. Isto implica um diálogo entre o Estado e as associações que trabalham no território, conhecem o território, fazem trabalho direto com mulheres e raparigas, respondem à sua massa associativa, e que incorporem no quadro de pessoal, pessoas, nomeadamente, das áreas das Ciências Sociais e Educativas, que detenham saberes profissionais para a elaboração colaborativa de diagnósticos, planos, propostas de projetos que respondam à comunidade, possibilitando a

melhoria no impacto das políticas públicas e na resposta aos compromissos internacionais assumidos por Portugal. E existe esta massa de profissionais capazes e competentes nas associações.

Faltam as condições de trabalho e financiamento sistematizado a médio ou longo prazo, menos burocratizado, cujos objetivos e metas possibilitem uma avaliação das mudanças sociais em vez da mera quantificação de realizações. Os financiamentos anuais deveriam ser estruturados por áreas temáticas prioritárias, à semelhança da Plataforma de Ação de Pequim ou da Agenda 2030, documentos jurídicos internacionais orientadores da promoção de igualdade e do combate à discriminação. Desta forma, as associações poderiam concorrer aos apoios de acordo com a sua missão e atividades estatutariamente válidas, desenvolvendo parcerias com entidades da comunidade local.

R7 – (mudanças necessárias) É preciso **transmitir conhecimento cientificamente validado e trabalhar o sentido crítico e a empatia.** A autonomia das pessoas sobre os seus corpos está ligada à capacidade de criticar as tradições e as normas sociais que existem e analisá-las no âmbito dos direitos humanos.

Em Portugal, acho que somos ignorantes em termos de Ciências Sociais e Humanas devido à ditadura de direita, que proibiu estas áreas de conhecimento humano e instrumentalizou a ignorância do povo para o dominar e silenciar. Nestes 50 anos após o 25 de Abril, avançou-se na alfabetização e em termos de abandono escolar, mas ainda há muito a fazer.

No geral, acho que se ensinou as pessoas a serem funcionais numa economia, mas não a serem cidadãs. Numa democracia tem de haver pluralidade e capacidade de diálogo, bem como direitos sociais salvaguardados por políticas públicas eficazes. Tudo isto tardou em Portugal. Houve alguns projetos educativos, como o SAAL (Serviço Ambulatório de Apoio Local) e outros, que conseguiram fazer algumas mudanças, mas a educação popular devia ter sido mais institucionalizada e sustentada. Nós tínhamos pessoas culturalmente socializadas para viver e sobreviver em ditadura, mas não tínhamos pessoas preparadas para viver em democracia, e nestes 50 anos, não educamos as pessoas para a democracia nem para os direitos humanos.

Fomos substituindo o modelo autoritário por um modelo igualitário, mas sem promover um questionamento social assente em princípios e valores democráticos, próprios de um Estado de Direito. Por exemplo, a violência entre as pessoas, ou mesmo entre grupos sociais, é culturalmente tolerada,

nomeadamente a violência doméstica, os comportamentos de violência, quer físicos, quer emocionais, quer psicológicos, são transversais à nossa sociedade e legitimados.

As pessoas partem da sua experiência vivida, sem reflexão e sem diálogo. Se sobrevivi à forma como fui educada, posso reproduzi-la. Não vejo outra alternativa para a mudança social que não seja uma educação dialogante, coletiva e horizontalizada, onde se treine os processos deliberativos específicos da nossa democracia, com total liberdade. Trabalho estas metodologias em rodas de conversa e em espaços formativos, inspirando-me em autores e autoras que desenvolveram o seu trabalho académico em contexto de vivência democrática. Este trabalho tem que vir para a sociedade e a solução passa por um diálogo entre a academia, o político, as associações e o reforço dos sindicatos.

Todas estas instituições têm um papel e uma voz neste processo, mas tem de haver renovação, não pode ser apenas com as pessoas que já estão nestes espaços, implica conseguir abrir às mulheres e às pessoas jovens.

A juventude, neste momento, vê e vive desigualdades no acesso aos direitos sociais que não conseguimos evitar no processo de globalização e na gestão das crises económicas e pandémica, e sente-as como injustiças que não foram acauteladas pelo poder político. De facto, houve um investimento em termos de educação e de saúde para formar recursos humanos que vão agora contribuir para outros países europeus ou países ainda mais distantes. Às vezes partem logo após a licenciatura para fazerem os mestrados, há redes universitárias estruturadas para tal. Mas no geral, as pessoas não percebem o que se passou nestes últimos anos porque as políticas públicas foram desenhadas ao mais alto nível europeu e impostas à população sem debate.

A defesa dos direitos das mulheres surge descontextualizada, para responder à Europa, porque na candidatura ao financiamento tem que se justificar que se vai trabalhar a Igualdade de Género. Mas falta o questionamento e a reflexão. Não pensam criticamente sobre o modelo económico nem sobre justiça social. **Não se questionam porque é que as empregadas da limpeza continuam a ser apenas mulheres, nomeadamente, mulheres racializadas ou mulheres imigrantes, e depois falta-lhes a empatia. As pessoas não se colocam no lugar da outra, por isso não conseguem entender que há vidas complicadas e exigentes, sem autonomia.** Na maioria das vezes estão centradas nos seus privilégios. Falta reflexão, sentido crítico e empatia.

R8 – (medidas e estratégias concretas para empoderar mulheres, meninas e jovens)
É essencial construir ambientes sociais e escolares seguros e promotores de igualdade e de respeito pela dignidade da pessoa humana, que contribuam para o desenvolvimento democrático das gerações e para o desenvolvimento harmonioso da personalidade de cada pessoa em particular.

Neste momento há enquadramento legal para fazê-lo em contexto escolar. Documentação como “Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória” ou as “Aprendizagens Essenciais” associadas às disciplinas destacam um conjunto de competências críticas e socio emocionais que devem ser desenvolvidas para que os direitos humanos sejam respeitados, incluindo os direitos das mulheres e a autonomia corporal.

A Estratégia Nacional para a Cidadania refere o trabalho em rede, elencando várias entidades parceiras locais que podem ser convocadas e as associações feministas e defensoras dos direitos das mulheres são o elo principal da dinamização destes programas de mudança e transformação social. Entendo que a perspetiva da *whole school approach* como promotora do diálogo institucional que envolva ativamente a comunidade escolar alargada, desde estudantes, docentes, psicólogas e demais classes profissionais que atualmente trabalham nas escolas, pais, mães, associações de pais e todo o tipo de associativismo local, associações juvenis, desportivas, culturais e recreativas devem participar no plano de atividades centrado do desenvolvimento e empoderamento das raparigas e na responsabilização dos rapazes. Também os centros de saúde e as câmaras municipais, por exemplo, com os conselhos municipais de educação e de saúde, devem ser entidades dinamizadoras nestas redes locais.

É preciso responsabilizar as instituições públicas para a tarefa fundamental do Estado de promoção da igualdade de género. Raparigas e rapazes têm que ter acesso a uma educação para a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos desde a entrada no jardim de infância para, mais tarde, poderem utilizar as consultas de planeamento familiar com autonomia. A educação para a saúde tem que ser transversal. As atividades devem ser integradas em programas coerentes de empoderamento das raparigas e mulheres. Como a autonomia corporal se coloca ao longo de toda a vida, as comissões de mulheres têm que ser reforçadas nos sindicatos e as universidades seniores devem acolher os feminismos e incorporar os direitos das mulheres.

As associações feministas têm que fazer este trabalho, dialogar e ver reconhecido o seu espaço de intervenção, trabalhar com as mulheres e

conseguir identificar as suas preocupações, dificuldades e discriminações diárias, especialmente com as mulheres em situação de vulnerabilidade, ou seja, mulheres com deficiência e incapacidade, idosas, ciganas, migrantes e rurais.

É responsabilidade específica das associações feministas dar voz a estes grupos de mulheres. Por exemplo, as mulheres rurais têm ficado para trás por ausência de medidas políticas de ação positiva nos planos de desenvolvimento local. Vão envelhecendo sozinhas, apenas com o apoio da ação social. Com um associativismo feminista forte, sólido e financeiramente apoiado, a dinâmica seria outra. A estratégia é apostar no feminismo. É preciso um diálogo forte, construtivo e horizontal que só as associações feministas podem fazer.

R9 – (essencial fomentar para mobilizar mulheres, meninas e grupos com menor visibilidade para posições de liderança) Atualmente a situação é mais grave porque **as mulheres com visibilidade pública estão a ser alvo de violência cibernética através de discursos de ódio, ameaças e difamação, no intuito de as dissuadir de participar em posições de liderança.**

Entendo que tem de ser feito um trabalho informativo e de conscientização sobre a desigualdade de género e a importância da representatividade das mulheres em lugares de tomada de decisão cívico-política, mas também sobre a violência de género contra as mulheres em lugares de liderança. É necessário organizar grupos de reflexão, rodas de conversa e programas de mentoria para abordar estas questões.

É preciso criar sororidade, formar redes de apoio e de trabalho colaborativo, criar sentido de pertença, falar claramente sobre os desafios e os riscos a que estão expostas, partilhar histórias na primeira pessoa de situações agradáveis e seguras, bem como de experiências de violência, formas de as ultrapassar e denunciar. Por exemplo, a violência contra as mulheres na política é um problema que ainda não tem visibilidade suficiente, cuja recolha de dados e estatística é escassa. Por isso, para além de proteger as mulheres preparando-as para agir perante a situação, devemos apelar às plataformas digitais para organizarem respostas institucionais.

Por exemplo, a Meta, uma das maiores tecnológicas, criou um programa que oferece proteção a qualquer pessoa que se sinta vulnerável a ataques maliciosos de *hackers*, direcionado a mulheres políticas, ativistas de direitos humanos, jornalistas, etc., através da adoção de medidas de segurança mais rigorosas, como ativar a autenticação em duas etapas, e

executar frequentemente verificações de eventuais ameaças às contas nas suas redes sociais.

Apesar das políticas empresariais das tecnológicas incluírem regras contra atos de violência que afetam desproporcionalmente as mulheres, como a distribuição de imagens íntimas sem consentimento, assédio ou perseguição, falsificações sexuais digitais, discursos de ódio e outras ameaças à integridade física, por vezes tardam a funcionar.

A inteligência artificial deve ser uma ferramenta a usar pelas equipas de segurança e integridade para remover e reduzir o conteúdo nocivo e ilegal nas plataformas digitais, ao invés de permitir a criação de falsificações sexuais digitais e outros atos de violência contra as mulheres. É preciso regulação eficaz. Por sua vez, os sistemas de apresentação de queixas das plataformas digitais nem sempre são fáceis de utilizar, dificultando a denúncia e o pedido de apoio. Também esta informação deve ser mais acessível e amplamente divulgada.

R10 – (nos próximos 10 anos) Acho que os próximos anos vão ser difíceis e que vão exigir a mesma capacidade de luta pela igualdade e pelos direitos humanos, incluindo os direitos e a saúde sexual e reprodutiva, que temos tido até agora.

Há uma nova geração de mulheres e raparigas que está mais consciente da existência de violência obstétrica, de mutilação genital feminina ou de abuso sexual, da importância do consentimento, da saúde menstrual ou da afirmação de género, das desigualdades de acesso à procriação medicamente assistida, à interrupção voluntária da gravidez ou ao planeamento familiar em função do território, etc.

Acho que esta geração de mulheres vai fazer a diferença, ser capaz de envolver homens e rapazes para exigirem as mudanças que têm tardado a acontecer, nomeadamente, em termos de investimento para a concretização de uma educação sexual compreensiva e abrangente e da existência de cuidados de saúde de proximidade. **Acredito que daqui a 10 anos teremos uma sociedade mais reivindicativa dos direitos humanos, capaz de lutar pela igualdade de acesso para as pessoas vulnerabilizadas, e com melhor saúde sexual e reprodutiva.** Mas não vejo o fim da História, porque acho que as forças conservadoras vão continuar com a sua luta contra os direitos sexuais e reprodutivos.



MEMBRO DA COALITION **PLUS**

GAT – Grupo de Ativistas Em Tratamentos

Marta Maia

Vice – Presidente GAT

R1 – (essencial fazer) **Consciencializar as pessoas (para o poder e a voz) que têm de se unir e ter mais literacia, literacia política e literacia em saúde.** Política e Saúde estão intimamente ligadas. Ter voz no capítulo por parte da sociedade civil é essencial para a democracia e para a justiça social. O trabalho de advocacia por parte das OSC é muito importante.

R2 – (consciência dos direitos humanos não realizados e a realizar em Portugal) **Não existe consciência suficiente dos Direitos Humanos, não existe solidariedade suficiente, não existe justiça suficiente.** Em Portugal não existe direito à habitação para todos; não existem condições de trabalho dignas em diversos setores, muitos emigrantes são explorados e discriminados, por exemplo; não existe acesso à saúde mental e à saúde oral para todos; não existe uma Justiça digna desse nome, os tribunais são de uma lentidão chocante e muitos juízes têm atuações escandalosas, vários casos foram levados a público; não existe uma verdadeira justiça social, Portugal é dos países europeus onde a fratura social é maior; não existe respeito pelo outro, existe muita discriminação de pessoas LGBTQI+, violência de género, desigualdades de género, racismo e xenofobia.

Existe muita iliteracia, muito individualismo e muita injustiça. Portanto, os Direitos Humanos não são plenamente respeitados. Também há uma enorme falta de consciência ecológica e muito pouco respeito pela Natureza. Os Direitos da Natureza e da Biodiversidade ainda nem sequer foram criados.

R3 – (abordagem interseccional em matéria de Igualdade, Saúde e Direitos Humanos é possível sem incluir os temas da Saúde e SSR, Autonomia Corporal) Existem várias formas de discriminação, com base no género, na classe social, na

orientação sexual, na situação de migração, na deficiência, etc, que quando se cruzam potenciam os seus efeitos. Ora, **a Saúde, os Direitos Sexuais e Reprodutivos e a Autonomia sobre o próprio corpo são um pilar da liberdade e da dignidade humana. Não é possível falar de Direitos Humanos sem se considerar o direito à autodeterminação sobre o corpo, a sexualidade e a identidade de género.**

R4 – (financiamento) É preciso garantir **acesso universal, gratuito e não discriminatório aos serviços de saúde sexual e reprodutiva.** Mas antes de mais é preciso investir em cuidados preventivos, senão andamos a correr atrás do prejuízo. É preciso entender a Saúde como ela é definida pela OMS, não apenas como uma ausência de doença e não apenas no plano físico. Não existe um acesso universal à saúde mental e a saúde sexual. Longe disso.

R5 – (aumentar a coerência entre o discurso e a prática sobre a importância da sociedade civil) **As OSC não devem ser apenas prestadoras de serviços, mas agentes políticos e sociais com voz própria.** As pessoas em geral desconhecem o papel importantíssimo das OSC. Para mobilizar as comunidades e fazer ouvir as suas vozes, é preciso implicar toda a sociedade, começando por mostrar a todos o imenso trabalho desenvolvido pelas OSC e mostrar o quanto toda a sociedade beneficia com ele. **Os media e a academia podem ajudar nesse trabalho de dar a conhecer e valorizar o papel as OSC e mobilizar as comunidades.** Todos ganhamos com isso.

R6 – (as políticas públicas e as respostas das OSC podem ser melhoradas) **Não se pode pensar o corpo e a sexualidade sem se considerar as emoções, os relacionamentos, o contexto social e cultural.** Ora, a Educação Sexual, quando a há, é muito biologicista e fragmentada. **Para promover a igualdade de género é preciso lutar contra a desinformação e o preconceito e promover o debate público informado** nos domínios das desigualdades de género e da Educação Sexual e Reprodutiva.

R7 – (mudanças necessárias) Muitas medidas podem ser tomadas, desde que haja vontade política e mobilização das comunidades. Por exemplo: **formar profissionais de Saúde e da Justiça** sobre violência de género, violência psicológica e os seus efeitos e violência doméstica; **promover o acesso a serviços de saúde sexual centrados na pessoa, com acesso gratuito, confidencial e não discriminatório,** promover a **representação equitativa nos espaços de decisão;** usar os *media*, figuras influentes e narrativas públicas para desconstruir mitos e desfazer preconceitos.

R8 – *(medidas e estratégias concretas para empoderar mulheres, meninas e jovens)* **Mulheres, meninas e jovens devem ser reconhecidas não como vítimas passivas, mas como sujeitas de direitos, agentes de mudança e líderes de transformação.** Devemos ajudá-las a organizarem-se e a fazerem ouvir as suas vozes

R9 – *(essencial fomentar para mobilizar mulheres, meninas, raparigas, e grupos com menos visibilidade, para posições de liderança)* São necessários: **leis e políticas que reconheçam a autonomia corporal como direito estruturante; prevenção primária, educação sexual e combate à violência de género; campanhas públicas baseadas na evidência científica, na justiça social e nos Direitos Humanos; financiamento de movimentos e organizações de base comunitária; diálogo entre mulheres, líderes comunitários, jovens e outros atores sociais capazes de mudar as normas a partir de dentro das comunidades; e desconstrução de estereótipos e tabus nos *media*, nas escolas, nas universidades, nas instituições culturais, nas artes...**

R10 – *(Nos próximos 10 anos)* **Com maior participação ativa da sociedade civil, com maior respeito pelos Direitos Humanos e com mais justiça e igualdade.** Mas eu sou idealista...



ILGA

INTERVENÇÃO LÉSBICA, GAY,
BISSEXUAL, TRANS E INTERSEXO

Associação ILGA Portugal

Daniela Bento

Membro dos Órgãos Sociais ILGA

R1 – (essencial fazer) As organizações da sociedade civil estão numa posição difícil, pois ligado aos retrocessos em matéria de Direitos Humanos, vem também a dificuldade em obter financiamento para, neste sentido, combater esses mesmos retrocessos. Torna-se um ciclo vicioso, em que a dependência das OSC de financiamento para conseguirem trabalhar deixa-as muito vulneráveis às mudanças políticas.

Desta forma, **é essencial aumentar a nossa capacidade de trabalhar em rede** para que possamos distribuir de uma forma mais efetiva os recursos que conseguimos oferecer às comunidades e à sociedade em geral. É também essencial procurar fontes de financiamento que não dependam de uma forma tão basilar das mudanças estruturais no panorama político nacional e internacional. É neste sentido, que importa também **aumentar a visibilidade para os retrocessos em matéria de Direitos Humanos, dando-lhes o devido valor e enquadramento político e com isto sensibilizar a população para a necessidade de uma mudança de paradigma político, onde os Direitos Humanos estão, acima de tudo, em primeiro lugar.**

R2 – Na minha opinião, diria que existe alguma (consciência dos Direitos Humanos não realizados e a realizar em Portugal), talvez dentro de círculos relacionais mais apertados, dado que maioritariamente as pessoas com quem trabalho estão também em áreas sociais. Penso que grande parte da população não tem consciência do impacto da política na vivência de muitas outras pessoas no seu dia a dia. A promoção e normalização do discurso de ódio, de usar determinadas populações como bode expiatório para uma série de problemas sociais que carecem de uma revisão e crítica mais profunda, contribuem para criar o ambiente perfeito para que movimentos anti Direitos Humanos ganhem um lugar no seio da população.

Em termos de estratégias, penso que há mudanças estruturais necessárias. A forma e o que comunicamos moldam a forma como as percepções são tidas pela sociedade. É por isso necessário ter uma estratégia conjunta e em rede de forma a visibilizar essas lacunas dentro das escolas, das universidades e dentro das empresas, bem como noutros contextos onde há mobilização de pessoas. **É preciso procurar uma comunicação interseccional de forma a conciliar o impacto de determinadas políticas em determinados sectores da sociedade, só assim podemos dar uma visibilidade e consciência clara do que está a acontecer neste momento.** O combate contra a desinformação é também um combate contra a desumanização de determinados grupos da sociedade, e por isso deve ser uma luta coletiva.

R3 – Não, não é possível (abordagem interseccional em matéria de Igualdade, Saúde e Direitos Humanos é possível sem incluir os temas da Saúde e SSR, Autonomia Corporal). O tema da saúde e direitos sexuais e reprodutivos e autonomia corporal está intimamente ligado com estruturas de poder que permitem que a sociedade tenha uma estrutura totalmente desigual perante grupos de pessoas diferentes. É um dos princípios da discriminação. É por isso, tão importante falar de saúde e direitos sexuais e reprodutivos e autonomia corporal quando se fala de igualdade, saúde e direitos humanos. **A autonomia corporal e o direito ao corpo é basilar para garantir e salvaguardar princípios básicos de dignidade de vida as pessoas.**

R4 – (financiamento) Do ponto de vista governamental é preciso coragem política para perceber que as associações OSC não podem estar continuamente a fazer o trabalho que se substitui ao Estado na sua missão de proteger uma população num Estado-Nação. Que é o que acontece atualmente. É um trabalho estrutural, de fundo que deve ser reconhecido a esse nível pelas entidades governamentais (seja a nível local, nacional ou europeu), permitindo às OSC adquirirem uma sustentabilidade financeira que garanta a realização desse trabalho de longo prazo, para além dos da “agenda oficial”.

Por outro lado, o papel das OSC é também extremamente importante neste cenário, pois são as OSC que têm a maioria dos dados de proximidade com as populações, são as OSC que trabalham no terreno e procuram salvaguardar as necessidades de uma população fragilizada pelo clima político que se vive. É neste sentido, **que devemos lembrar a todas as pessoas que a política se faz em todos os quadrantes da vida, não só na política governamental. E nós (OSC), no nosso dia a dia, podemos fazer a diferença.**

R5 – *(aumentar a coerência entre o discurso e a prática sobre a importância da sociedade civil)* Numa sociedade que anda a uma velocidade sem controlo, onde as expectativas que se colocam nas pessoas e na sociedade civil é gigante, a coerência política fica em interrogação. Quando tudo muda tão depressa, como é que é possível estar íntegro num discurso? **Creio que esta coerência entre discurso e prática sobre a importância da sociedade civil só será possível reduzindo os ritmos, procurando espaços de reflexão que permitam fazer descer o discurso à prática e pensar em estratégias políticas concretas.**

R6 – *(as políticas públicas e as respostas das OSC podem ser melhoradas)* É bastante necessário começar a haver números, informações mais concretas sobre a população e as suas necessidades. Por exemplo, os censos não incluem orientação sexual e identidade de género: como é possível fazer políticas públicas para esta comunidade se nem há dados de quantas pessoas existem? Só assim se pode adaptar as políticas públicas às necessidades reais da população no que toca à Igualdade de Género e respeito pelos Valores/ Direitos Fundamentais. Só dessa forma também se consegue **otimizar os recursos das OSC para que possam fazer um trabalho mais efetivo no terreno, onde é necessário, para quem é necessário.**

R7 – *(mudanças necessárias)* Mais consciência, mais visibilidade, mais espaços de construção coletiva de mecanismos de salvaguarda das mulheres, meninas e jovens. Mais educação sobre o que é o direito ao corpo, o que é o direito à autonomia e autodeterminação do próprio corpo. Neste sentido é necessário sensibilizar a população que todos os seus atos são políticos e, como tal, todas as decisões que tomam podem fazer a diferença na procura de soluções mais duradouras para o bem-estar das pessoas. **Ao longo da vida, têm de existir momentos formativos/educativos e adequados a cada fase, que reforcem a capacidade e autonomia das mulheres, meninas e jovens.**

R8 – *(medidas e estratégias concretas para empoderar mulheres, meninas e jovens)* Criar rede, criar estrutura de rede e construir espaços coletivos de reflexão e consciência sobre os seus direitos e sobre a sua agência. **É importante que as mulheres, meninas e jovens tenham agência sobre si e isso também será possível com a construção de redes efetivas de consciência conjunta.**

R9 – *(essencial fomentar para mobilizar mulheres, meninas, raparigas, e grupos com menos visibilidade, para posições de liderança)* **Importante perceber que a liderança em OSC, cargos públicos e/ou governamentais não tem de ser uma réplica do que é feita por homens.** A agência sobre si, permitirá a mulheres,

meninas e raparigas e grupos com menos visibilidade conseguir refletir sobre a auto-representação política e de como podem participar ativamente nestes cargos.

R10 – (Nos próximos 10 anos) Tendo em conta o panorama atual, não prevejo muitas mudanças progressistas de futuro. Espero mais uma luta diária para conseguir salvar o que é possível ter neste momento. **Porém, acredito que as OSC têm um papel fundamental na educação da população e na consciencialização dos processos políticos e no que é necessário mudar para fazer transformações efetivas e eficazes no tecido social.**



AKTO – Direitos Humanos e Democracia

Ana Rita Brito

Técnica de Apoio à Vítima

R1 - (essencial fazer) Em primeiro lugar, tudo parte da Educação e da transmissão de conhecimentos. Há uma ideia muito errada do que é, o que faz e qual o papel da Sociedade Civil. Em Portugal, frequentemente, achamos que a Sociedade Civil está associada à caridade ou que alguém que trabalha numa organização da sociedade civil, uma ONG ou uma IPSS, tem que ser alguém voluntário cujo trabalho não pode ser remunerado.

Comparado com outros países, principalmente do norte da Europa, onde existe uma consciencialização sobre cidadania e para essas temáticas, não temos uma consciência grande de trabalho voluntário e de participação cívica. **A cidadania requer que haja mais responsabilidade e as pessoas sejam mais ativas nos movimentos sociais e no trabalho de com as organizações da sociedade civil, que haja aqui muito mais participação cívica para que o sistema democrático funcione** – porque, na verdade, isto tem a ver com tudo.

Depois, acresce uma fragilidade em nós, nas organizações da sociedade civil; não há coesão, não sei se é por causa dos financiamentos. Temos de ser muito mais coesas e unidas nas nossas lutas, independentemente, das nossas questões internas. O que tem de passar para a opinião pública, é um movimento da sociedade civil coeso e forte, para as pessoas perceberem que, muitos dos direitos que temos hoje em dia resultam da ação de movimentos sociais. **E os direitos, embora adquiridos, não estão, totalmente, garantidos, como vemos em outros países com os retrocessos depois de avanços da extrema-direita radical, dos movimentos mais extremistas, e aqui testemunhamos os retrocessos e ataques aos direitos das mulheres.**

Olhamos, por exemplo, para a Hungria e para a Polónia; olhamos para países que não ratificaram a Convenção de Istambul, ou que voltaram atrás no que

diz respeito à Convenção, e isso é um desafio que temos enquanto sociedade civil. Temos de perceber qual a mensagem, como a vamos transmitir e como vamos chegar ao público em geral. De que forma mobilizamos as pessoas e as chamamos à participação, mais ou menos, ativa, mais ou menos, ativistas. É necessário que se perceba que é algo coletivo, da sociedade, não é uma coisa da P&D Factor, da AKTO ou de outras organizações. Exigimos o reconhecimento da primazia dos direitos humanos, do trabalho das OSC de saber se Portugal está a cumprir, se não está a cumprir, é um trabalho que tem de ser todas as pessoas – exige mais da e na Educação. Quando tivermos, efetivamente, uma Educação para a Cidadania que funcione, desde a escola se perceba o que é o ativismo, a cidadania, as regras e normas da democracia e da participação cidadã, que podemos fazer ativismo e ser ativistas de várias formas e em vários contextos sempre com a primazia do respeito pelos direitos humanos de todas as pessoas.

Hoje somos confrontadas com outros tipos de “ativismo”. Um choque civilizacional, que julgávamos distante, que nos traz o discurso de ódio que está a acontecer, por exemplo, na internet e nas redes sociais. Isso não é ativismo, ponto. É populismo xenófobo, misógino, seletivo. É mentira, assente em factos isolados, em forma de campanha que manipula, que falseia dados e conhecimento científico. Temos várias frentes: a opinião pública, a população em geral, a comunicação social e por isso **o movimento da sociedade civil, tem de ser mais coeso, mais focado, atento e estável**. Vale apenas ter a certeza enquanto sociedade civil, que se nós paramos, se quisermos, Portugal pára, paramos tudo com as valências que estão associadas ao terceiro setor e ao movimento associativo democrático, pára o apoio à vítima, páram os ATLS, pára o apoio às pessoas idosas, pára tudo. E depois na sociedade civil que aqui falamos, existem muitas mulheres e, sendo uma área maioritariamente de trabalho no feminino, é lícito dizer ou pensar que não é tão valorizada económica e politicamente como outras áreas, por essa razão?

*R2 – (consciência dos Direitos Humanos não realizados e a realizar em Portugal) É aquela consciência muito subtil de,” ah ok, há aquela coisa, aquele chavão que nos diz que existe nas leis e na Constituição, do direito à habitação, à saúde, dos direitos fundamentais que nós temos”, mas depois a maior parte das pessoas vê esses direitos como garantidos, o que depois é um problema quando precisamos falar sobre os riscos que existem “há, mas então agora (sei lá, estamos sempre a falar do mesmo), mas o André Ventura ou o Chega não nos vai colocar em campos de concentração”, não, mas **pode limitar e***

tirar as liberdades constitucionais, direitos e até liberdade de expressão, comunicação social livre e independente.

Olhem para os EUA, onde há já livros interditos, limites à liberdade de expressão e até de pensamento. **Há uma noção muito geral que os direitos são ou estão, sempre, garantidos e no que respeita aos direitos das mulheres assistimos a isso, é preciso saber olhar para a Europa, e percebermos que as coisas não são garantidas.**

A semana passada, numa formação estávamos a falar sobre o facto da Turquia recuar na Convenção de Istambul, e alguém disse, uma formanda disse “pois, porque é a cultura deles, não é, as coisas são um bocadinho difíceis e diferentes da nossa” e eu questionei “Então e a Hungria? É aqui ao lado. E a Polónia? Que recuou nos direitos do aborto – são países que estão aqui ao lado”... só assim questionou de “ahh, se calhar tem razão”. E Portugal? A Convenção de Istambul, uma convenção do Conselho da Europa não é utilizada. **Temos leis muito boas mas, depois, da lei para a aplicação social há um gap muito grande de trabalho e de um trabalho geral.**

Se a opinião pública e o público em geral, não tem conhecimento deste instrumento legal, se advogados e juízes não o utilizam nas questões da violência, há um trabalho que tem de ser constante e temos de estar sempre a falar. É preciso bater na mesma tecla? É, porque a mudança de mentalidade o exige. Não é uma coisa do tipo “ah, é crime, é violência, estou mais informado”. **Não, a igualdade de género ou os direitos humanos são padrões que requerem mais saber e trabalho para a mudança de mentalidades, para fazer face ao discurso populista que hoje também vem de alguns países europeus; é preciso saber e ser capaz de desmistificar isso.** O trabalho em direitos humanos é, como o superior interesse da criança, quem é que, efetivamente, garante o superior interesse da criança?

São chavões que utilizamos, que aprendemos e verbalizamos várias vezes, reproduzimos, mas depois, na prática, não lutamos por eles. O direito à habitação, é um direito fundamental e a quantidade de pessoas que não consegue ter uma casa. Aqui em Coimbra não sentimos tanto porque é um meio muito mais pequeno, assim que uma pessoa vai para a rua conseguimos logo identificar e agir, mas em Lisboa? Nas grandes cidades?

E, depois, a Educação também não tens, porque a Educação não consegue chegar às creches todas, portanto é este chavão bonito e esta reprodução de chavão que temos, mas depois, na prática, não se efetiva porque achamos

que isso nunca vai terminar na Europa, ou que o problema não é meu e depois. Na primeira fase da pandemia estávamos muito solidários, mas saímos dessa mesma pandemia extremamente individualistas e egoístas, é “o meu espaço”. Somos seres sociais, as minhas ações têm implicação na ação dos outros, as pessoas esquecerem-se um bocadinho da solidariedade e da relação humana. **“Não sou só eu, tenho que me colocar no lugar do outro, se eu tenho, ainda bem que tenho, vou lutar para que o outro também tenha”**; eu faço parte de uma sociedade e a sociedade não sou eu, somos todos e o todos somos importante, a diversidade é importante.

R3 - (há abordagem interseccional em matéria de Igualdade, Saúde e Direitos Humanos é possível sem incluir os temas da Saúde e SSR, Autonomia Corporal) Acho que não, está tudo interligado. **Eu não consigo falar dos direitos das mulheres sem falar dos direitos sexuais e reprodutivos e, dentro dos direitos sexuais e reprodutivos, eu não consigo falar, se eu não falar de consentimento, sobre o corpo, sobre questões básicas**; por exemplo, é importante a interseccionalidade, e sabemos que precisamos de mediadores/as culturais para trabalhar determinados temas identificados como crimes ou problemáticos. A P&D Factor sabe melhor do que nós, que a mutilação genital feminina, é crime, mas que ainda há uma associação à cultura, e depois “quem és tu, branca, para me dizeres a mim o que é correto e o que é que não é correto”, ou até mesmo, em questões de religião como o Islão, embora possa ser um desafio muito maior, é importante e necessário trabalhar com mulheres muçulmanas a saúde sexual e reprodutiva.

Há retrocessos, a nossa geração, recebemos muita informação sobre a questão do VIH, sobre o preservativo, e agora, eu não falo muito porque a saúde sexual e reprodutiva não é, de todo, a minha área, mas quando se fala de igualdade de género, às vezes acontece e nós, automaticamente, vamos lá. Oíço coisas que me dizem, que os jovens me dizem, que fico aterrorizada – não têm noção de infeções sexualmente transmissíveis, não têm noção do consentimento, o que é ou não consentimento, o que é ou não uma relação de intimidade saudável, até mesmo a questão do sexo, o sexo, houve uma vez que alguém me disse “sexo oral não é sexo”, e depois, esta lacuna que existe na Educação para a Cidadania sem a Saúde Sexual e Reprodutiva leva a consumir pornografia, também *online*, e a acharem que aquilo que estão a ver será aplicado na vida real. As especificidades da saúde sexual e reprodutiva de pessoas, brancas ou não com algum tipo de deficiência, onde a abordagem interseccional e até cultural é necessária. Voltamos à educação, voltamos à capacitação de profissionais nos centros de saúde – nós precisamos de muitos mais médicos/as consciencializados/as para a

questão da Mutilação Genital Feminina com diferentes mulheres. Qual é a abordagem?

Na Akto trabalhamos com crianças, e é completamente diferente de trabalhar com adultos; no início, há essa coisa de “quem és tu para me levar a um ginecologista?” ou “quem és tu?”, mas quando comesas a trabalhar com a criança, a própria criança/adolescente, passado um tempo, diz-te “obrigada, porque a minha família nunca ia falar comigo sobre isso” ou “nunca íamos falar sobre a questão do preservativo”. O que muitas vezes, fazemos, é ir ao centro de saúde e ser aquela criança, adolescente, jovem ou mulher que fala diretamente com aquela médica, que a médica já está sensibilizada. A equipa técnica está preparada e sabe falar de diferentes questões também de sexualidade. Falar de consentimento, ou “tu só dás um beijo, ou permites que alguém te toque, se tu quiseres” – se nós falarmos disso de uma maneira natural, é muito mais fácil, virem falar connosco. Mas, sim, é um desafio.

R4 – (Financiamentos) É, na verdade, aquilo que nós fazemos muito, que é deixarmos de ser financiadas por fundos europeus e o passar a ser financiamento estrutural – estamos a fazer o trabalho do Estado, não somos remuneradas por ele, não é, principalmente na área da Violência, mas não só na área da Violência, e depois a questão da Igualdade... a Igualdade devia ser prioritária, mas eu vejo muito isto, até em termos de ODS, a sociedade é feita de mulheres e homens, porque é que não passamos o 5º. objetivo para 1º.? Porque se eu atingir o 5º., eu atinjo os outros todos, portanto, na minha perspetiva, a Igualdade de Género e Empoderamento de todas as Meninas e Mulheres devia ser o 1º., se eu conseguir direitos iguais e deveres iguais, eu consigo a educação, a saúde sexual e reprodutiva. Mas independentemente disso, é exigir ao Estado, dizer “não” e saber exigir, porque na verdade, fazemos o papel do Estado, até na sensibilização, ou seja, no apoio à vítima, nós fazemos a sensibilização porquê?

Porque o Estado devia fazer e não consegue fazer. Quando faz, muitas vezes, são docentes de outras disciplinas que não sabem o que dizem (vão ler umas coisas), e então nós estamos lá. **Os financiamentos estão cada vez piores para nós, deixam-nos cada vez mais precárias, andamos aqui a falar de direitos, mas depois os nossos direitos laborais ou sociais também não estão garantidos dentro das associações em que trabalhamos, não é, isto é “uma pescadinha de rabo na boca”.**

Agora, nós vemos muita diferença e, depois, depende dos partidos que lá estão, depende dos secretários de Estado, depende do poder político, não

é, a verdade é que, lembro-me, não posso garantir, mas acho que eram 52 milhões, se colocasse no Orçamento de Estado, mas se calhar é preciso, é preciso porque nós passamos a vida em projectos – **estamos a desenhar, candidatar ou implementar um projeto, mas já estamos a pensar nouro projeto e noutra linha para garantir o nosso ordenado, não há estabilidade entre nós também** (a questão da sobrevivência das próprias associações, das organizações da sociedade civil, acaba por se sobrepor àquilo que é a missão) o trabalho (e os objetivos e aquilo que se está a querer resolver) – aqui a sobrevivência não devia estar em causa.

Na parte dos financiamentos, exigem esta coisa de “quantas mulheres e quantos homens” e basta isso para ser Igualdade de Género (?), não. É preciso mudar a maneira como se faz a política, a política e os financiamentos, (as próprias políticas, claro) e sim, como é que se atribuem os financiamentos.

R5 – (aumentar a coerência entre o discurso e a prática sobre a importância da sociedade civil) Questão controversa!? Precisamos de ter especialistas nesta área, mas especialistas a sério, mas depois temos pessoas que vão fazendo e dizendo coisas, é isso. O que é Feminismo pop, ou a Igualdade de Género pop, ou o que é que é ou não vendável, tem de haver uma coerência de “os direitos sexuais e reprodutivos são estes”, há uma bolsa de formadores em termos nacionais e as pessoas têm de ser formadas ou capacitadas por aqueles que, para nós, são a excelência, porque são temas às vezes controversos, são, mas eu não posso falar de saúde sexual e reprodutiva se não falar de métodos de contraceção, ou se não falar da sexualidade, ou se não falar do consentimento, ou do corpo – as pessoas não falam, há ainda este tabu.

Quando se chega ao 6º ano e começam a dar o sistema reprodutor, os próprios professores têm receio de chamar as coisas pelos nomes, não é, “isto é um pénis e isto é uma vulva, e são sistemas reprodutores diferentes”; têm parecem ter medo dos pais ou do que passa, mas o **Estado tem de dar e assegurar as ferramentas, independentemente do pai ser católico ou muçulmano ou (claro, sim, temos os projetos da Educação para a Saúde, que abordam as questões com abordagem mais técnica. Mas só médicos e enfermeiras é que podem?** Tens psicólogas fantásticas a trabalhar conteúdos de Educação Sexual nas escolas, como a Vânia Beliz, a Tânia Graça e uma série de psicólogas que fazem um trabalho fantástico na área da saúde sexual e reprodutiva, não é, e que são precisas nesta área, e, depois, até para nós, para os direitos sexuais e reprodutivos.

E se recebo financiamento do Estado, vou estar a contestar aquilo que o Estado tem de fazer ou faz?

Isto é outro problema para a sociedade civil. As organizações são fundamentais, existem também para isso, independentemente do financiamento, eu tenho de dizer o que é que está bem e o que está mal. Por isso é que existem os relatórios e as avaliações. (...) **Não tens um trabalho consistente de *advocacy***; tens ações muito pontuais de reação a determinadas coisas que acontecem, mas depois não é um trabalho constante de *advocacy* – “não, isto ainda é preciso”. Agora vamos para a menopausa, “isto é preciso”, e os outros direitos? Trabalharmos em rede, e voltamos outra vez à fragilidade da sociedade civil – organizações que fazem um trabalho de *advocacy*, trabalham em rede com as outras que estão no terreno – **a luta das organizações que trabalham em *advocacy* não é a luta das outras, e é a luta de todas nós.**

R6 – (as políticas públicas e as respostas das OSC podem ser melhoradas) Sim, é muito isto que falei. Também ter tempo para fazer uma avaliação de política pública, o que é que está a faltar; **nós fazemos e, às vezes, até relatórios sombra, mas não é só isso que fazemos, ou fazemos já extra as nossas horas, porque não conseguimos estar, lá está, não conseguimos chegar a tudo, não consigo estar a fazer ações de sensibilização, ou a capacitar educadoras menstruais ou educadoras de Educação Sexual e, depois, chega à noite, com a minha vida pessoal, e ainda tenho de pensar se Portugal está a cumprir, ou não, com a CEDAW ou com outro instrumento ou o que falta fazer em termos de....** Na verdade, nós estamos sempre assim, o nosso dia-a-dia é assim. Se estou nas escolas, na comunidade, se sei que há pessoas que não conseguem aceder a determinados métodos contraceptivos ou que não são gratuitos, no próximo relatório eu vou ter de falar sobre isto, mas não consigo, não tenho tempo, para **escrever um texto, enviar para outras organizações e dizer “vamos lá fazer barulho, fazer uma chamada de atenção e vamos lá exigir algo que é fundamental”.**

R7 – (mudanças necessárias) Já falei, não é, desta coisa da autodeterminação do corpo, “o meu corpo, as minhas regras”, mas isto é sempre uma coisa cultural e nós precisamos dos mediadores culturais. Seu eu tiver alguém da comunidade muçulmana, sensibilizada, feminista e que perceba que é importante trabalhar-se tudo isto, a mudança será muito mais rápida e a mensagem entra muito mais. Vocês fazem isso, por exemplo, na Guiné, onde há mulheres que passaram pela mutilação que vão falar com outras, ou seja, a educação tem de sempre de ser de par-para-par, porque não entra, era o que eu dizia, não entra, eu sou branca, não fui sujeita à prática da mutilação,

a minha luta feminista, a luta dos meus direitos são diferente da luta dos direitos delas, ou a luta, é o feminismo negro, não é, é diferente, portanto, sim, **depois de uma perspectiva de *mainstreaming*, pretende-se que haja** esta, é importante a **interseccionalidade**.

Mas, para a mudança ser mais rápida, eu preciso de mediadores culturais, eu preciso de pessoas da comunidade que cheguem, não é. Como a etnia cigana, se não consigo terminar, ou sensibilizar que, chega ali aos 15 anos, em que “não, não vais casar” ou “quando começa a tua primeira menstruação, tu não saís da escola” porque isso não é, ou seja, não é aquilo que a cultura tem de ser, porque, na verdade, há uma violação de um direito humano básico teu que é o direito à Educação, mas isto só é possível com alguém da etnia cigana que esteja, e dentro das comunidades, tem de ser alguém que esteja sensibilizada e que reconheça que existe casamento infantil (são mudanças estruturais que têm a ver com a capacitação e a educação).

R8 – *(medidas e estratégias concretas para empoderar mulheres, meninas e jovens)* Voltamos ao mesmo.

R9 – *(essencial fomentar para mobilizar mulheres, meninas, raparigas, e grupos com menos visibilidade, para posições de liderança)* **As medidas de ação positiva são muito importantes; medidas de discriminação positiva, ou ação positiva, medidas que existem porque, efetivamente, a mudança de mentalidades demora** e nós precisamos destas medidas. No terceiro setor e na sociedade civil temos muito isto, quem trabalha são as mulheres e depois os órgãos sociais são homens. A CIG, há alguns anos atrás, creio que exigiu que, pelo menos em dois ou três cargos, colocassem mulheres nos órgãos sociais, como uma medida de ação positiva. Não apenas nos regulamentos, as associações, ou seja, em fase, em caso de empate, desempatam, ou ganham mais pontos, as entidades que têm mulheres nos cargos de direção, por exemplo, uma presidente da Direção ou uma presidente do Conselho Fiscal, porque **no terceiro setor somos mais mulheres, é muito, o trabalho é todo pelas e com as mulheres, mas depois nos cargos de gestão, ou nos órgãos sociais, temos homens**.

E é o empoderar, empoderar, empoderar... empoderar, não gosto da palavra de empoderar, mas capacitar, capacitar e dar-lhes a voz (que têm), não é, depois aqui é muito importante termos atrizes, músicos, ou seja, pessoas que reconheçam como o “ídolo”, não é, aquela coisa de “alguém que eu admiro, e esse alguém que eu admiro luta pelos direitos das mulheres”, não é, e luta por uma causa que também é minha e que eu não tenho medo de

falar”, porque há muito medo e, em determinadas culturas e determinados países, o medo será muito maior. Se temos medo de falar, às vezes sinto isso que, temos medo de falar, temos medo de dizer “não, não está bem” (e há circunstâncias em que temos mesmo medo de fazer, porque sabemos que não é fácil e estamos a pôr-nos em risco) e em causa. Portanto, às vezes, é, **esta “cultura do medo”, o que é que os outros vão pensar, também é assunto que tem de ser trabalhado nas escolas.**

A Educação é fundamental, é através da Educação que dou as ferramentas necessárias também para a socialização secundária. Na Comunicação Social, se aquela notícia é discriminatória, nós vamos exigir à entidade Reguladora da Comunicação Social e vamos dizer que não pode ser assim. Mas depois de um dia de trabalho, sentada no sofá dás-te com uma notícia e pensas “eh pá, fogo, não acredito”, – estamos sempre alerta, porque o nosso trabalho é constante. “ah, eu não vou ligar se aqui o vizinho do lado está a agredir a mulher, eu não vou ligar, vou esperar a ver se alguém liga, tu pensas, eh pá, eu já faço tanto, deixa ver se alguém reage – é normal, porque é o desgaste, e depois eu olho para pessoas que estão há muito mais tempo a lutar pelas mesmas causas que têm um desgaste muito maior. Estão **há 20 ou 30 anos a lutar pela mesma coisa e os retrocessos são cada vez maiores e, como feministas ou como pessoas que lutam pelos direitos humanos, nós também temos o direito de estar cansadas** e de dizer, eh pá, eu hoje, pela minha saúde mental, não quero saber; mas preciso de (mas não), nós estamos sempre lá, não é, às 3h00 da manhã acordamos e pensamos “eu vou sair, agora, às 3h00 da manhã, vou escrever um texto porque não pode, isto não pode continuar” e estamos constantemente, 24 horas, mas ninguém nos paga para as 24 horas e ninguém reconhece que isto é um sistema de 24 horas.

R10 - (próximos 10 anos) Para além de tudo o que nós falámos, resta-me referir um **Sistema Nacional de Saúde que funcione, uma interrupção voluntária da gravidez que funcione, que profissionais de saúde objectores de consciências não impeçam a realização de direitos das mulheres.** Conseguimos recentemente o reconhecimento da violência obstétrica, e no dia a seguir, a este reconhecimento de acordo com a OMS, tens médicos e enfermeiros que estão a lançar petições, porque aquilo que nós dizemos não é violência obstétrica. **Precisamos na saúde de pessoas informadas, isentas e capazes, assim como nas escolas, falo de professores mas também de associações – temos de reconhecer a especialização de cada uma, não podemos todas fazer de tudo.**

Acho que não estamos descansadas, com aquilo que está a acontecer nos Estados Unidos da América e em alguns países na Europa. É assustador também o que vemos entre os mais jovens. Aqueles que achavas que estavam sensibilizados, que receberam Educação para a Cidadania, mas algo correu mal e nós precisamos fazer essa avaliação. O que é que correu mal, como é que eu tenho cada vez mais mulheres empoderadas e homens cada vez mais machistas entre os jovens. O que é que falhou aqui... talvez reconhecer que temos de trazer mais homens para estas lutas.

Se, durante muitos anos, o movimento feminista era de “não, não vou trabalhar com homens”, é preciso trazer o homem para o nosso lado (porque a sociedade é feita de homens e mulheres) e eu preciso, para a mudança ser muito mais célere, que eles digam que não, quando ela está alcoolizada eu “não, não e, para mim, é não”, não é, ou “eu sou feminista, e reconheço-me como tal, e mudo a fralda ao meu filho” ou “eu **usufruí de uma licença de parentalidade**”. Trazê-los para este lado de cá.



Associação Inspiring Girls Portugal

Joana Frias Costa

Membro dos Órgãos Sociais

R1 – (essencial fazer) Consideramos que, neste contexto de crescentes retrocessos em matéria de Direitos Humanos, é essencial que as OSC estejam profundamente atentas ao que acontece no terreno, com capacidade de resposta rápida, mas também estratégica. É fundamental **mapear bem as necessidades, identificar dinâmicas emergentes e saber reajustar processos, linguagens e ferramentas** – adequando as abordagens aos diferentes públicos com quem trabalhamos. No nosso caso, por exemplo, que trabalhamos com jovens e crianças, este reajuste é crucial para continuarmos a chegar até eles de forma significativa, despertando atenção, interesse e consciência crítica.

Por outro lado, o papel de *watchdog* das OSC implica também uma atuação proativa na defesa dos direitos fundamentais. Devemos **exercer pressão junto de decisores políticos e das instituições, exigindo mudanças estruturais e sustentáveis, baseadas em evidência e na escuta ativa das comunidades mais afetadas**. É igualmente essencial **promover redes de colaboração entre OSC, academia, setor público e privado, para reforçar a nossa capacidade coletiva de resposta**. A defesa dos Direitos Humanos começa pela visibilidade das histórias, das desigualdades e das resistências. Por isso, também temos o dever de **amplificar vozes que historicamente foram silenciadas e de criar espaços seguros** onde todas as pessoas possam exercer plenamente a sua cidadania.

R2 – (consciência dos Direitos Humanos não realizados e a realizar em Portugal). Na nossa opinião, não existe uma consciência plena dos Direitos Humanos não realizados e ainda por concretizar em Portugal. **Apesar de haver trabalho relevante já feito por muitas entidades, a verdade é que continua a faltar uma perceção generalizada – e, muitas vezes, institucional – sobre a persistência de desigualdades estruturais e formas de exclusão**. Basta ouvir atentamente as notícias ou estar próximo das comunidades mais vulnerabilizadas para perceber o quanto ainda há por fazer. Não obstante **a aposta que tem de**

continuar a ser feita ao nível das políticas públicas e do quadro normativo, há todo um trabalho conducente a uma mudança estrutural da sociedade portuguesa que tem de ser promovido de forma contínua.

Almejar um impacto real exige muito mais do que resultados imediatos de curto prazo – exige tempo para construir confiança, escutar ativamente e adaptar intervenções aos contextos específicos. O que esta realidade também reflete é a **falta de valorização do terceiro setor em Portugal, onde, frequentemente, se espera que o trabalho das OSC seja feito “de borla” ou com recursos mínimos**. Falta conhecimento generalizado – por parte da população, mas também de instituições públicas e privadas – sobre o **papel estratégico e insubstituível das OSC na construção de sociedades mais justas, diversas e inclusivas**. Para aumentar esta consciência e visibilidade, é essencial apostar em estratégias de médio e longo prazo. Aqui vão algumas ideias:

- Campanhas de sensibilização que envolvam múltiplos setores (educação, cultura, *media*), mostrando de forma acessível onde e como os Direitos Humanos continuam por cumprir;
- Educação para os Direitos Humanos, desde o ensino básico até ao superior, com envolvimento ativo das universidades e investigação aplicada;
- Formação contínua em empresas que promova uma cultura de responsabilidade social alinhada com os Direitos Humanos;
- Parcerias sustentáveis, onde custos, responsabilidades e conhecimento sejam partilhados de forma equitativa entre OSC, Estado, setor privado e academia;
- Financiamento estruturado e inclusivo, com mecanismos públicos que garantam acesso justo, transparente e continuado para as organizações que trabalham pelo bem comum.

É urgente sair da lógica de “doações pontuais” e construir colaborações que assegurem a continuidade dos projetos e o seu impacto real e duradouro. Ao Estado cabe, inevitavelmente, o papel de garantir as condições mínimas para que isto seja possível.

R3 – (abordagem interseccional em matéria de Igualdade, Saúde e Direitos Humanos é possível sem incluir os temas da Saúde e SSR, Autonomia Corporal). **Não, não é possível ter uma abordagem verdadeiramente interseccional em matéria de Igualdade, Saúde e Direitos Humanos sem incluir os temas da Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos e da Autonomia Corporal.** A interseccionalidade, por definição, implica reconhecer que **diferentes formas de discriminação e desigualdade se cruzam e amplificam mutuamente.** E poucas áreas tornam essa sobreposição tão evidente como a da saúde sexual e reprodutiva.

Ignorar estes temas significa perpetuar invisibilidades e manter silenciadas as experiências concretas de muitas pessoas – sobretudo mulheres, raparigas, pessoas LGBTQIA+, pessoas racializadas ou com deficiência – cujos corpos continuam a ser regulados, estigmatizados ou negligenciados por sistemas que deviam protegê-los. **Não podemos falar de igualdade de acesso à saúde sem considerar, por exemplo, o impacto do racismo obstétrico, da violência obstétrica ou da ausência de uma educação sexual abrangente e baseada em direitos.** Também não podemos promover autonomia e empoderamento sem garantir o direito de cada pessoa tomar decisões livres e informadas sobre o seu corpo, o seu ciclo reprodutivo ou o exercício da sua sexualidade.

Uma abordagem interseccional exige, por isso, que estas questões não sejam ignoradas. **A consciencialização e o reconhecimento das desigualdades específicas ligadas à saúde e aos direitos sexuais e reprodutivos devem ser parte integrante de qualquer reflexão séria sobre Igualdade e Direitos Humanos.** Mesmo que nem todas as organizações trabalhem diretamente estas temáticas, é fundamental que estejam cientes do seu impacto estrutural e da necessidade de garantir que todas as pessoas possam exercer plenamente a sua autonomia e dignidade. Só assim será possível construir respostas mais justas, contextualizadas e verdadeiramente transformadoras.

R4 – (financiamento) A dependência excessiva das OSC em relação a financiamentos governamentais limita efetivamente a sua capacidade de responder de forma autónoma, estratégica e eficaz às necessidades reais das comunidades que servem. Na nossa ótica, há várias linhas de ação possíveis, que exigem uma abordagem integrada e sustentada:

- Diversificação de fontes de financiamento: é essencial que as OSC procurem fontes alternativas que lhes garantam maior autonomia. Isso pode incluir parcerias com o setor privado, financiamento coletivo (*crowdfunding*), captação de fundos internacionais e o acesso a instrumentos como os fundos europeus. Plataformas como a Geofundos

devem ser utilizadas de forma estratégica, assim como a participação em redes e fóruns que possibilitem identificar oportunidades conjuntas.

- Capacitação interna para a angariação de fundos: as OSC devem investir, dentro das suas possibilidades, na formação das suas equipas para uma abordagem mais profissional e estratégica à angariação de fundos. A construção de uma base de dados de financiadores (públicos, privados, nacionais e internacionais), bem como o conhecimento atualizado sobre linhas de financiamento, são ferramentas essenciais para essa autonomia.
- **Consciencialização pública e institucional sobre o papel das OSC: é urgente reforçar o reconhecimento do terceiro setor como um agente essencial para a democracia, os direitos humanos e a coesão social.** Campanhas de sensibilização, partilha de resultados de impacto e envolvimento ativo em espaços de decisão política são formas de elevar o valor social das OSC e, conseqüentemente, reivindicar melhores condições de financiamento.
- **Trabalho em rede e parcerias estratégicas: unir esforços com outras organizações, criar consórcios e parcerias sólidas permite não só fortalecer candidaturas como ampliar impacto e partilhar recursos.** Esta colaboração pode ser também uma forma de dar resposta a temas que, isoladamente, seriam mais difíceis de abordar.

Em suma, para que as OSC possam continuar a exercer o seu papel com impacto, é necessário **sair da lógica da sobrevivência pontual e caminhar para uma visão de sustentabilidade e liberdade estratégica**. Só com uma diversificação inteligente de recursos será possível conciliar os fundos disponíveis com a missão de cada organização e responder, de forma efetiva, às necessidades reais das suas comunidades.

R5 – (para aumentar a coerência entre o discurso e a prática sobre a importância da sociedade civil) Este desfasamento entre o discurso e a prática é um reflexo da forma como a sociedade civil continua, muitas vezes, a ser vista como um “complemento” e não como um agente estruturante da democracia e do progresso social. A atribuição prioritária de financiamentos – inclusive privados – a entidades públicas, mesmo em áreas tradicionalmente lideradas por OSC, compromete a diversidade de respostas no terreno e limita a inovação social. Para contrariar esta tendência e reforçar a coerência entre discurso e prática, sugerimos a articulação de algumas estratégias:

- **Reconhecimento político e institucional do papel das OSC:** promover o entendimento de que a sociedade civil organizada tem uma capacidade de proximidade, escuta ativa e resposta inovadora que muitas vezes não é possível replicar na esfera pública. Esse reconhecimento deve ser traduzido em políticas públicas que promovam a equidade no acesso ao financiamento – independentemente da natureza jurídica da entidade.
- **Transparência e critérios claros nos financiamentos privados e públicos:** as entidades financiadoras – sejam fundações, empresas ou instituições públicas – devem adotar critérios transparentes, baseados no impacto social, na experiência de terreno e na representatividade das comunidades. A adoção de critérios mais equilibrados e diversificados permitirá uma distribuição mais justa dos apoios.
- **Diálogo direto com financiadores privados:** as OSC devem assumir um papel mais ativo na relação com o setor privado, demonstrando o seu valor, apresentando resultados concretos e reforçando a importância do apoio à sociedade civil como investimento em democracia e bem-estar social. Este diálogo pode (e deve) ser feito também em rede, aumentando a força coletiva da mensagem.
- **Campanhas de advocacy e sensibilização:** que evidenciem o trabalho das OSC nas áreas dos direitos humanos, igualdade e saúde – com histórias reais, dados de impacto e casos de sucesso.
- **Valorização da complementaridade e não da substituição:** não se trata de opor sociedade civil a setor público, mas de reforçar que são esferas complementares. A coerência passa por reconhecer que, para garantir uma resposta robusta e plural, é necessário apoiar ambos os lados – e garantir que nenhuma das partes fique dependente de decisões arbitrárias ou lógicas de curto prazo.

R6 – (as políticas públicas e as respostas das OSC podem ser melhoradas) Para promover uma verdadeira Igualdade de Género e o respeito pelos Direitos Humanos fundamentais, é essencial que haja uma articulação mais coerente, estruturada e ambiciosa entre as políticas públicas e a atuação das OSC. **Atualmente, muitas respostas continuam a ser fragmentadas, reativas e, por vezes, condicionadas por agendas políticas ou ciclos de financiamento de curto prazo.** A melhoria passa, desde logo, por uma aposta mais clara e contínua em políticas públicas baseadas em evidência, com visão de longo prazo, que assumam como prioridade o *mainstreaming* de género em todos

os setores – saúde, educação, justiça, trabalho, cultura, entre outros. Isso implica não só planos estratégicos robustos, como também mecanismos eficazes de monitorização e avaliação, com envolvimento ativo da sociedade civil nesses processos.

No caso da Educação Sexual Compreensiva e da Saúde Reprodutiva, é fundamental que estes temas sejam abordados de forma consistente, desde a infância e ao longo de todo o percurso educativo, com conteúdos atualizados, cientificamente validados, livres de preconceitos e adaptados a diferentes faixas etárias. A sua implementação efetiva nas escolas continua a ser desigual e, muitas vezes, dependente da sensibilidade de cada instituição ou docente. A formação de profissionais da educação e da saúde é, por isso, um fator-chave. Por seu lado, as OSC podem (e devem) continuar a ser parceiras essenciais na criação de soluções inovadoras, na proximidade com as comunidades e na escuta ativa das populações. **Para que esse papel seja reforçado, é necessário garantir:**

- **Condições de financiamento estáveis e adequadas**, que permitam a continuidade dos projetos e não apenas ações pontuais;
- **Espaço político e institucional para participação efetiva** na definição e avaliação de políticas públicas;
- **Colaboração estreita e transparente com o Estado**, onde as OSC sejam vistas como co-construtoras de soluções, e não apenas como executoras de serviços.
- Além disso, é importante que **as respostas das OSC também evoluam para modelos cada vez mais interseccionais, baseados nos direitos humanos**, com abordagens centradas nas pessoas e que desafiem ativamente as normas e estruturas que perpetuam as desigualdades.

Em suma, uma verdadeira mudança só será possível com vontade política, compromisso transversal e uma sociedade civil fortalecida, reconhecida e envolvida desde o início na definição das respostas. **Promover igualdade de género e direitos fundamentais não pode ser uma política setorial — tem de ser uma prioridade estrutural e transversal.**

R7 – (mudanças necessárias) Inverter esta tendência exige mudanças profundas a vários níveis — individual, institucional, estrutural e cultural. As normas sociais e culturais que condicionam a capacidade de decisão das mulheres,

meninas e jovens sobre os seus corpos estão enraizadas em visões desiguais de poder, género e controlo, que continuam a ser reproduzidas no seio das famílias, nas escolas, nos *media*, nas instituições e mesmo nas políticas públicas.

Em primeiro lugar, é fundamental apostar na educação desde cedo – **uma educação que promova a igualdade de género, os direitos humanos e a autonomia corporal. A Educação Sexual, baseada em evidência científica e livre de estigmas, é uma ferramenta indispensável para desconstruir mitos, promover o pensamento crítico e capacitar meninas e raparigas a reconhecerem e afirmarem os seus direitos.**

É igualmente necessário **envolver ativamente rapazes e homens neste processo de mudança, promovendo modelos de masculinidade positivos, que rejeitem o controlo e a violência como formas de afirmação.** A igualdade de género não é uma luta exclusivamente das mulheres — é uma responsabilidade coletiva. No plano institucional e político, **as mudanças passam por garantir o acesso efetivo a informação, serviços de saúde sexual e reprodutiva, e mecanismos de proteção contra todas as formas de violência e coação.** As leis e políticas devem ser não apenas asseguradas no papel, mas acompanhadas de condições reais para que sejam cumpridas.

Além disso, é essencial assegurar e proteger **os direitos já conquistados, como o direito à interrupção voluntária da gravidez, que continuam a ser postos em causa por motivações políticas, mesmo em sociedades democráticas.** Estamos a assistir a retrocessos concretos em matéria de igualdade de género e de direitos sexuais e reprodutivos — e é precisamente por isso que é tão urgente **reforçar o compromisso coletivo com a autonomia corporal como um direito humano fundamental.**

Por fim, importa atuar também a nível comunitário e cultural, com campanhas de sensibilização, diálogo intergeracional e envolvimento de líderes locais, para **transformar os imaginários sociais que continuam a normalizar a desigualdade, a vergonha ou o silêncio em torno do corpo e da sexualidade femininos.** Em suma, **promover a autonomia corporal plena de mulheres, meninas e jovens exige um compromisso estrutural com a justiça social e a igualdade de género. É um processo que requer tempo, persistência e ação coordenada — mas que é indispensável para uma sociedade verdadeiramente livre, justa e igualitária.**

R8 – (medidas e estratégias concretas para empoderar mulheres, meninas e jovens) Empoderar mulheres, meninas e jovens **para que sejam agentes de mudança nas suas vidas exige mais do que palavras inspiradoras – exige ações concretas que lhes deem voz, espaço e confiança para agir.** As estratégias devem ser pensadas com elas e para elas, valorizando as suas experiências e promovendo o seu crescimento em todas as dimensões.

Na nossa experiência, uma das estratégias mais impactantes é **a criação de espaços seguros de inspiração, escuta e partilha, onde meninas e jovens possam contactar com histórias reais de mulheres diversas, que enfrentaram desafios e alcançaram objetivos em diferentes áreas da vida pessoal e profissional.** Através da metodologia de *role models*, promovemos esse encontro transformador entre gerações, que ajuda a alargar horizontes, combater estereótipos e ativar novas ambições.

Um exemplo concreto é o nosso projeto **strongHER**, um clube de auto-estima para raparigas dos 15 aos 21 anos, onde trabalhamos temas como autoconhecimento, confiança, resiliência, valores e autoexpressão. Acreditamos que desenvolver estas competências é essencial para que as jovens reconheçam o seu valor e a sua capacidade de tomar decisões, influenciar o meio que as rodeia e ocupar espaços de liderança – sejam eles, formais ou informais.

Outro exemplo é o trabalho que temos vindo a desenvolver na área da literacia financeira, essencial para promover a autonomia financeira das jovens. Através de oficinas práticas e conteúdos adaptados, abordamos temas como gestão de dinheiro, planeamento de objetivos e noções de economia do dia a dia. Sabemos que a independência económica é uma condição fundamental para o exercício da liberdade pessoal e da capacidade de escolha.

Também consideramos essencial trabalhar a diversificação de horizontes profissionais, estimulando o interesse por áreas com sub-representação feminina, como as *STEM*, e desconstruindo estereótipos de género associados a determinadas carreiras. Simultaneamente, é importante valorizar socialmente e simbolicamente as áreas do cuidado, historicamente associadas às mulheres e muitas vezes desvalorizadas. O empoderamento passa por legitimar todas as escolhas, desde que livres e informadas. **Recomendamos ainda que as medidas de empoderamento sejam:**

- **Sistemáticas e sustentadas no tempo**, e não ações pontuais ou episódicas;

- **Adaptadas à realidade das participantes**, com escuta ativa das suas necessidades, sonhos e obstáculos;
- **Assentes numa abordagem interseccional**, que tenha em conta as múltiplas dimensões que atravessam as suas vidas (género, origem, condição económica, território, entre outras);
- **Apoiadas por políticas públicas e por redes de suporte**, como escolas, famílias e comunidades.

Além disso, é **essencial garantir o acesso à educação de qualidade, a espaços de participação real e à informação sobre os seus direitos como base para qualquer processo de transformação pessoal e social.**

R9 – (essencial fomentar para mobilizar mulheres, meninas, raparigas, e grupos com menos visibilidade, para posições de liderança) Exige, em primeiro lugar, acesso real a experiências transformadoras, oportunidades de participação e referências que lhes permitam acreditar que esses lugares também lhes pertencem. Como costumamos dizer: **não podemos ser o que não vemos**. É essencial que todas as raparigas, independentemente do seu contexto, possam ver-se refletidas em histórias de sucesso que sintam como possíveis e alcançáveis.

Na nossa atuação, apostamos precisamente nessa lógica: **democratizar o acesso à inspiração. Não se trata apenas de levar “mulheres de sucesso” às escolas — trata-se de garantir que essas histórias sejam relevantes e próximas da realidade das alunas.** Por exemplo, em escolas TEIP (Territórios Educativos de Intervenção Prioritária), onde sabemos que muitas crianças e jovens vivem em contextos que requerem intervenção prioritária, é especialmente importante apresentar modelos que tenham percursos com os quais se possam identificar. Fazemos um esforço consciente para encontrar mulheres que tenham ultrapassado barreiras sociais, económicas ou culturais, e que possam dizer com verdade: “eu estive exatamente onde vocês estão”. É esse tipo de identificação que gera impacto, e que permite às jovens verem-se também nesses lugares de liderança.

É também essencial **trabalhar desde cedo competências de liderança, pensamento crítico, autoestima e consciência de direitos.** Os clubes de autoestima como o *strongHER*, os programas de literacia financeira, a exposição a diferentes percursos profissionais (incluindo nas áreas onde há sub-representação feminina) e a valorização de todas as escolhas são ferramentas que ajudam a construir essa base. Além disso, é importante criar:

- **Espaços de participação reais** – nas escolas, nas organizações, nas comunidades – onde as jovens possam tomar decisões e ver o impacto da sua voz;
- **Programas de mentoria e acompanhamento contínuo**, especialmente para quem não tem acesso fácil a redes de apoio ou capital social;
- **Canais de comunicação inclusivos**, onde as suas histórias possam ser contadas e valorizadas;
- **Políticas públicas e programas que apoiem a igualdade de oportunidades** no acesso à formação, ao mercado de trabalho e à ocupação de cargos de liderança.

A promoção da liderança deve ser pensada como um processo coletivo, contínuo e contextualizado, que reconhece os pontos de partida desiguais e atua para os equilibrar. Só assim poderemos garantir que as lideranças do futuro são verdadeiramente representativas, diversas e comprometidas com uma transformação social mais justa.

R10 – (o futuro da sociedade portuguesa ... nos próximos 10 anos) Imagino – e quero acreditar – numa sociedade portuguesa mais informada, mais justa e mais consciente dos seus direitos. **Uma sociedade onde a saúde, incluindo a saúde sexual e reprodutiva, seja efetivamente para todas as pessoas, sem discriminações, sem estigmas e sem barreiras. Uma sociedade que valoriza a igualdade de género não só no discurso, mas nas práticas e nas políticas públicas, com impacto real na vida quotidiana das pessoas.**

Não tenho outra forma de olhar para o futuro a não ser com esperança. Essa esperança não é ingénua – é construída todos os dias com base no trabalho que fazemos, e que vemos ser feito por tantas outras associações da sociedade civil. Sabemos que os desafios são muitos, mas também sabemos da força transformadora que existe quando agimos em rede, quando somos persistentes e quando colocamos as pessoas no centro das soluções.

Acredito, e só posso acreditar, que estaremos melhor: com mais jovens empoderadas, mais políticas informadas por evidência e mais espaços de decisão ocupados por vozes diversas. Esse é o futuro pelo qual trabalhamos – e é o futuro que queremos ajudar a construir.



OVO – Observatório de Violência Obstétrica de Portugal

Lígia Morais

Vice-Presidente do OVO PT

R1 – (essencial fazer) Dado o contexto actual de retrocessos em matéria de Direitos Humanos, **as Organizações da Sociedade Civil (OSC) devem reforçar seu papel de watchdog de forma estratégica e eficaz.** Algumas ações essenciais incluem:

- 1. Monitorização e denúncia sistemática** – Criar mecanismos contínuos de vigilância, documentando violações e denunciando retrocessos junto de organismos nacionais e internacionais, incluindo o Conselho da Europa, ONU e União Europeia.
- 2. Advocacia e mobilização política** – Pressionar legisladores para garantir que políticas públicas respeitem e promovam os Direitos Humanos, utilizando estratégias como petições, participação em audiências públicas e propostas legislativas. Capacitar a sociedade – Investir na educação e literacia em Direitos Humanos, promovendo campanhas de sensibilização para que a população reconheça seus direitos e exija cumprimento.
- 3. Reforço de redes e colaborações** – Estabelecer alianças com outras OSC, academia, jornalistas e entidades internacionais para fortalecer a capacidade de resposta e aumentar o impacto das denúncias.
- 4. Uso da tecnologia e transparência** – Criar plataformas digitais de monitorização e denúncia, promovendo o acesso a dados abertos e verificáveis sobre violações e políticas regressivas.
- 5. Litigância estratégica** – Recorrer a tribunais nacionais e internacionais para contestar leis ou práticas que violem os Direitos Humanos, criando precedentes jurídicos favoráveis.

R2 – (consciência dos Direitos Humanos não realizados e a realizar em Portugal). **A consciência sobre Direitos Humanos em Portugal é ambígua: existe em alguns sectores, mas está longe de ser abrangente e efectiva.** Por um lado, há um entendimento generalizado sobre direitos civis e políticos básicos (como liberdade de expressão e igualdade de género), fruto do papel das OSC, universidades e da legislação progressista em algumas áreas. Por outro, direitos fundamentais não plenamente realizados (como o direito a um parto respeitoso, a habitação digna, ou a não discriminação no acesso à saúde e ao trabalho) são frequentemente invisibilizados ou relativizados. Muitos cidadãos não percebem que essas questões são violações de Direitos Humanos, o que favorece retrocessos políticos e sociais.

Estratégias para aumentar a consciência e visibilidade:

- 1. Fortalecer a comunicação pública** – Criar campanhas acessíveis e impactantes que liguem os Direitos Humanos ao dia a dia das pessoas. Muitas vezes, a linguagem técnica cria distanciamento; é preciso traduzir os temas para que todos compreendam como esses direitos afectam suas vidas. Apostar em *storytelling* e testemunhos reais para gerar empatia e compromisso. Parcerias com influenciadores digitais, *media* independente e jornalistas para ampliar o alcance.
- 2. Educação e formação contínua** – Inserir conteúdos sobre Direitos Humanos em currículos escolares e universitários de forma transversal, relacionando-os com a realidade concreta. Criar formações para profissionais de saúde, advogados, educadores e empresas para que identifiquem violações e ajam para mitigá-las. Promover cursos gratuitos e acessíveis ao público sobre temas como interseccionalidade, justiça social e direitos laborais.
- 3. Alianças estratégicas entre OSC, universidades e empresas**
 - OSC + Universidades: Fomentar pesquisas aplicadas sobre desigualdades estruturais e criar observatórios que monitorizem a realização dos direitos.
 - OSC + Empresas: Criar selos de boas práticas em Direitos Humanos para incentivar mudanças estruturais. Universidades + Empresas: Desenvolver incubadoras de impacto social e inovação em políticas públicas.

4. Litigância e *advocacy* sistemática

- Investir em litigância estratégica para criar jurisprudência favorável e impulsionar mudanças políticas.
- Criar mecanismos de pressão internacional através de denúncias a organismos como ONU e Conselho da Europa.

5. Cultura e arte como ferramentas de resistência

- Apoiar projectos culturais que promovam consciência crítica (teatro, cinema, literatura, exposições).
- Criar festivais e eventos que aproximem a população do debate sobre Direitos Humanos.

R3 – (abordagem interseccional em matéria de Igualdade, Saúde e Direitos Humanos é possível sem incluir os temas da Saúde e SSR, Autonomia Corporal) Não é possível. Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos (SDSR) e Autonomia Corporal são estruturais para qualquer abordagem interseccional. São **temas que cruzam desigualdades de género, classe, raça, deficiência e outras opressões**. Ignorá-los significa omitir factores essenciais para a igualdade e para o exercício pleno da cidadania.

Porquê? **O controle sobre o próprio corpo define a capacidade de uma pessoa tomar decisões sobre sua vida, trabalho, família e saúde.** Sem acesso à SDSR, mulheres e pessoas de grupos marginalizados enfrentam maiores barreiras económicas e sociais. **Os desafios da maternidade compulsória, da violência obstétrica e da falta de acesso à contracepção e à IVG afectam directamente as condições de igualdade.** Portanto, qualquer abordagem que exclua a SDSR não é verdadeiramente interseccional – é parcial e perpetua desigualdades.

R4 – (financiamento) **Muitas OSC acabam a adaptar-se à agenda oficial e perdem autonomia.** Para mudar isso:

- **Diversificação de Financiamento:** Explorar fundos internacionais (ONU Mulheres, União Europeia, Open Society Foundations, etc.). Criar modelos de financiamento comunitário, como *crowdfunding* e *membership programs*. Desenvolver parcerias com empresas e fundações privadas que respeitem a missão da OSC.

- **Pressão Política e Advocacy:** Articular redes de OSC para influenciar a definição dos eixos de financiamento. Criar observatórios de monitorização de políticas públicas que evidenciem lacunas na agenda oficial. Usar litigância estratégica para obrigar o Estado a cumprir compromissos internacionais.
- **Envolvimento para capacitar a Comunidade:** Trabalhar directamente com comunidades para aumentar a mobilização e apoio social. Criar projectos-piloto independentes para evidenciar a eficácia de acções não contempladas pela agenda oficial.

R5 – (para aumentar a coerência entre o discurso e a prática sobre a importância da sociedade civil) **Monitorização e Transparência:** Criar *ranking* anual de boas práticas para avaliar a atuação de financiadores privados e públicos. **Alianças Estratégicas:** Desenvolver parcerias entre OSC e academia para gerar dados concretos sobre os impactos da falta de financiamento. **Campanhas de Consciência Pública:** Mostrar à sociedade a importância da sociedade civil na defesa dos direitos.

R6 – (as políticas públicas e as respostas das OSC podem ser melhoradas) **A Educação Sexual Compreensiva:** Incluir nos currículos escolares, com enfoque na autonomia corporal e igualdade de género. **Acesso Universal à Saúde Sexual e Reprodutiva:** Ampliar consultas de PF e IVG e garantir acesso gratuito a métodos contraceptivos. **Protecção de Defensoras de Direitos Humanos:** Criar mecanismos de segurança para activistas feministas. **Participação de Homens na Igualdade de Género:** Sensibilização para desconstruir masculinidades tóxicas e incentivar co-responsabilização. **Garantia de Financiamento Público para OSCs Independentes:** Criar fundos específicos para ações autónomas das OSCs.

R7 – (mudanças necessárias) Reformulação da Comunicação Social: **Monitorizar e regular discursos discriminatórios na media.** Ampliar representatividade feminina em espaços públicos e culturais. **Trabalho com Comunidades:** Criar redes de apoio comunitário para combater tabus sobre SDR. Apostar em formação de lideranças femininas locais. **Educação para a Igualdade de Género:** Treinar professores para abordarem igualdade de género nas escolas. **Desenvolver programas de mentoria para meninas e jovens mulheres.** **Legislação e Políticas Públicas:** Fortalecer leis contra violência de género e garantir a sua implementação. **Criar incentivos para empresas adoptarem práticas igualitárias,** como licenças parentais equitativas.

R8 – *(medidas e estratégias concretas para empoderar mulheres, meninas e jovens)*

Educação e Formação:

- Criar programas de capacitação em direitos, liderança e empreendedorismo social.
- Ampliar acesso a bolsas de estudo para meninas em situação de vulnerabilidade.

Mentoria e Redes de Apoio:

- Criar redes de mulheres líderes que ofereçam apoio e oportunidades.
- Promover programas de intercâmbio e estágio para jovens activistas.

Visibilidade e Representação:

- Estimular mulheres e meninas a ocuparem espaços públicos (debates, conferências, política).
- Desenvolver programas de comunicação para amplificar vozes femininas.

R9 – *(essencial fomentar para mobilizar mulheres, meninas, raparigas, e grupos com menos visibilidade, para posições de liderança)* **Criação de Cotas e Incentivos: Implementar políticas de ação afirmativa para garantir a participação de mulheres e minorias em cargos de liderança. Formação Contínua: Criar programas de capacitação para mulheres interessadas em ativismo e política. Apoio Estrutural: Implementar creches gratuitas e horários flexíveis para permitir maior participação de mães na política e OSCs. Networking e Mentoria: Criar plataformas que conectem mulheres líderes com jovens que aspiram a cargos de liderança. Representatividade na Media: Aumentar a presença de mulheres e grupos marginalizados na comunicação social.**

R10 – *(o futuro da sociedade portuguesa ... nos próximos 10 anos)* O futuro da sociedade portuguesa em termos de Saúde, Saúde Sexual e Reprodutiva (SDSR), Igualdade e Direitos Humanos nos próximos 10 anos dependerá de como o país enfrentar desafios estruturais e políticos. **Há dois cenários possíveis: um progresso real se houver vontade política e mobilização social, ou um retrocesso, caso persistam barreiras políticas, institucionais e culturais.**

Cenários:

CENÁRIO OPTIMISTA: AVANÇO NA SAÚDE, IGUALDADE E DIREITOS HUMANOS

Se houver compromisso com políticas públicas progressistas, investimento na educação e participação activa da sociedade civil, Portugal pode alcançar um futuro com:

Saúde Pública Universal e de Qualidade:

- Fortalecimento do SNS com mais financiamento, médicos e tecnologia.
- Expansão de serviços de saúde mental acessíveis para todos.
- Abordagem preventiva em vez de apenas curativa, incluindo promoção de hábitos saudáveis.

Saúde Sexual e Reprodutiva como Prioridade:

- Educação Sexual Compreensiva implementada em todas as escolas.
- Maior acesso a contraceção gratuita e consultas de Planeamento Familiar.
- Serviços de Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG) mais acessíveis e sem barreiras burocráticas.
- Mais investimento na saúde perinatal e combate à violência obstétrica.

Igualdade de Género Estruturada:

- Implementação de políticas de licença parental equitativa.
- Aumento de mulheres e grupos marginalizados em cargos de liderança.
- Programas de combate a assédio, desigualdade salarial e violência de género.
- Educação de rapazes para desconstrução de masculinidades tóxicas.

Direitos Humanos Fortalecidos e Protegidos:

- Maior proteção legal para vítimas de violência de género e discriminação.
- Acesso universal a serviços sociais para grupos vulneráveis.
- Reforço das OSC como watchdogs independentes.

CENÁRIO PESSIMISTA: RETROCESSOS E CONSERVADORISMO

Se a tendência de desinvestimento no SNS, influências políticas conservadoras e desinformação continuar, podemos enfrentar:

Colapso do SNS:

- Listas de espera insustentáveis e privatização forçada.

Retrocesso nos Direitos Sexuais e Reprodutivos:

- Restrições ao acesso à IVG, contraceção e consultas de SDR.

Aumento da Violência de Género:

- Falta de resposta eficaz e naturalização da violência.

Desigualdade de Género e Políticas Retrógradas:

- Maior discriminação no trabalho e na vida familiar.

OSC Silenciadas:

- Cortes de financiamento e criminalização do activismo.



UMAR/Açores – Associação para a Igualdade e Direitos das Mulheres

Maria José Raposo

Presidente da UMAR – Açores

R1 – (essencial fazer) Uniformização de Necessidades; trabalhar para a Equidade entre todos e todas; argumentar com sustentabilidade jurídica os direitos conquistar; reafirmar direitos conquistados; não permitir que **NENHUMA** força política se intrometa, «se encoste» nestas ações reivindicativas; usar a **DEMOCRACIA** em pleno- se tenho direitos, tenho deveres.

R2 – (consciência dos Direitos Humanos não realizados e a realizar em Portugal) Nem sempre existe esta consciência. **Precisamos de CAMPANHAS – rádio, Tv, Redes Sociais – uniformes e uníssonas, com linguagem inclusiva.**

R3 – (abordagem interseccional em matéria de Igualdade, Saúde e Direitos Humanos é possível sem incluir os temas da Saúde e SSR, Autonomia Corporal) **Estão todos interligados e uns são consequências de outros.**

R4 – (financiamento) Envolver todas as entidades – **SOCIAIS, EDUCACIONAIS e da SAÚDE.**

R5 – (para aumentar a coerência entre o discurso e a prática sobre a importância da sociedade civil) **Entidades devem AUSCULTAR estas Associações/Instituições, trabalham diariamente com estes públicos, logo são privilegiados em informações a partilhar.**

R6 – (as políticas públicas e as respostas das OSC podem ser melhoradas) **As equipas DEVEM ser multidisciplinares; haver recursos humanos suficientes para corresponder eficazmente e de forma célere às necessidades.**

R7 – *(mudanças necessárias)* CAMPANHAS DE – **Formação e Informação sobre as temáticas apresentadas – ações de sensibilização e informação junto destes públicos de forma assídua e continuada.**

R8 – *(medidas e estratégias concretas para empoderar mulheres, meninas e jovens)* **Formação em – assertividade, empoderamento feminino, direitos das mulheres e possibilidade de conhecerem mulheres em diferentes faixas etárias que sirvam de exemplo, inspiração e motivação.**

R9 – *(essencial fomentar para mobilizar mulheres, meninas, raparigas, e grupos com menos visibilidade, para posições de liderança)* **EDUCAÇÃO escolar/académica; conhecer outros mundos e realidades.....o resto o universo traz.**

R10 – *(o futuro da sociedade portuguesa ... nos próximos 10 anos)* **IMAGINO e GOSTAVA – Daqui a 10 anos estes assuntos, SÃO NÃO ASSUNTOS, a educação venceu o machismo, preconceito, os estereótipos de género...todos e todas vivem sobre o ónus da EQUIDADE.**



Associação Com Alma – Associação Não Governamental pelos Direitos Humanos

Paula Allen
Presidente

R1 – (essencial fazer) Considero **essencial** que as “vozes” **ativistas individuais, sociais, políticas, se façam ouvir e representar, garantindo que “abafam” o ruído emitido por grupos fascistas, racistas, homofóbicos**, entre outros. Devem ser solicitadas audiências junto de grupos políticos e de representação política e devemos sair à rua representando toda a sociedade, sobre aqueles e aquelas que não conseguem fazê-lo.

R2 – (consciência dos Direitos Humanos não realizados e a realizar em Portugal) Depende de quem estamos a falar. **Há muita iliteracia nesta área e nem todas as pessoas conhecem os seus direitos. Infelizmente, as escolas estão com pouco terreno para poderem atuar ao nível da educação para a cidadania e as redes sociais ganharam um espaço demasiado grande na vida das pessoas.** Nas redes sociais a desinformação é gigante. No que diz respeito às Universidades, deveria ser obrigatório, em todos os cursos, a cadeira (não optativa) de Direitos Humanos, cidadania, diversidade e interculturalidade. As empresas do setor privado só terão necessidade de mudar se a lei mudar e aí a CITE poderá ter um papel crucial, sendo que a ACT deveria ser mais vigilante. No que diz respeito às OSC, a falta de meios financeiros leva, muitas vezes, ao cumprimento de mínimos e a uma enorme rotatividade de pessoal. Desta forma quando as pessoas se tornam especialistas e começam a ter uma visão sistémica e crítica, muitas vezes têm de abandonar projetos por falta de financiamento. Ou seja, **há que investir em políticas públicas mais estruturas e financiadas.**

R3 – (abordagem interseccional em matéria de Igualdade, Saúde e Direitos Humanos é possível sem incluir os temas da Saúde e SSR, Autonomia Corporal) Não só não é possível, como é obrigatório. Não existem 2 pessoas iguais e como tal, **quando pensamos em abordagens, temos de garantir que as mesmas são**

adequadas para um conjunto de pessoas com diversidades a vários níveis, e uma delas é a diversidade sexual.

R4 – (*financiamento*) As OSC já tentam (na minha opinião) fazer o melhor que conseguem com o pouco que recebem e as barreiras que lhes são impostas. Contudo, seria **fundamental que as OSC se tornassem mais unidas e lutassem em conjunto contra este sistema de limitações**, ao invés de lutarem umas contra as outras por financiamentos parcos.

R5 – (*para aumentar a coerência entre o discurso e a prática sobre a importância da sociedade civil*) **Promover o conhecimento do fantástico trabalho que é feito pelas OSC. Na minha opinião, devido a políticas internas, direções que não são de terreno e baixos recursos financeiros, as OSC não divulgam adequadamente os seus dados de trabalho e não têm um departamento de investigação.** Isto leva a que, haja uma grande fatia da população que desconheça as OSC, e acima de tudo, a sua maioria desconhece as suas fontes de financiamento. Há que deixar sair esses dados e mostrar que se está há anos a fazer omeletes sem ovos.

R6 – (*as políticas públicas e as respostas das OSC podem ser melhoradas*) Dotar as OSC de formação especializada. Ao contrário do que se pensa, **as pessoas que vão para as OSC ganham muito pouco e estão lá “por amor à causa”**. Essa boa vontade, nem sempre é sinónimo de especialização profissional. E as pessoas especializadas procuram empregos com um rendimento capaz de responder às suas necessidades. Ou seja, quando as entidades têm os/as especialistas, começa a rotatividade porque eles/as saem para propostas mais adequadas.

R7 – (*mudanças necessárias*) Queria ter essa resposta. **Educação, educação, educação. Formar jovens desde cedo e de forma consistente para garantir gerações com maior literacia. Abordar publicamente de forma “escancarada” a raiz dos problemas da Violência de Género – a falta de igualdade de género!**

R8 – (*medidas e estratégias concretas para empoderar mulheres, meninas e jovens*) Deixaria **a importância de se unirem e se tornarem um grupo mais forte**. Sinto que uma das grandes falhas está na falta de suporte entre mulheres e na conseqüente crítica e acusação das mesmas.

R9 – (*essencial fomentar para mobilizar mulheres, meninas, raparigas, e grupos com menos visibilidade, para posições de liderança*) **Dar voz a modelos que possam seguir e abrir portas, fazer convites, empoderar e incluir.**

R10 – (o futuro da sociedade portuguesa ... nos próximos 10 anos) Comecei a trabalhar em 1995 nesta área e sinto que os meus pedidos/desejos continuam muito idênticos. **Gostaria que as mulheres não fossem obrigadas a cumprir com papéis de género tradicionais, e apenas os fizessem por sua vontade e não por pressão** (obrigatoriedade da gravidez, nº reduzido/escasso de parceiros/as sexuais, heterossexualidade e cissexualidade impostas, masturbação limitada/proibida, falta liberdade de falar, vestir, ..., constante assédio sexual na rua, escola, trabalho, respeito pelo seu corpo e pelas suas decisões sem atribuição de etiquetas ou conotações maltratantes, entre muitas outras). Espero viver um dia nesses tempos.



Núcleo Feminista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Beatriz Pires

Presidente do NFFDUL e Mafalda Rodrigues | Vice-Presidente do NFFDUL

R1 – (essencial fazer) É essencial **denunciar os retrocessos; realizar campanhas públicas de forma a consciencializar para o que tem vindo a acontecer; investir na educação através de ações de formação e combater a desinformação; pressionar as instituições democráticas para a ação e continuar a reivindicar os nossos direitos junto delas; reforçar as parcerias entre organizações e promover protocolos.** Apenas adotando uma estratégia e promovendo iniciativas conseguiremos combater o atual panorama.

R2 – (consciência dos Direitos Humanos não realizados e a realizar em Portugal) Apesar dos avanços que se têm registado, **ainda há muitas desigualdades estruturalmente normalizadas e a consciência para estes direitos acaba por ser muito superficial, sendo necessário aprofundá-la.** Seria eficaz promover espaços de partilha de experiências que permitissem alertar para os problemas existentes; garantir representação a vozes sub-representadas; incentivar parcerias concretas entre as OSC, universidades e empresas e garantir a responsabilidade social das mesmas.

R3 – (abordagem interseccional em matéria de Igualdade, Saúde e Direitos Humanos é possível sem incluir os temas da Saúde e SSR, Autonomia Corporal) Não esqueçamos que **as pessoas que enfrentam múltiplas discriminações acabam por ter o acesso à Saúde e a garantia dos seus Direitos Sexuais e Reprodutivos e Autonomia Corporal dificultados.** Não integrar estas temáticas na ordem do dia seria ignorar os mecanismos de controlo que a interseccionalidade pretende desmantelar.

R4 – (financiamento) Reconhecemos que **a dependência das OSC de financiamentos governamentais limita a sua autonomia e as afasta**

das reais necessidades das comunidades, como a prevenção das IST, o combate à violência de género, o acesso ao planeamento familiar e à IVG. É fundamental que as OSC pressionem o Estado a reformular os mecanismos de financiamento. Devem procurar diversificar as suas fontes de apoio, não só através de parcerias com outras associações, mas também com universidades. Entendemos que as OSC devem reafirmar a sua missão, mesmo face ao défice de apoio e às pressões institucionais. Além disso, é urgente que o Estado assuma a responsabilidade de reformular os mecanismos de financiamento, garantindo que estes sejam construídos de forma participativa e alinhada com as necessidades das populações. As políticas públicas não podem continuar a responder a agendas externas ou interesses momentâneos.

R5 – (para aumentar a coerência entre o discurso e a prática sobre a importância da sociedade civil) Quando os financiamentos privados privilegiam entidades públicas, mesmo em áreas habitualmente trabalhadas pelas OSC, gera-se uma concentração de recursos que desvaloriza a experiência acumulada e a relação próxima destas ao território. É necessário pressionar os financiadores privados a reconhecerem o papel estrutural das OSC, sobretudo nas áreas negligenciadas pelo Estado. Ao mesmo tempo, é imperativo fortalecer as colaborações entre OSC de modo a ampliar o seu poder coletivo, partilhar recursos e reivindicar condições de financiamento mais justas e sustentáveis. Por fim, entendemos que é crucial fomentar o diálogo entre o Estado e a sociedade civil, assegurando a participação política das OSC nos processos de decisão.

R6 – (as políticas públicas e as respostas das OSC podem ser melhoradas) Primeiramente, há que tornar as políticas públicas internacionalmente justas, bem como integrar as OSC na definição destas políticas e assegurar que todos os setores estão articulados. Há que tornar a ESC obrigatória, transversal e sistemática e garantir que todos os profissionais frequentem formações contínuas sobre estas temáticas. Quanto às OSC, cabe garantir uma atuação crítica, comunitária e interseccional e trabalhar com e para as comunidades invisibilizadas; desenvolver campanhas de mobilização públicas, bem como denunciar toda e qualquer violação de direitos.

R7 – (mudanças necessárias) Ainda que possa parecer ambicioso, é necessária uma mudança estrutural e transformar o sistema. Tem de haver uma reforma legislativa que garanta o acesso real e universal à Educação Sexual Compreensiva, ao planeamento familiar, à IVG, a cuidados para pessoas trans e promoção de políticas públicas neste sentido. Combater a impunidade, que se tem registado cada vez mais, da violência sexual, doméstica e institucional

enraizada na nossa sociedade. Investir em mudar as mentalidades desde cedo é também necessário para que as novas gerações não pequem pelo que as gerações anteriores pecaram. **Há que garantir a presença ativa de mulheres, raparigas e jovens nos espaços de decisão, bem como garantir que é dada visibilidade a pessoas silenciadas, de forma a questionar e desmontar as relações de poder que sustentam o atual sistema. Deve também ser garantido apoio financeiro e judicial a quem desafia o *status quo*.**

R8 – (medidas e estratégias concretas para empoderar mulheres, meninas e jovens) **A criação de espaços seguros para aprender, partilhar e construir pensamento crítico seria um bom começo para as mulheres, meninas e jovens se aperceberem do seu potencial para mudar as suas próprias vidas, bem como apoiar programas de mentoria com mulheres líderes.** Consideramos essencial garantir o acesso a uma educação feminista, inclusiva e interseccional, que desconstrua os papéis de género e reforce a autonomia individual. Além disso, é fundamental garantir o acesso pleno à saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planeamento familiar, IVG e apoio psicológico, especialmente para jovens e mulheres em contextos de vulnerabilidade. **Entendemos que o empoderamento exige também a participação política efetiva, que assegure não apenas a representação, mas uma influência concreta nos processos de decisão.**

R9 – (essencial fomentar para mobilizar mulheres, meninas, raparigas, e grupos com menos visibilidade, para posições de liderança) **Devemos sempre começar nas escolas, associações juvenis, universidades, centros comunitários e, devido a vivermos numa era digital, nas redes sociais e promover iniciativas nestes meios que estimulem o pensamento crítico sobre género e desigualdades.** A garantia da visibilidade nestas matérias, assegurando que não se limitam a exceções elitizadas, mas envolvendo também percursos coletivos e comunitários, é também necessária.

R10 – (a sociedade portuguesa...daqui a 10 anos) **Enquanto feministas, caber-nos-á sempre permanecer otimistas, mesmo que o panorama atual nos aflija.** É necessário realismo, mas também esperança. Face aos avanços legais e retrocessos sociopolíticos estamos perante dois cenários: ou nada muda ou são tomadas medidas estruturais urgentemente. Se nada mudar, nos próximos 10 anos, arriscamo-nos a assistir ao enfraquecimento da IVG, à limitação do planeamento familiar, bem como ao desaparecimento da educação sexual nas escolas, o que levaria a um aumento indesejado de IST e gravidezes indesejadas. A desigualdade de acesso à saúde agravar-se-á, bem como o crescimento da violência de género, como temos assistido, através da

culpabilização das vítimas e respostas institucionais ineficazes. **As medidas que necessitam de ser tomadas urgentemente incluem o reconhecimento da Saúde Menstrual e da Saúde Trans, bem como o investimento no acesso à IVG e planeamento familiar no SNS; paridade em cargos de decisão e reformulação da justiça criminal para proteger efetivamente as vítimas e que pare a impunidade dos agressores.**

Iniciativa:



Com:

